

HT-40

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Pós-Independência, Guerra e Reassentamento da População
no Distrito de Namacurra
(1975-1998/9)

"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane".

Por: *Rosário Jaime Lema*

Maputo, 2001

94:32 (679)
L 5543

R. E.	28143
DATA	10/Novembro/02
AQUISIÇÃO	Benta
COTA	HT-40

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

**Pós-Independência, Guerra e Reassentamento da População
no Distrito de Namacurra (1975-1989/9)**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por

Rosário Jaime Lemia.

Departamento de História

Faculdade de Letras

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: Professor Doutor Gerhard Liesegang

Maputo, 2001

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	_____
DATA	____/____/____
ADQUISIÇÃO	_____
COTA	_____

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature] 15.06.01

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas, no texto e na bibliografia, as fontes utilizadas.

Dedicatória

Este trabalho é muito afectuosamente dedicado à memória dos meus queridos pais, Berta Germano e Isaias Jaime Lemia, pelo sacrificio e carinho que sempre me dispensaram.

RESUMO

Com este trabalho pretende-se evidenciar que as contradições dos dois sistemas mundiais que se traduziram em conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO foi uma imposição externa e não uma contradição de base popular, pelo menos ao nível local estudado. Pois depois da Independência Nacional não existiram contradições locais de inspiração popular suficientemente fortes para se traduzir numa guerra. Os trabalhadores da Boror tinham os seus interesses locais e aceitaram as orientações da FRELIMO.

O resultado deste trabalho é a constatação de que a guerra, em Namacurra, forçou a deslocação de cerca de 76% da sua população para os Centros de Acomodação e a consequente paralização de todos sectores de actividades sócio-económicos do Distrito. E no auge do conflito constatamos o papel das forças especiais (**Anakabudula e Naparama**) e o seu impacto na vida das populações.

Em conclusão, este trabalho constata que o conflito entre a FRELIMO e a RENAMO, foi imposto às populações que sofriam dos dois lados. Por isso, mal os beligerantes se entenderam em Roma, elas abandonaram os Centros onde estavam acomodadas e regressaram espontaneamente para às suas terras de origem para reiniciarem a reconstruir as suas vidas quase do nada.

A reconciliação foi o factor determinante que contribuiu para um rápido processo de reassentamento e resolução dos pequenos conflitos verificados durante este processo. Os únicos sinais que pareciam comprometer a paz reconquista, foram as pretensões que a RENAMO tinha manifestado ao criar uma administração sua naquilo que ficou conhecido como a dupla administração.

Os dados utilizados no trabalho foram obtidos através da pesquisa em publicações e alguns documentos escritos disponíveis, entrevistas individuais e colectivas, e através de comunicações pessoais.

Agradecimento

Para realizar este trabalho foi necessário um trabalho de terreno na Província da Zambézia, particularmente, no distrito de Namacurra, onde entrevistei deslocados, chefes das comunidades, raptados, elementos que participaram nas milícias dos Naparama e todos que de algum modo foram afectados pela guerra. Para estes todos vão os meus sinceros agradecimentos, pois sem a sua generosa contribuição e paciência não me seria possível a recolha de dados orais incorporados neste trabalho.

As entrevistas tiveram lugar no Posto Administrativo de Namacurra; nomeadamente, na sede do distrito de Namacurra, e nas localidades de Malei e Neuala e no Posto Administrativo de Macuse, na localidade sede de Macuse, nas localidades de Furquia, Mixixine e Muceliua.

A única documentação escrita que tive acesso e referente a Companhia do Boror, foi-me gentilmente cedida pelo senhor Ângelo Custódio A. Henriques, um ex-trabalhador senior da Boror, para ele os meus sinceros reconhecimentos.

Estes agradecimentos são, igualmente, extensivos ao pessoal da Administração do Distrito, ao senhor Secretário do Comité Distrital do Partido Frelimo, ao Delegado Distrital da Renamo, ao senhor director do Centro de Saúde de Macuse e de uma forma particular aos senhores Mário Camilo e Armando Moisés por me terem proporcionado tudo apoio moral, logístico, sobretudo, em transporte para as deslocações no interior do distrito.

A questão dos transportes afigurava-se como o "**calcanhar de Aquiles**". Primeiro porque a Administração não tinha um meio de transporte disponível e segundo, porque o trabalho decorreu numa época chuvosa (Fevereiro e Março) em que muitas vias se tornaram intransitáveis. E só foi com o apoio dos senhores Camilo e Moisés que pude ultrapassar uma parte destas dificuldades.

Não queria incorrer numa autêntica ingratidão, se não deixasse aqui o meu reconhecido agradecimento aos docentes do Departamento de História da Faculdade de Letras da

Universidade Eduardo Mondlane que no decorrer do meu curso puderam transmitir todo o potencial de conhecimentos que me permitiu realizar este trabalho. Para caso vertente deste trabalho, permitam-me manifestar o meu reconhecimento pela ajuda do Professor Doutor Gerhard Liesegang, na qualidade do meu supervisor, assim como pela sua atenção que nunca me faltou nos momentos mais decisivos.

Igualmente, não queria deixar de agradecer à minha família e à todos aqueles que duma forma directa ou indirecta me deram força, coragem e meios para que este trabalho se tornasse numa realidade.

ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ANC	African National Congress
ANR	Agricultura e Gestão de Recursos Naturais
BOSS	Bureau of State Security
CAPEL	Complexo Agro-Pecuário de Lioma
CIO	Central Intelligence Organization
CONCAJU	Consórcio de Caju e Subprodutos do Chuabo, S.A.R.L.
CONSAS	Constellation of Southern African States
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
DPA	Direcção Provincial da Agricultura
DPCCN	Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais
EP1	Escola Primária do 1º Grau
EP2	Escola Primária do 2º Grau
FAM	Forças Armadas de Moçambique
FFADR	Fundo do Fomento Agrário para o Desenvolvimento Rural
FICO	“Ficar Convivendo” ou “Frente Independente de Convergência Ocidental”
F.M.	Copra seca ao sol
F.O.B.	Mercadoria colocada a bordo sem qualquer encargos, só o custo de mercadoria
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FUNIPOMO	Frente Unida Popular de Moçambique
G.D.	Grupo Dinamizador

GE	Grupos Especiais
GEP	Grupos Especiais Pára-quedistas
GUMO	Grupo Unido de Moçambique
H.A.D.	Hot Air Dried (copra de qualidade obtida através de fornos).
MANU	Mozambique African National Union
NDP	National Democratic Party
MANC	Mozambique African National Congress
MFA	Movimento das Forças Armadas
MID	Military Intelligence Directorate
MNRA	Mozambique National Resistance Army
MNR	Mozambique National Resistance
MPLA	Movimento Popular para Libertação de Angola
OIM	Organização Internacional de Migração
ONG	Organização Não-Governamental
OPV	Organização Provincial de Voluntários
PAC	Pan-Africanist Congress
PCA	Posto de Comando Avançado
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONES	Programa "A Nossa Escola"
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RNM	Mozambique National Resistance
SABC	South Africa Broadcasting Corporation
SADCC	Southern Africa Development Coordinating Conference
SADC	Southern Africa Development Community

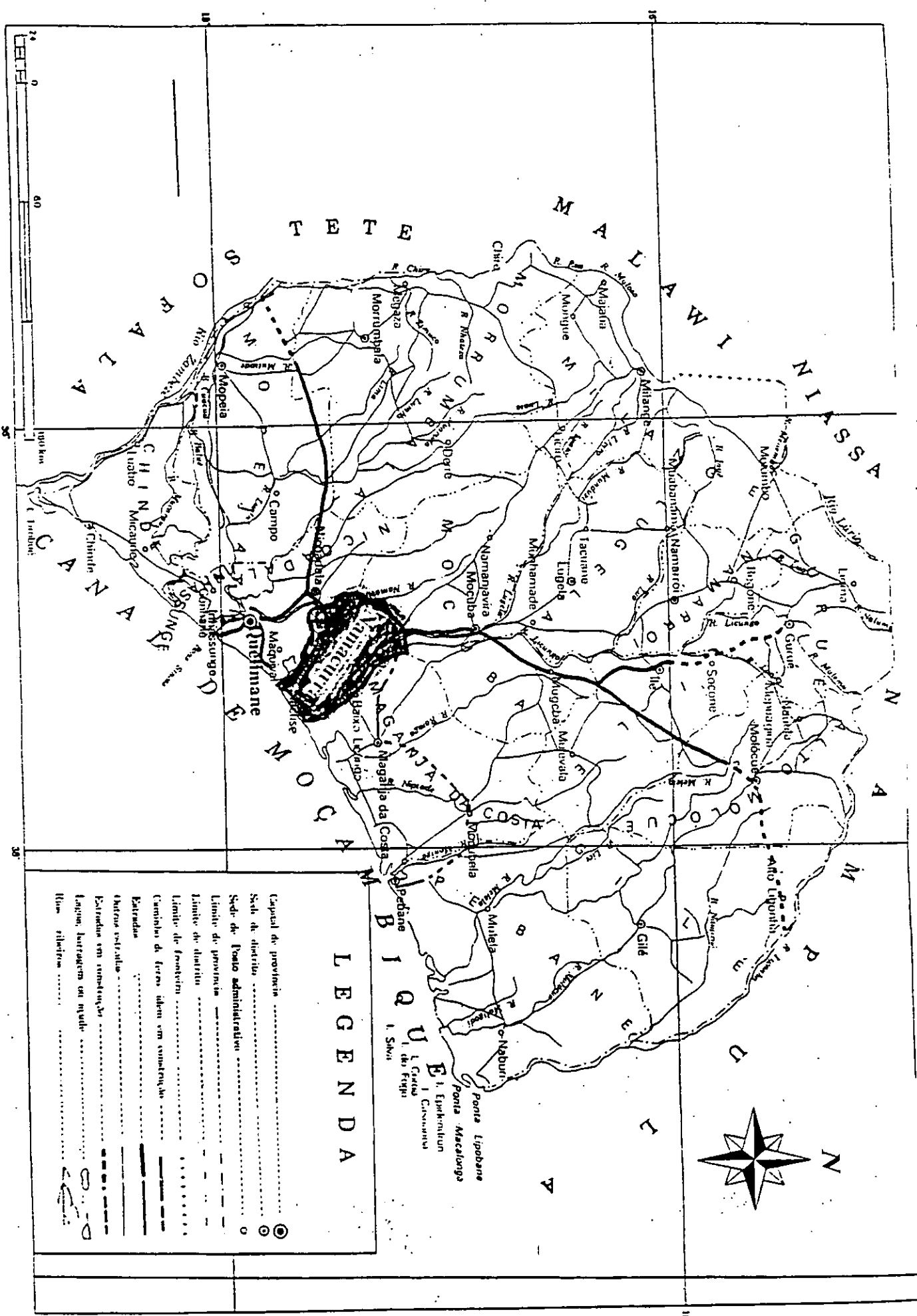
SADF	South African Defence Forces
SIP	Sementes Instrumentos de Produção
SIM	Serviços de Informação Militar
SNASP	Serviço Nacional de Segurança Popular
SSC	Conselho de Segurança de Estado
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UDI	Unilateral Declaration of Independence
UNDP	United Nations Development Program
UNAMI	União Africana de Moçambique Independente
UNAR	União Nacional da Rombézia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
UNOHAC	United Nations Office for Humanitarian Assistance
UPA	União Popular de Angola ou União das Populações de Angola
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
UTRE	Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas
ZANLA	Zimbabwe African National Liberation Army
ZANU	Zimbabwe African National Union
ZAPU	Zimbabwe African People's Union
ZIP	Zona de Influência Pedagógica
ZIPRA	Zimbabwe African People's Revolutionary Army

ÍNDICE	Pág.
Declaração	ii
Dedicatória	iii
Resumo	iv
Agradecimentos	v
Abreviaturas	vii
Capítulo.I - Introdução	1
1.1 - Tema e estrutura do Trabalho	1
1.2 - Metodologia	2
1.2.1 - Entrevistas Estruturadas e Semi-estruturadas	3
1.2.2 - Objectivos Temáticos	3
1.2.3 - Objectivos Específicos	3
Capítulo II - Causas e Motivações de Conflitos na África Austral	4
2.1 - A Descolonização da África Austral	4
2.2 - A Descolonização de Moçambique	6
2.3 - Moçambique um dos principais alvos da desestabilização económica e militar da Rodésia e da África do Sul	9
2.4 - Aparecimento da Renamo	11
2.5 - África do Sul e a sua política de desestabilização económica e militar de Moçambique	16
Capítulo III - Zambézia e Namacurra : História económica até 1977	18
3.1 - Resumo Histórico da Zambézia	18
3.2 - Resenha Histórica de Namacurra, (1922-1975)	19
3.3 - Administração Pública	20
3.4 - Economia: Actividades Económicas	21
Capítulo IV - Conflito Armado na Zambézia e em Namacurra	25

4.1 - Antecedentes do Conflito Armado na Zambézia	26
4.2 - A Implantação da RENAMO na Zambézia	28
4.3 - A Terceira fase da Guerra: Os Naparamas, uma reacção local contra a violência (1989-1992)	32
4.4 - Guerra no Distrito de Namacurra	35
4.4.1 - Antecedentes	35
4.4.2 - Ataque a Localidade de Malei	36
4.4.3 - Primeiros ataques a Sede do Distrito de Namacurra e a área do Posto Administrativo de Macuse (1984-1986)	37
4.5 - A Guerra em Namacurra, (1986-1989)	39
4.5.1 - A Estratégia de defesa para o distrito de Namacurra	39
4.5.2 - A RENAMO mantém um corredor até a Costa, (1986-1989)	39
4.6 - A Deslocação Forçada das Populações Rurais	41
4.7 - Os Anakabudula, (1985-1990)	45
Capítulo V - Naparama, Guerreiros mágicos-religiosos, (1986-1992)	48
5.1 - Antecedentes do fenómeno dos Naparama	48
5.2 - Expansão do movimento dos Naparama	49
5.3 - Naparama em Namacurra	50
5.4 - Os Rituais dos Naparama	52
5.5 - A crise de Identidade dos Naparama	55
5.6 - Rivalidades Internas de liderança do Movimento dos Naparama	57
Capítulo VI - As Negociações da Paz	58
Capítulo VII - Pós- Guerra e o Processo de Reassentamento (1992-1998)	62
7.1 - Retorno das Populações às suas Terras de Origem	62
7.2 - Reconciliação das Populações	64
7.3 - Luta pela Auto-Suficiência Alimentar	67

7.4 - Conflitos pela posse de Terras	70
7.5 - A situação social das camadas vulneráveis no pós-guerra (1992-1998)	72
7.6 - Reposição e Edificação da Rede Escolar, Sanitária e Abastecimento de Água Potável às Comunidades Rurais (1992-1998)	74
Capítulo VIII - Considerações Finais e Recomendações	86
Bibliografia	92
Periódicos	96
Publicações Oficiais	97
Entrevistas	98
Índice de Mapas	
1 - Mapa nº 1- Localização do Distrito de Namacurra, na Zambézia	0/1
2 - Mapa nº 2 - Divisão Administrativa do Distrito de Namacurra	20/21
3 - Mapa nº 3 - Em 1983, RENAMO ataca pela primeira vez a localidade de Malei, Distrito de Namacurra	36/37
4 - Mapa nº 4 - Campanha militar da RENAMO em direcção a costa e o movimento dos deslocados de guerra	44/45
Índice de Tabelas	
5 - Tabela nº 1 - A Evolução e a Estrutura das vendas de copra pela Boror de 1989 a 1992	25
6 - Tabela nº 2 - Evolução do número dos deslocados de guerra por ano	45
7 - Tabela nº 3 - Rede Escolar do Distrito de Namacurra, no período de 1975 a 1986	75
8 - Tabela nº 4 - Projecto de Reconstrução de Escolas da UNICEF	79
9 - Tabela nº 5 - Projecto de Construção do PMA - Banco Mundial	81
10 - Tabela nº 6 - Rede Escolar Geral actualizada do Distrito de Namacurra	82
11 - Tabela nº 7 - Actual Distribuição da Rede Sanitária no Distrito de Namacurra	84
12 - Tabela nº 8 - Rede de Abastecimento de água potável no Distrito de Namacurra	85

Mapa nº 1: Localização do distrito de Namacurra na Província da Zambézia



- LEGENDA**
- Capital de provincia
 - Sede de distrito
 - Sede de Posto administrativo
 - Limite de provincia
 - Limite de distrito
 - Limite de freguesia
 - Cambios de freguesia
 - Estadas
 - Estrada estranha
 - Estrada em construçao
 - Linhas, barragem em estudo
 - Linhas electricas

FONTE: DINAGECA - Direcção Nacional de Geografia e Cadastro, 1988

Capítulo. I - Introdução

1.1 - Tema e Estrutura do Trabalho

Os 16 anos de conflito armado em Moçambique resultaram em milhões de mortos, milhões de refugiados, deslocados e afectados de guerra, além de destruições em grande de escala de hospitais, escolas, lojas, estradas, pontes, linhas férreas; num país que antes da guerra necessitava de tais infra-estruturas.

Igualmente, esta guerra significou uma rotura com os mais fundamentais princípios morais e sociais. Esta revelou-se com maior gravidade sobre a população civil e, especialmente, sobre mulheres e crianças. Mas, mais grave ainda, ela produziu milhares de viúvas, órfãos, mutilados, crianças traumatizadas, pedintes e desmobilizados de guerra. Estes últimos passaram, então, a aumentar significativamente o número do exército dos desempregados que o País já possuía.

Com o Acordo Geral da Paz e conseqüente fim da guerra, Moçambique emergia como um país em ruínas. Foi neste cenário de total destruição do País que se iniciou a etapa da reconciliação das populações, da reconstrução e de desenvolvimento para que a Paz alcançada fosse duradoira. Era a condição indispensável para que a sociedade moçambicana pudesse reencontrar o seu equilíbrio social, libertar-se da instabilidade e dos traumas da guerra. Esta foi a fase da reintegração das populações nas zonas rurais.

Este trabalho pretende ser um modesto exercício de reflexão sobre o drama da guerra e do retorno dos deslocados para as suas áreas de origem devastadas pela guerra; um regresso sem garantia de um tecto, água, serviços básicos quer de saúde quer de educação e com escassas perspectivas de alcançar uma auto-suficiência alimentar, a breve trecho. É nesta base que escolhemos como tema deste trabalho: Pós - Independência, Guerra e Reassentamento da População no Distrito de Namacurra (1975-1998/9).

Assim, ao longo dos próximos capítulos, teremos, depois da Introdução, no segundo capítulo; o contexto político, económico e militar em que se encontrava a África do Sul, após a II Guerra Mundial

e os factores que concorreram para que os regimes da minoria branca desenvolvessem uma política de preservação do seu domínio e da manutenção da sua hegemonia na África Austral. Ainda neste capítulo faremos uma referência à descolonização de Moçambique. E Moçambique como um dos principais alvos da desestabilização económica e militar da Rodésia e da África do Sul. Falaremos, também, da origem e do desenvolvimento da RENAMO como uma consequência lógica, pelo menos em parte, da vontade da África do Sul de desestabilizar Moçambique e de forçar mudanças políticas no Governo da FRELIMO.

O III capítulo, dedica-se à história económica da Zambézia e Namacurra até 1977.

Os Capítulos IV e V cobrem o período de 1982-1992, sendo o principal objectivo abordar as questões relacionadas com a guerra na Zambézia e em Namacurra, a situação das populações deslocadas e afectadas pela guerra, assim como a vida nos Centros de Deslocados e o posicionamento das principais forças beligerantes no cenário da guerra, a RENAMO e a FRELIMO. Nestes capítulos ainda, além destas forças, faremos referência às forças especiais, os “**Anakabudula**” e sua tarefa assim como aos **Naparama**, forças que tiveram um papel muito relevante na criação duma paz relativa em certas áreas do Distrito de Namacurra.

As negociações da Paz, o reassentamento, a reconciliação das populações e a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra são outros temas abordados nos capítulos VI e VII.

E finalmente, temos o último capítulo reservado às considerações finais e recomendações.

1.2 - Metodologia

O trabalho foi produto de uma pesquisa bibliográfica e de um trabalho de campo. A pesquisa da bibliografia e da documentação consistiu na recorrência a obras disponíveis sobre a guerra na Zambézia e alguns documentos cedidos gentilmente por algumas entidades. A documentação consultada foram alguns relatórios, artigos e textos de referência. Neste capítulo, surgiram certas dificuldades porque à nível do distrito não foi possível ter acesso a documentos sobre o período pós -

independência, referente a Administração do Distrito e a Companhia do Boror, visto que os arquivos da sede do Distrito e da Companhia do Boror foram queimados durante o conflito armado.

1.2.1 - Entrevistas estruturadas e semi - estruturadas:

As entrevistas foram feitas com políticos, funcionários da administração e da Companhia do Boror, professores, camponeses, anciões, ex - naparamas, ex - raptados e religiosos, membros e simpatizantes da RENAMO e da FRELIMO. As entrevistas foram realizadas nos dois Postos Administrativos do Distrito de Namacurra: No Posto Administrativo de Namacurra (sede do Distrito de Namacurra, sede da localidade de Malei, e Neuala); e no Posto Administrativo de Macuse (Sede do Posto de Macuse, sede da Companhia do Boror, localidade de Muceliua, Furquia e Mixixine). As línguas utilizadas foram o chuabo e português.

1.2.2 - Objectivos temáticos

Pretendemos analisar as origens dos conflitos e as razões que forçaram a alteração do equilíbrio de forças na África Austral.

Neste contexto, analisamos as políticas de desestabilização da Rodésia do Sul e da África do Sul e a consequente criação de instrumentos de desestabilização em Moçambique, a RENAMO em 1977.

1.2.3 - Objectivos específicos

Este trabalho procura num primeiro momento traçar um quadro descritivo do desenvolvimento económico do distrito de Namacurra, no período pós - independência e o seu impacto até ao início da guerra de 1975 a 1983.

Procuramos descrever o drama a que os camponeses estiveram sujeitos, durante o conflito armado, no distrito, entre (1983-1992), primeiro nos seus locais de origem, nas zonas afectadas e em

seguida, nos centros de acomodação, assim como nas zonas sob controlo da RENAMO. Pretendemos igualmente, demonstrar o papel das forças especiais, conhecidas localmente, como “Anakabudula”, assim como dos guerreiros mágicos - religiosos; os Naparama. Um outro objectivo é caracterizar o fim da guerra e o reassentamento das populações, no pós-guerra-1992-1998/9. Com o reassentamento surgem os conflitos de terras, e a reconciliação das populações torna-se prioritária.

Por último, abordamos o processo de reposição e edificação das redes escolar, sanitária, abertura de fontes de abastecimento de água potável para as comunidades rurais e a situação da rede comercial .

Capítulo. II - Causas e Motivações de Conflitos na África Austral

Neste capítulo vamos analisar os principais factores de ordem económica e política que levaram o regime de Pretória, no período colonial, a apoiar militarmente os regimes coloniais na região e depois da descolonização de Angola e de Moçambique e mais tarde do Zimbabwe, a enveredar pela desestabilização económica e militar da África Austral. Assim como, procurar compreender em que circunstâncias a RENAMO surge no cenário político moçambicano.

2.1 - A Descolonização da África Austral

Após a II Guerra Mundial, África do Sul, o único estado independente de dominação branca da África Austral e detentora do maior potencial económico, industrial e militar, graças a abundância em recursos minorias do seu subsolo. Desde então, África do Sul torna-se num grande parceiro das multinacionais que passaram a canalizar muitos investimentos de capital estrangeiro. Estes factores de-

terminaram que a África do Sul se tornasse numa potência do Continente Africano.¹

Neste contexto, as autoridades de Pretória para defender este grande potencial como património exclusivo da minoria branca, desenvolveram uma política de preservação do domínio desta minoria e da manutenção da sua hegemonia na África Austral.² Porém, nos finais dos anos 50 e princípios dos anos 60, este cenário político começou a ser posto em causa por vagas sucessivas de contestações das maiorias excluídas deste processo político imposto pelo regime do apartheid. Segundo Harold Macmillan, eram os “ventos da mudança” que sopravam na África Austral, pois o clima político tinha-se tornado, mais do que nunca, muito propício para o surgimento de movimentos nacionalistas, apesar da repressão imposta pelos regimes minoritários brancos da região.³

De facto, as independências de Tanzânia, Zâmbia e Malawi, em 1964, de Botswana e Lesotho, em 1966 e de Swazilândia em 1968, inspiraram e galvanizaram a formação de movimentos de libertação que desencadearam as lutas de libertação:- UPA/MPLA, em Angola, em Fevereiro de 1961, FRELIMO, em Moçambique, em 25 de Setembro de 1964, e ZIPRA, na Rodésia do Sul (Zimbabwe) em Maio de 1964.⁴

Perante esta nova “ameaça” política, os regimes coloniais reforçaram os seus métodos de repressão e intolerância como forma de proteger os seus interesses à nível da região austral da África. Foi neste esforço que se extremaram as posições e todas as reivindicações da maioria negra passaram a ser respondidas violentamente através de massacres tais como: os de Icolo e Bengo, em 1959, em Angola; Sharpeville, em 21 de Março de 1960, na África do Sul; Mueda, em 16 de Junho de 1960, em Cabo Delgado, Moçambique e o banimento de organizações nacionalistas na África do Sul e na Rodé-

¹ PATTEE, Richard, vol.1, 1971: 150-153 ; LOPES JÚNIOR, Migueis, 1, 1980:92.

² ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, A. 1994:75; OLSON, Thomas, 1990 .18

³ Palavras do Primeiro-ministro Britânico, no seu discurso na Assembleia do Parlamento, na cidade do Cabo, em 1960, para dizer que o Governo Britânico não podia continuar a manter colónias de governo minoritários (MELDRUM, Andrew, 39, (5), 1994 :66-67)

⁴ ANTUNES, José Freire, 1996: 160-162 e 219-211; OSTERGAARD, Tom, 1990: 21-22.

sia.⁵

Na primeira década de 1960, a África do Sul forma uma linha defensiva contra os movimentos anticoloniais, com o propósito de defender as estruturas e instituições básicas do apartheid, esmagar a oposição interna, assim como, manter a luta de libertação o mais afastado possível das suas fronteiras, apoiando militarmente Ian Smith, na Rodésia do Sul e as autoridades coloniais portuguesas, em Moçambique.⁶

2.2 – A Descolonização de Moçambique

No período de 1972-74, depois de fracasso da operação “Nó Górdio”⁷ a intensificação das guerras coloniais contribuiu para um rápido desmoronar do Império Colonial Português, em África. E como corolário, em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (M.F.A.) derrubou o Regime Fascista Português, num Golpe de Estado⁸.

Mas, na óptica da FRELIMO a queda do fascismo em Portugal, só por si, não representava o fim do colonialismo em Moçambique. E a paz em Moçambique só seria alcançada com o fim do colonialismo e da sua guerra de agressão.⁹ Ou como afirma Iussuf Adam, “*a FRELIMO era a única alternativa para acabar com a guerra em Moçambique*”.¹⁰

Em Portugal, a questão da descolonização não colhia consenso de todas as sensibilidades poli-

⁵ TEMPO, (926), 1988 :26. ; ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders.1994 : 74.75

⁶ OLSON, Thomas, 8, 1990: 18 ; EGERÖ, Bertil. 1992: 36

⁷ Em Moçambique, Kaúlza de Arriaga desencadeou a operação conhecida pelo nome de código “Nó Górdio, “ em Maio de 1970. Fracassada esta Operação, Arriaga passou a usar, nas suas campanhas, tropas africanas tendo, assim criado os Grupos Especiais (GE) e Grupos Especiais Pára-quadistas (GEP) (NEWITT, Malyn, 1997: 456-457; HENRIKSEN, Thomas H. 1983: 30.)

⁸ NEWITT, Malyn, 1997: 461; FRELIMO (Eds), 1977: 50-51.

⁹ FRELIMO, (Eds), 1977: 51.

¹⁰ ADAM, Iussuf, 9, 1991: 44

ticas portuguesas¹¹ e, como consequência, são intensificadas manobras à nível do Estado Português, ao recusar o direito à independência imediata de Moçambique e criando movimentos políticos alternativos à FRELIMO. Porém, o Governo Português viu-se forçado a negociar com a FRELIMO. E a 7 de Setembro de 1974, em Lusaka (Zâmbia), foi assinado o Acordo de Lusaka, que pôs fim os 10 anos de guerra colonial e o governo português reconheceu o direito do povo moçambicano a Independência.¹²

Este acordo desagradou as forças interessadas numa solução diferente da FRELIMO para a questão colonial em Moçambique. Ao se sentirem, “traídas” e tendo em perspectiva alcançar, para uma vasta camada da população branca, um modelo de governação da África do Sul e da Rodésia,¹³ protagonizaram duas sublevações abortadas, respectivamente, nos dias 7 de Setembro de 1974, com o assalto da Estação Emissora da Rádio Clube, e mais tarde, em 21 de Outubro do mesmo ano, através de um grupo de soldados dos comandos do Exército Português.¹⁴

Manuel dos Santos, dirigente da “FICO,” justificava esta rebelião nos seguintes termos:

“(…) tinha chegado a altura de recorrer à força para fazer escutar a voz dos moçambicanos que corriam o sério risco de serem abandonados à sua sorte.”¹⁵

¹¹ General António de Spínola, então Presidente da República Portuguesa, pretendia defender a formação de uma comunidade federal portuguesa, em vez da descolonização dos Territórios Ultramarinos Portugueses. Em Moçambique, Jorge Jardim, em coordenação com Spínola, tomou-se mais activo depois do 25 de Abril, para defender a tese de Marcelo Caetano de “Autonomia Progressiva e Participada” através dos pseudos-movimentos políticos: GUMO, FRECOMO, FICO, PCN (HENRIKSEN, Thomas. 1983: 30 e 57-59; NEWITT, Malyn, 1997: 456-463; JARDIM, Jorge, 1976:144 -145.

¹² NEWITT, M., 1997: 462; FRELIMO (Eds.), 1977 : 53.

¹³ ADAM, Iussuf, 9, 1991: 45

¹⁴ No dia 7 de Setembro de 1974, na então cidade de Lourenço Marques, tiveram lugar manifestações violentas de colonos portugueses, conhecidas por “Movimento de Moçambique Livre”. Simultaneamente, em Portugal estava em preparação uma reacção, para derrubar as chamadas “Influências Perniciosas”, que teria Moçambique como detonador duma revolta civil-militar que pressionaria Lisboa a tomar posição a fim de evitar o “abandono irresponsável do Ultramar”. Foram figuras de maior destaque deste movimento : Manuel Gomes dos Santos, (dirigente do “FICO“); Velez Grilo, (presidente da Acção Nacional Popular), Pires Cardoso, (oposicionista democrata e anti-salazarista), Urias Simango (antigo vice-presidente da FRELIMO em tempo de Mondlane), Paulo José Gumane (líder da COREMO), Basílio Banda, (líder do MONIPOMO), Joana Simeão, Máximo Dias e Jorge Abreu da GUMO depois da FRECOMO. Jorge Jardim dirigiu o movimento estando em Johannesburg, onde esteve com António Champalimaud. No dia 21 de Outubro de 1974, já depois da queda deste movimento, ainda em Lourenço Marques, elementos dos “Comandos” do Exército Português atacaram populações das zonas suburbanas da cidade (FRELIMO Eds.1977:51-53)

¹⁵ JARDIM, Jorge, 1976: 338-353

O dirigente da FICO ao dizer isto, pretendia assim defender a continuação do domínio dos colonos em Moçambique, por isso para ele a assinatura dos Acordos de Lusaka não passava duma "traição."¹⁶

E o Presidente Samora fazendo uma análise destes acontecimentos concluiu dizendo:

*"isto é obra de um punhado de brancos reaccionários com vista a impedir a independência de Moçambique e para internacionalizar a agressão contra o povo moçambicano".*¹⁷

Estes acontecimentos vinham, acima de tudo, confirmar a posição da FRELIMO de que *"a queda do fascismo em Portugal não significava a queda do colonialismo"*. Foi com base neste pressuposto que a FRELIMO pôs como condição *"sine qua non"* não haveria paz em Moçambique; sem o fim do colonialismo e da sua guerra de agressão.¹⁸

O período de 25 de Abril de 1974 a 25 de Junho de 1975, ficou caracterizado por múltiplas manobras reaccionárias como forma de criar anarquia, fazer desacreditar a FRELIMO para inviabilizar todo o processo de transição e finalmente, tomar o poder à força. Foi neste sentido que os colonos inconformados com o novo cenário político começaram a perpetrar uma série de acções desestabilizadoras como; a transferência ilícita de capitais, reexportação de veículos pesados de transportes e outros equipamentos.¹⁹

Perante este cenário, a FRELIMO demarca-se delineando o seu estilo de governação caracterizado por ser um governo das largas massas excluídas no anterior governo. Este novo conceito de governação foi a razão fundamental das manifestações daqueles que não se identificavam com o governo da FRELIMO.²⁰

¹⁶ TEMPO (213) 1974:2 ; TEMPO (926), 1988: 36

¹⁷ TEMPO (213) 1974:2 ; TEMPO (926), 1988: 36; ADAM, Iussuf, 9, 1991: 45

¹⁸ FRELIMO (Eds.) 1977:51

¹⁹ TEMPO (228), 1975 :5 ; TEMPO (261) 1975 : 28-31.

²⁰ TEMPO (224), 1975 :28.



Com a Independência Nacional, e as nacionalizações de 24 de Julho de 1975, e as de 3 de Fevereiro de 1976, (da habitação, saúde e educação), abalaram os alicerces económicos da burguesia colonial em Moçambique ao lhe retirar as principais fontes dos recursos matérias. Em reacção a mais este desafio os colonos e seus simpatizantes desencadearam uma oposição activa para criar uma situação incontrolável que frustrasse as intenções das novas autoridades de Moçambique.²¹

Perante a realidade económica e social que o País vivia, o Comité Central da FRELIMO decidiu definir sua estratégia de desenvolvimento económico, cujo objectivo era acabar com o subdesenvolvimento, num período de dez anos.²²

Para que este projecto fosse exequível, de 3 a 7 de Fevereiro, realizou-se o III Congresso da FRELIMO, que traçou como prioridades uma forte centralização das tomadas de decisão e a transformação da FRELIMO em partido de vanguarda marxista - leninista.²³

2.3 - Moçambique um dos principais alvos da desestabilização económica e militar da Rodésia e da África do Sul

Moçambique, apesar da sua realidade geopolítica e a sua dependência extrema de receitas de serviços prestados aos países vizinhos, definiu a sua política externa como anti - imperialista e anti - racista pois a direcção da FRELIMO estava ciente de que para o desenvolvimento da África Austral devia-se combater o capitalismo e o racismo da região no sentido de regimes de maioria negra e para a cooperação regional. Foi nesta base que a FRELIMO passou a dar o seu apoio total e incondicional aos movimentos de libertação ZANU e ANC. Este posicionamento de Moçambique foi considerado como

²¹ FRELIMO (Eds.) 1977: 63-65

²² ABRAHAMSSON, H e NILSSON, Anders, 1994 :93-94

²³ EGERÖ, B., 1992:101; NEWITT, M. 1997:466-467; ABRAHAMSSON, H e NILSSON, A 1994 :96

ameaça a estratégia militar, primeiro da Rodésia e depois da África do Sul.²⁴

Em Moçambique, antes do 25 de Abril de 1974, o regime de Ian Smith contava com Jorge Jardim que em estreita coordenação com a Rodésia pretendia criar condições para que alguns portugueses de Moçambique pudessem declarar uma independência unilateral tal como na Rodésia. A independência de Moçambique passou a representar para Rodésia três perigos fundamentais; militar, económico e ideológico. A nível militar, Moçambique transformou-se numa base de apoio para os guerrilheiros da ZANU-(PF) e ZAPU que combatiam contra Smith, além de ter cerca de 500 soldados moçambicanos, “internacionalistas”, combatendo ombro a ombro com os zimbabweanos de (1978/79). A nível económico, os portos e caminhos - de - ferro de Beira e Lourenço Marques (Maputo) tradicionais na economia rodésiana, haviam se transformado numa importante arma pronta a ser usada pelas autoridades de Moçambique, perante a ameaça internacional de sanções económicas. Por último, a FRELIMO ao se transformar num partido marxista - leninista, em 1977, representava um sério perigo ideológico para o regime colonial da Rodésia.²⁵

Foi neste contexto que Ken Flower,²⁶ chefe do CIO, organiza um movimento anti - FRELIMO em Moçambique, numa altura em que a ZANU, em Moçambique organizava a sua guerrilha contra a Rodésia de Ian Smith. Esta foi uma das causas que levou a criação de um movimento que se pretendia de oposição em Moçambique, em 1975. Este plano inspirou-se na experiência britânica de contra - insurgência utilizada para combater a insurgência na Malásia, Aden, Chipre, assim como no Quénia. No caso de Moçambique as principais acções dos Serviços Secretos Rodésianos, consistiam no desenvolvimento e coordenação de pequenos grupos e indivíduos colaboracionistas do anterior regime colonial e dissidentes da FRELIMO.²⁷

²⁴ ABRAHAMSSON, H e NILSSON, Anders, 1994 :158-159

²⁵ TEMPO (926), 1988: 27

²⁶ Ken Flower foi um ex-funcionário britânico, que no Quénia adquiriu experiência com a guerra anti-Mau-Mau e passou a residir na Rodésia após a “UHURU” (Independência). TEMPO (926), 1988: 28

²⁷ ANTUNES, J. Freire, 1996: 600

TEMPO (926), 1988,:28; ABRAHAMSSON, H., NILSSON, A.,1994,: 164-165

Os planos da CIO Rodésiana iniciaram com o recrutamento de antigos elementos da polícia política portuguesa PIDE/DGS, os ex - Flechas, Comandos, da Organização Provincial de Voluntários (OPV), dos Grupos Especiais e Grupos Especiais de Pára-quedistas; (GE) e (GEP) e dissidentes das FPLM. Este núcleo viria a transformar-se numa unidade que passaria, inicialmente a ser designada por MNR (Mozambique National Resistance)²⁸.

Os Serviços Secretos Rodésianos ao criar a MNR tinham como perspectivas imediatas evitar que a Rodésia do Sul (Zimbabwe) viesse a seguir uma orientação ideológica das ex- colónias portuguesas.²⁹

Face às actividades da guerrilha na Rodésia do Sul e encerramento das fronteiras de Moçambique com a Colónia Britânica da Rodésia do Sul, a 3 de Março de 1976, Ian Smith temia o recrudescimento da luta contra o seu regime e a consequente propagação da ideologia que a FRELIMO preconizava.³⁰

2.4 - Aparecimento da RENAMO

A insurgência contra a FRELIMO não teve seu início com a RENAMO.³¹ Em 1962, a coligação dos três movimentos, MANU, UDENAMO e UNAMI não assentavam em bases muito sólidas desde os primeiros momentos da existência da FRELIMO. Este facto, foi reconhecido por esta nova formação, no seu I Congresso, ao se definir a unidade como a base no processo de libertação e o Congresso foi denominado por Congresso da Unidade³².

²⁸ As denominações como MNR ou RNM aparecem como um esforço para apresentar o grupo rebelde como um grupo autónomo. Só a partir de 1977, é que a imprensa e informações da Inteligência começam a chamar "Mozambique National Resistance". O então Secretário Geral, Orlando Cristina chegou a afirmar que o nome foi escolhido numa reunião secreta em Salisbúria, na Rodésia, em 1977, entre Evo Fernandes, André Matsangaissa, Afonso Dhlakama, Khembo dos Santos, Leo Milas e o próprio Orlando Cristina. Tudo leva a crer que a denominação RENAMO foi da autoria de Evo Fernandes como forma de portugalização dos rebeldes.(VINES, Alex. 1996:16)

²⁹ EGERÓ, Bertil, 1992:89; NEWITT, Malyn. 1997:78; ABRAHAMSSON, H e NILSSON, A., 1994 :

³⁰ TEMPO, (283),1976: 1-7; VINES, Alex. 1996:15-16; EGERÓ , Bertil.,1992: 90

³¹ VINES, Alex. 1996:11

³² NEWITT, Malyn, 1997:451

Em 1962, surgem as primeiras clivagens quando a direcção da FRELIMO foi acusada de elitismo e composição étnica da sua liderança dominada por elementos sulistas num movimento onde a maior parte de elementos era do Norte. Outras inquietações eram sobre as ligações americanas de Eduardo Mondlane.³³

Foi por causa destas inquietações que a FRELIMO enfrenta as primeiras cissões que resultaram, em 1962, na expulsão do seu seio de alguns líderes dos movimentos que formaram a FRELIMO como; Matthew Mmole e Laurence Milinga da (MANU)³⁴, Baltazar Chakonga da (UNAMI e MANU), Adelino Gwambe de UDENAMO entre outros.³⁵

Em 1963, foram expulsos do Comité Central da FRELIMO acusados de envolvimento em distúrbios; David Mungwambe, Paulo Gumane, João Mugwambe e Fanuel Mahluza.³⁶ Em 1962, Adelino Gwambe, depois de expulso da FRELIMO, organizou UDENAMO, em Kampala. Este, em breve, seria reformado com o nome de UNDENAMO - Monomotapa. Em Kampala, em 1963, a UNDENAMO - Monomotapa, MANU e MANC formam FUNIPOMO. Finalmente, em Junho de 1964, grupos de dissidentes de MORECO, UDENAMO - Mozambique, MANU e UNDENAMO - Monomatapa formaram a COREMO, em Lusaka com uma representação no Cairo.³⁷

Este foi o único grupo de dissidentes que teve algum apoio no interior de Moçambique. Em 1971, depois da sua expulsão da FRELIMO, Simango, assumiu a liderança da COREMO, em Lusaka. E em 1968 da COREMO surge a UNAR, em Blantyre (Malawi).³⁸

Com a Independência Nacional e com a dita "ameaça" que o marxismo em Moçambique representava, para o regime de Smith, este concentrou esforços no sentido de formar um movimento de oposição à FRELIMO. Esta vontade encontrava eco junto dos colonos portugueses inconformados,

³³ Ter por esposa uma americana; ter confiado a direcção da FRELIMO (1962-1964), ao Milas, um negro americano disfarçado de exilado moçambicano, de nome verdadeiro Leo Clinton Aldridge. Daí a acusação de que a FRELIMO estava a soldo ou infiltrada pela CIA (NEWITT, M. 451-452; VINES, A. 1996:11-12.

³⁴ VINES, Alex. 1996: 11

³⁵ MACHEL, Samora Moisés. [S.d.]: 27; NEWITT, Malyn. 1997 : 451-452.

³⁶ VINES, Alex. 1996 :11

³⁷ VINES, Alex. 1996 :13

³⁸ A UNAR significou a unificação da Rombezia (VINES, Alex. 1996 : 13)

com o governo da FRELIMO e que, igualmente, pretendiam apoiar grupos de dissidentes moçambicanos que fugiam de Moçambique para a Rodésia.³⁹

De facto, em 1977, os movimentos FUMO, PRM (Partido Revolucionário de Moçambique) e mais tarde (África Livre) de Amós Sumane e Gimo M'phiri e a MNRA⁴⁰ reclamavam estar a operar no interior do País, particularmente nas Províncias da Zambézia e de Tete⁴¹

Foi neste cenário de agitação política que Ken Flower, com base nestes pequenos grupos de dissidentes da FRELIMO, criou um núcleo que viria a ser conhecido inicialmente por MNR (Mozambique National Resistance).⁴²

Neste projecto, os Serviços Secretos Rodesianos contaram particularmente com a colaboração de alguns colonos portugueses, sendo um dos mais destacados Orlando Cristina.⁴³

Em 1971, Cristina tinha sido responsável das tropas especiais que combatiam para deter o avanço da luta da FRELIMO em direcção ao Sul do Zambeze. Pois a zona de Manica e Sofala era bastante sensível, já que ameaçava as linhas de trânsito entre a Rodésia e o Oceano Índico através do Porto da Beira e da estrada para o Malawi. Assim, o recrutamento destas forças circunscreveu-se na zona Centro de Moçambique o que concorreu para que tais forças se apresentassem com uma base étnica, sendo o ndau a etnia predominante.⁴⁴

Em Março de 1976, o Presidente Samora Machel ao fechar a fronteira comum Moçambique/Rodésia visava isolar a Rodésia e apoiar mais activamente a luta de libertação da ZANU

³⁹ NEWITT, Malyn. 1997 :482

⁴⁰ Tudo leva a crer que MNRA foi a anterior designação dada a RENAMO. (VINES, Alex. 1996 : 15)

⁴¹ VINES, Alex. 1996 : 15

⁴² VINES, Alex. 1996:16

⁴³ Orlando Cristina, na década de 60 e início dos anos 70, foi agente dos Serviços de Informação Militar e esteve ao serviço de Jorge Jardim. Em 1973, encontrou-se com Milas, em Dar-es-Salaam e por intermédio deste quis fazer-se passar por combatente da FRELIMO para se infiltrar no grupo dos que iam treinar na Argélia. Nas actividades anti-FRELIMO ele participou na criação dos GEs e GEPs. Após o 25 de Abril de 1974, foge para Malawi e depois para Rodésia, onde trabalhou ao serviço do regime de Ian Smith e na "Voz da África Livre" e na criação da RENAMO. Em 1977, Cristina recruta Milas para a recém formada Renamo. (VINES, Alex. 1996:11-12). Em 1980, com a Independência do Zimbabwe, junta-se aos Serviços Secretos Militares sul-africanos (DMI) e chega a assumir o cargo de Secretário Geral da RENAMO. Em 21 de Abril de 1983, foi assassinado, em Cullinan, vítima de contradições internas na RENAMO. (TEMPO (926) 1988: 29-36)

⁴⁴ ABRAHAMSSON, H. e NILSSON, A., 1994 :164; ANTUNES, J. Freire, 1995: 610

e trabalhar no sentido de uma África do Sul de maioria negra. Por estas opções Moçambique, passou a ser alvo de ataques das tropas rodesianas e a policia secreta rodesiana criou condições para a formação duma força de guerrilha, com a designação de Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), com o objectivo de no interior de Moçambique, fazer o levantamento da ZANU, e desestabilizar militarmente o País.⁴⁵

Por seu turno, a ZANU, a partir de Moçambique, intensificava suas acções de guerrilha no interior da Rodésia e de Maputo, o ZANLA radiodifundia para uma audiência cada vez maior e mais entusiasta na Rodésia, a "Voice of Zimbabwe"⁴⁶.

Em Julho de 1976, em reacção ao grande impacto da "Voice of Zimbabwe," na Rodésia, a CIO, criou "A Voz da África Livre",⁴⁷ também conhecida em Moçambique por (Voz de Guizumba) que se localizava em Gwelo, (actual Gweru) através da Rhodesia Broadcasting Corporation. A estação radiofónica difundia propagandas de natureza subversiva contra Moçambique, as ZANLA e a ZANU. Esta Rádio estava sob a direcção de Cristina que concebia e produzia os respectivos programas com ajuda de Álvaro Récio⁴⁸.

Em 1976, com a chegada na Rodésia de um grupo de cerca de 30 militares dissidentes da FRELIMO, chefiados por André Matade Matsangaissa⁴⁹, em Agosto deste ano, a CIO de Flower, cria o

⁴⁵ ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. 1994 : 101

⁴⁶ O programa de Rádio tinha como locutores Charles Ndlovu e Ian Christie, este último, um jornalista escocês. ANTUNES, J. Freire, 1996: 603

⁴⁷ A "Voz da África Livre" uma criação rodesiana radiodifundia propaganda hostil contra a República Popular de Moçambique; a favor da RENAMO e do governo de Ian Smith. Em 1980, após a independência do Zimbabwe, a "Voz da África Livre" passou a utilizar as emissoras da SABC, na África do Sul, para onde tinha sido transferida a RENAMO. A "Voz da África Livre" deixou de radiodifundir, em 1984, após o Acordo de Nkomati. TEMPO (926), 1988 :36

⁴⁸ ANTUNES, J. Freire, 1996: 603-604

⁴⁹ André Matsangaissa, em Outubro de 1976, foge da Reeducação em Sacuze, onde esteve preso, para Rodésia, onde é recrutado pela Segurança Rodesiana para a futura unidade de guerrilha contra FRELIMO. Em 10 de Abril de 1977, com um grupo de guerrilheiros ataca o Campo de Sacuze e raptou cerca de 50 a 250 reeducandos, alguns destes foram treinados no Campo de Odzi, (nome de um rio) e incorporados na Renamo. Matsangaissa morre, em combate contra as FAM, em 17 de Outubro de 1979, e Afonso Dhlakama, torna-se Presidente da RENAMO.(TEMPO (926), 1988:29-36; ANTUNES, J. Freire, 1996: 604 -605

centro de treinos em Odzi⁵⁰, perto de Umtali (actual Mutare). O centro era tutelado por três oficiais rodesianos chefiados por Erick "Rick" May.⁵¹

Fazia também parte deste primeiro destacamento de dissidentes, Afonso Dhlakama, actual líder da RENAMO. Nos meados de 1977, depois dos treinos em Odzi, a MNR foi enquadrada em operações combativas. A primeira acção consistiu no ataque ao chamado Campo de Reeducação de Sacuze, perto da Gorongosa.⁵² Primeira tarefa da MNR era recolher e fornecer informações a CIO a respeito das actividades da ZANLA e das FPLM, no interior de Moçambique. Mais tarde começou a realizar acções terroristas, de sabotagem, rapto de populações; como forma de desencorajar o Governo Moçambicano a dar apoio aos guerrilheiros da ZANU, e a cumprir com as sanções económicas, impostas pelas Nações Unidas. Assim, a RENAMO começava a operar, como parte de operações dos Selous Scouts ou outros ramos das forças de Segurança Rodesiana anti - FRELIMO operando em Moçambique.⁵³

Com o aumento dos efectivos dos recrutados, produto de raptos das populações durante as suas incursões; novos campos de treinos foram abertos em Bindura e Salisbúria, no Quartel de Inkomo. Em 1977 é criado o acampamento da RENAMO na Gorongosa e a abertura de uma Delegação em Lisboa, contando com a colaboração de Evo Fernandes.⁵⁴

Em 1978, para fazer face ao aumento das actividades de guerrilha da ZANLA ao longo da fronteira comum rodesiana/moçambicana, o General Peter Walls⁵⁵ e o Chefe da CIO, Ken Flower em coor-

⁵⁰ Uma Quinta de tabaco perto de Mutare. ANTUNES, J.Freire, 1996:604; AFRICA WATCH, 1992:21; TEMPO (926), 1988: 28

⁵¹ Eric "Ricky" May era responsável do Departamento de Operações do CIO. TEMPO (926), 1988 : 28

⁵² ANTUNES, J. Freire, 1996 : 603-605

⁵³ TEMPO (926), 1988, :28; VINES, A., 1996,: 16

⁵⁴ Evo Fernandes foi um advogado e trabalhou para o Engenheiro Jorge Jardim, na Beira. Em 1977, na Delegação da RENAMO em Lisboa, ele fazia coberturas propagandísticas das operações da RENAMO em Portugal, para criar uma imagem politizada do terrorismo rodesiano. TEMPO (926), 1988,: 29 ;

⁵⁵ General Peter Walls foi Comandante das Forças Armadas Rodesianas. TEMPO (926), 1988,:29

denação com as unidades de " Selous Scouts", decidem intensificar e expandir as operações militares da RENAMO contra Moçambique. Nesta óptica, bases permanentes foram estabelecidas no interior de Moçambique, como prelúdio de contra-ofensivas contra as bases da ZANLA e suas vias de infiltração. No prosseguimento dos seus esforços para reduzir as pressões da ZANLA, propôs-se dividir Moçambique em três partes; cortando as vias de comunicações, entre as cidades principais e de importância estratégica como Maputo e Beira, e Tete. Segundo Vines, foi durante esta primeira fase de materialização dos planos rodesianos que André Matsangaissa, primeiro líder da RNM (RENAMO), encontrou a morte, em Gorongosa, durante combates com as Forças Armadas de Moçambique (FAM), em 17 de Outubro de 1979⁵⁶.

Após a morte de Matsangaissa, Dhlakama venceu uma violenta luta pela liderança da RENAMO, apesar da sua impopularidade, tanto entre os rodesianos como entre a maior parte dos dissidentes moçambicanos negros. Lucas M'langa, o mais sério opositor de Dhlakama, foi morto na sequência das confrontações entre as duas facções, na base da RENAMO de Chisumbanje, na então Zimbabwe - Rodésia.⁵⁷

Em consequência desta luta, os partidários sobreviventes de M'langa fugiram para o interior de Moçambique, indo-se render às FAM. Outros opositores políticos optaram para o exílio. E nos finais de 1979, um grupo de dissidentes da RENAMO formou em Lisboa a MONAMO.⁵⁸

2.5 - África do Sul e a sua política de desestabilização económica e militar de Moçambique

Em 1980, após a independência do Zimbabwe, e a criação da SADCC pelos países da Linha da

⁵⁶ VINES, Alex. 1996:16; AFRICA WATCH, 1992,:21

⁵⁷ Dhlakama era apoiado sobretudo pelos falantes de Ndau do Centro de Moçambique e pelo Orlando Cristina. (VINES, Alex. 1996:16-17 e NEWITT, Malyn. 1997: 482-483) . Nos meados de 1980, após a Independência do Zimbabwe, Afonso Dhlakama referia-se a esta crise nos seguintes termos : "Quando Matsangaissa morreu a MNR estava em vias da sua destruição completa". VINES, A. 1996 : 17

⁵⁸ MONAMO foi criado por Dr. Máximo Dias . VINES, A., 1996, op. cit.:16-17

Frente para diminuir a sua dependência económica da África do Sul e aumentarem as possibilidades políticas de isolar o regime do apartheid. Moçambique, comprometido com a sua política externa e estratégia de desenvolvimento, participou activamente na iniciativa de formar a SADCC, e a sua responsabilidade pelas acções necessárias no sector dos transportes para isolar o regime do apartheid e pelo seu apoio ao ANC, este protagonismo da FRELIMO serviu de pretexto para P. W. Botha utilizar a sua estratégia total e iniciar a desestabilização económica e militar de Moçambique⁵⁹. Esta política de Botha ganhou contornos mais preocupantes e agressivos quando Reagan assume o poder nos EUA em 1980 e promove a Guerra Fria. Assim, durante a década de 1980, Botha faz ataques directos aos países vizinhos, justificando-se estar a atacar bases do ANC enquanto o objectivo principal era desestabilizar militar e economicamente Moçambique.⁶⁰

Em Outubro de 1979, com o fim do regime de Smith, e depois dos acordos de Lancaster House, a RENAMO passa a estar sob controlo das SADF (South African Defense Forces). Desde 1980, a RENAMO é treinada, equipada e comandada pela África do Sul para servir seus interesses políticos. Mas, tudo indicava que era para tornar irrealizável os projectos preconizados pela SADCC de ser uma força económica alternativa na região, defender o apartheid e como método político para forçar mudan-

⁵⁹ ABRAHAMSSON, H e NILSSON, A. 1994:100-102

⁶⁰ NEWITT, Malyn, 1997 :481

ças políticas em Moçambique.⁶¹

Capítulo III - Zambézia e Namacurra: História Económica até 1977

Neste capítulo abordaremos a História económica da Zambézia e de Namacurra, desde a fase da expansão do capitalismo, em 1892, até 1975/85.

3.1 – Resumo Histórico da Zambézia

Zambézia, Província do Centro de Moçambique, com 105.008 Kms² de superfície territorial e com uma população calculada em cerca de 3.202.000 de habitantes, segundo o censo de 1997, é uma das províncias mais povoadas do País, com uma densidade populacional de 30,6 (hab./Kms²).⁶²

O topónimo Zambézia remonta aos tempos dos Prazos, em 1858, altura em que os territórios da Coroa Portuguesa situados no Vale do Zambeze (da foz do rio Zambeze até ao presídio do Zumbo) foram designados por Zambézia, provavelmente, derivado do nome do rio que corre por estas terras.⁶³ Nos finais de 1902, a actual Província da Zambézia passou a designar-se por distrito de Quelimane, e nos anos 50, começou a ser chamada por distrito da Zambézia.⁶⁴

Na Zambézia, a expansão do capitalismo traduziu-se na instalação de plantações e de trabalho forçado.⁶⁵ Com efeito, desde 1892, os prazos começaram a ser comprados, arrendados ou

⁶¹ NEWITT, Malyn, 1997:481-483; ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders, 1994: 158-159

⁶² Instituto Nacional de Estatística (INE), 1998:12-15; LEGRAND, Jean-Claude.1991:1

⁶³ SERRA, C. Vol.1. 1986:41-42; História de Moçambique. Vol.2. 1983:133;DIAS, :1981:320.

⁶⁴ Decreto nº 1, no B.O. nº 25/1893, 1ª Série; Decreto de 25 de Abril, no B.O. nº 27/1907, 1ª Série, Portaria nº 774/A, no B.O. nº 28/1912, 1ª Série; Portaria nº 839/F, no B.O. nº 30/1914, 1ª Série; Portaria nº 1162, no B.O. nº 18/S/1919, 1ª Série; Portaria nº 1129 no B.O. nº 25/1919, 1ª Série; Diploma Legislativo nº 118, no B.O. 51/1928; 1ª Série; Diploma Legislativo nº 228, no B.O. nº 16/1930, 1ª Série; Decreto nº 24.621 no B.O. 48/1934; 1ª Série; Decreto nº 35.733 no B.O. nº 35/1946, 1ª Série ; Decreto nº 29 858 no B.O. nº 46/1954, 1ª Série; Portaria nº40.226 no B.O. nº 29/S/1955, 1ª Série e Portaria nº 12.624 no B.O. nº 33/S/1958, 1ª Série.

⁶⁵ HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, vol.2. 1983 .141.

subarrendados pelas Companhias da Zambézia (1892), Boror (1898), Société du Madal (1904), Empresa Agrícola do Lugela (1906), Sena Sugar Factory (1910), e Sena Sugar Estates (1920).⁶⁶

A ocupação administrativa directa dos Prazos pelo Estado Português teve o seu início, apenas em 1926, depois do Golpe de Estado Militar em Portugal, quando as novas autoridades portuguesas decidiram estabelecer em Moçambique, algumas das bases do seu “nacionalismo económico”, por outras palavras, quando se pretendia pôr ao serviço de Portugal a economia de Moçambique.⁶⁷ Assim, durante os anos de 1930 a 1937, classificado de período de transição para a implementação do “nacionalismo económico” português, e para enfrentar a crise económica que atingiu o sistema capitalista mundial, de 1929 e 1934, os proprietários das plantações, em Moçambique tiveram que abandonar actividades dispendiosas, despedir pessoal, e encerrar fábricas pouco rentáveis. Foi neste período que a Companhia Boror abandonou algumas plantações de sisal, *machambas* e outras acções. E entre 1931 e 1935, a Sena Sugar Estates encerrou as suas velhas plantações e fábricas em Caia e Mopeia e reduziu a produção nas fábricas de Marromeu e Luabo.⁶⁸

3.2 - Resenha Histórica de Namacurra (1922-1975)

Em 1922, a actual região conhecida por Namacurra fez parte do Prazo Boror, com sede na povoação de Nhamacurra.⁶⁹ Com a extinção dos prazos, em 1 de Agosto de 1931, foi criada a Circunscrição Civil do Boror com sede na povoação de Mocuba e a área de Nhamacurra passou a constituir o posto administrativo de Malinguine, com sede na povoação do mesmo nome, e mais tarde

⁶⁶ SERRA, C., 1986: 41; Portaria nº 319 no B.O. nº 26/1893, 1ª Série; Decreto de 25 de Abril, no B.O. nº 27/1907, 1ª Série; Portaria nº 774/A no B.O. nº 28/1912, 1ª Série; Portaria nº 839/F no B.O. nº 30/1914, 1ª Série; Portaria nº 1.162, no B.O. nº 18/1919, 1ª Série; Portaria nº 1.229 no B.O. 25/1919, 1ª Série; Diploma Legislativo da Colónia nº 118 no B.O. 51/1928; 1ª Série; Diploma Legislativo nº 228 no B.O. nº 16/1930, 1ª Série

⁶⁷ HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE . vol.3. 1993 : 35

⁶⁸ HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE . vol.3 1993 : 36

⁶⁹ Namacurra é uma forma aportuguesada de Nhamacurra ou Nhamacourra. (Quay, Georges Stucky de, 1898-1934 : 13-16. E nome do rio que passa junto da Sede do Distrito e desagua no Oceano junto ao Posto Administrativo de Macuse. (Portaria nº1:408, B.O. nº 31/1931 de 1 de Agosto, 1ª Série).

Nhamacurra.⁷⁰

Em 17 de Novembro de 1945, é criada a Circunscrição Administrativa de Namacurra, com sede na povoação de Namacurra⁷¹ e em 1955, é criado, na Circunscrição de Namacurra, o Posto Administrativo de Nicoadala, com sede em Nicoadala.⁷²

3.3 - Administração Pública

O Distrito de Namacurra fica situado ao Norte da Cidade de Quelimane e dista desta cerca de 70 Kms. Com uma extensão territorial calculada em 1.768 km², e habitado por uma população, recenseada em 1997, de 161.000 habitantes. A administração local tinha estimado em cerca de 196.779 habitantes.⁷³

E segundo UNOHAC, em 1994, havia 148.128 habitantes.⁷⁴ É limitado à Norte pelo Distrito de Mocuba, pelos rios Mulodi e Munhiba, e pelo sinal convencional (Km 101); à Leste pelo Distrito da Maganja da Costa, pelo rio Licungo; a Sul é banhado pelo Oceano Índico e Oeste fica o Distrito de Nicoadala⁷⁵.

O Distrito é administrativamente dividido em dois Postos Administrativos e nove Localidades:-
Posto Administrativo Sede e Posto Administrativo de Macuse.

⁷⁰ Dadas as grandes dimensões do Prazo e para estender a administração colonial às áreas mais remotas do território foram criadas agências de autoridade nos Prazos Boror e Lomué. (**Edital do Governo do Distrito de Quelimane, no B.O. n° 28/1922, de 15 de Julho, 1ª Série.**)

⁷¹ A Circunscrição abrangia as áreas dos Postos Administrativos de Malinguine e Macuze (Macuse), que então tinham sido desanexados da Circunscrição do Boror, actualmente Distrito de Mocuba. (**Portaria n°- 6:202 no B.O. n°- 46/1945 de 17 de Novembro de 1945, 1ª Série**)

⁷² O Posto Administrativo de Nicoadala abrangendo as regedorias de Curungo, Nhafuba (Nhafufa), Terejano, Nicoadala, Murrua e Dugudiua. (**Portaria n°-11:208 no B.O. n°-53/1955., 1ª Série**)

⁷³ Dados de acordo com o levantamento realizado no Distrito pela UNICEF em 1993 e o censo dos Serviços Provinciais do Planeamento Físico em 1994, assim como dados das entrevistas de **Luís José Cinco Reis**, (Funcionário da Administração do Distrito), e **Elves Paulino**, (Técnico Médio Agrário e Supervisor de Extensão Agrária do Distrito de Namacurra). (**Instituto Nacional de Estatística. 1998 : 21.**)

⁷⁴ **ACNUR E PNUD; 1997 :3**

⁷⁵ Os limites do distrito foram alterados em 1986 com a criação do distrito de Nicoadala; nos termos da **Resolução n° 6/86 de 25 de Julho da Assembleia Popular n°4 e Resolução n° 7/86 de 25 de Julho, Art. 1 n° 4 alínea a do BR n°30/1986, 1ª Série**

O Posto Administrativo de Namacurra (Sede) é composto por 5 localidades : Localidade Sede do Distrito, Pidá (ex - Muibo), Muiebele, Malei e Mutange. E o Posto Administrativo de Macuse é formado por 4 localidades; Localidade de Macuse - Sede, Mixixine, M'bawa (Tomodo) e Furquia.⁷⁶ (Veja Mapa nº 2)

Etnograficamente, Namacurra é habitado por um grupo populacional Lomwe da família Lomwe - Macua, com uma grande influência dos povos Achuabo ou Chuabos do Baixo Zambeze e com uma certa percentagem dos Senas da região do rio Licuar em Nicoadala.⁷⁷

3.4 - Economia : Actividades Económicas

Namacurra tem uma população maioritariamente camponesa cuja actividade principal é a agricultura e como actividades complementares a criação de animais de pequena espécie, pesca artesanal, fabrico e venda de bebidas tradicionais, sobretudo aguardente de cana-de-açúcar. A agricultura do sector familiar é praticada em duas zonas agro - ecológicas; a zona alta, correspondente as áreas do Posto Administrativo de Namacurra, produtoras de mandioca, milho, feijões, cajueiros, sisal, e a zona baixa, as áreas do Posto Administrativo de Macuse, produtoras de arroz, hortícolas, citrinos, coqueiros e cana - de - açúcar.⁷⁸

Além do sector familiar, também a agricultura comercial teve uma importante presença em Na-

⁷⁶ Luís José Cinco Reis, 46 anos, Funcionário da Administração do Distrito de Namacurra, 13/02/1998.

⁷⁷ DIAS, Saul, Glossário Toponímia, Histórico-Administrativo, Geográfico e Etnográfico [de Moçambique], Lisboa, 1981: 260-261

⁷⁸ Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra, 1995: 1

macurra, particularmente a Companhia do Boror,⁷⁹ que na sua época áurea chegou de explorar uma área de coqueiros (sua principal actividade) superior a 25.500 hectares⁸⁰ e produzir 18.000 toneladas de copra, o que representou 30% do total da produção nacional comercializada. Mas esta foi, gradualmente, baixando de 1975 para 1985, passando de 18.468 toneladas para 9.503; e de 1986 para 1992, de 177 para 3.870 toneladas⁸¹

As principais actividades económicas da Boror foram fundamentalmente, a agricultura (produção de copra, caju, sisal, algodão, arroz e milho); pecuária (gado bovino); indústria (cairo, carvão de coco, sal e outros); e comércio, assim como, a aquisição e conservação de terrenos, minas, edifícios e outros bens imprescindíveis ao seu desenvolvimento.⁸²

De 1975 a 1985, a situação económica do distrito era caracterizada pelas actividades do sector familiar, da Companhia do Boror, (o grande suporte económico do distrito), da fábrica de processamento de castanha de caju "CONCAJU".⁸³ Estas proporcionavam trabalho e salário à muitas famílias, contribuindo de igual modo para a estabilidade económico do distrito; além duma rede comercial rural existente um pouco por todo o distrito. Esta, além de dar ao camponês o acesso a

⁷⁹ Origens da Boror (Prazo)-(1889-1894), por volta de 1889-1891 o primeiro arrendatário foi António Farinha e seu irmão Baltazar Farinha. Estes fixaram-se em Nhamacourra (Namacurra) onde estabeleceram uma pequena fábrica de açúcar, na vila-Formosa, junto de Malinguine. Mas, em 1895, António Farinha, desencorajado, doente e sem recursos financeiros suficientes, cede seus direitos aos senhores Eigenmann e Pereira. Nos finais de 1895, J. Stucky torna-se no terceiro sócio da firma **Eigenmann et Pereira (E. & P.)**. Este novo sócio injectou alguns capitais de que a firma carecia, dando assim um grande impulso as culturas como plantações de café, caju, cana de açúcar e outras. No final de 1897, Pereira, único português da firma **Eigenmann & Pereira & Stucky**, morre. Esta morte complicou seriamente a situação da firma. Porque ele, como português, detinha todos os poderes administrativos da firma. Era necessária uma reorganização. Pois sem seus recursos e sem o grande apoio que lhe conferia Pereira junto das autoridades, a firma **Eigenmann P. & Stucky** tornou-se, praticamente, estrangeira. A ideia de Stucky foi criar, urgentemente, uma sociedade portuguesa, por ações, a fim de poder desenvolver o negócio que ele antevia possível, desde que novos capitais fossem injectados. Em Outubro de 1898, J. Stucky consegue que a Companhia do Boror fosse fundada, em Lisboa, sua sede social, com capital de 1.500.000 de francos. (QUAY, Georges Stucky de 1898-1934: 13-30)

⁸⁰ A Boror tinha as suas plantações distribuídas pelas províncias da Zambézia, nos distritos de Namacurra (sede da Companhia), Maganja da Costa e Pebane e de Nampula, nos distritos de Moma e Angoche. (UTRE, 1995: 3)

⁸¹ UTRE .1995: 4

⁸² *Idem*

⁸³ **CONCAJU**-Consórcio de Caju e subprodutos do Chuabo, S.A.R.L., com sede em Quelimane e instalações fabris em Namacurra. (Despacho de 12 de Março do Ministério da Indústria e Energia, B.R. n° 31, 1ª Série, de 15 de Março de 1979)

produtos de primeira necessidade e lhe levar a enxada, a catana, a roupa, assim como, lhe comprava os excedentes agrícolas. É onde o camponês adquiria as sementes para a sua *machamba*.⁸⁴

Em 1972, ainda no período colonial, a Companhia do Boror começa a se ressentir dos efeitos da guerra anti - colonial, quando os proprietários da Companhia compreenderam da irreversibilidade das vitórias militares da FRELIMO.⁸⁵ Em reacção, os proprietários e seus funcionários iniciaram planos de retirada, de não investimento, não renovação, não ampliação e outros actos de saque e sabotagem.⁸⁶

Em 1975, a Companhia gastou uma verba de 6.235.070\$00, para custear as despesas de viagens dos responsáveis em fuga do País, aliciamento dos quadros estrangeiros na empresa para destruírem toda a máquina de produção e comercialização.⁸⁷

Em 1976, um montante superior a 115.000 contos de exportações de produtos não deram entrada na Companhia, além de desvios ilegais de câmbios para o exterior, paralisação de secções significativas na empresa (fábrica de cairo, sectores agrícolas, deterioração de máquinas agrícolas, não pagamento de salários à cerca de 6 mil trabalhadores, falta aos compromissos com a banca e fornecedores avaliados em 68.217.401\$52 e outros desvios de fundos da empresa.⁸⁸

Ainda neste ano, os representantes do Conselho de Administração da Companhia estavam fora do País; contrariamente a Companhia do Madal que mantinha os seus em Moçambique.⁸⁹

Foi neste contexto e como resposta a multiplicação das manobras de sabotagem, que, em Maio de 1976, foi nomeada uma Comissão Administrativa, para a Companhia do Boror, investida de plenos poderes de gestão administrativa e económico - financeira, composta por: Xavier Baptista Sulila, Mário

⁸⁴ **Francisco Óscar**, 43 anos, Primeiro Secretário do Comité Distrital de Namacurra, 17/02/1998.

⁸⁵ Sobre tudo o fracasso da Operação «**Nó Górdio**» em 1970 e consequente derrota do Exército Português pela FRELIMO. (FRELIMO (Eds.) 1977 : 34

⁸⁶ **UTRE**, 1995: 3

⁸⁷ **Despacho** de 13 de Maio de 1976, no **B.O.** nº 55, 1ª Série; «**Notícias**» 24 de Maio de 1976: 7

⁸⁸ **Despacho** de 13 de Maio de 1976, no **B.O.** nº 55, 1ª Série; «**Notícias**» 24 de Maio de 1976: 7

⁸⁹ Por esta altura por parte da Companhia do Boror encontravam-se no país apenas os elementos do conselho Administrativo da Boror Comercial e da Boror Industrial. (**Despacho** de 13 de Maio de 1976, no **B.O.** nº 55, 1ª Série; «**Notícias**» 24 de Maio de 1976 : 7).

Mellert Mendes e José Luís Vieira de Castro Teixeira; e suspensos os anteriores elementos do Conselho de Administração, conselho Fiscal e Assembleia Geral da Companhia.⁹⁰

Esta Comissão encontrou a Boror num estado de total abandono caracterizado pela fuga dos seus proprietários, pelo desmembramento da maior parte da Companhia (a desintegração de Mocuba Sisal e Naciaia do Grupo Boror), a redução dos meios de trabalho; a desorganização da força de trabalho; o aumento excessivo de trabalhadores; a fuga massiva de trabalhadores estrangeiros e técnicos; afectação de quadros e técnicos sem qualificações básicas.⁹¹

Além dos factores mencionados, importa destacar ainda neste período, a falta de contabilidade organizada, o fraco rendimento da exploração do palmar (avançada idade das plantações com 60 a 70 anos), a reduzida procura da copra pelos mercados nacional e internacional, com baixa de cotações, nos principais mercados externos⁹². (Veja Tabela n.º 1)

As immobilizações de «stocks» do produto acabado concentrado nos Blocos por falta de compradores, os elevados gastos de administração. Estes factores todos conjugados contribuíram negativamente para elevada soma de créditos bancários⁹³

De 1977 a 1978, a Comissão Administrativa recém nomeada empenhou-se na reactivação dos sectores produtivos da Boror, recuperando-os, facto que possibilitou a recuperação da produção de copra em de 16.000 toneladas. Com esta recuperação produtiva foi possível o pagamento de salários aos trabalhadores, adquirir novos equipamentos e reabilitar algumas Unidades produtivas que estavam abandonadas e em degradação (plantações e alguns fornos).⁹⁴

De 1983 a 1992, com a guerra em Namacurra, a Boror conheceu a sua segunda crise caracterizada pelo abandono das plantações, destruição das infraestruturas e equipamentos, assim como

⁹⁰ Despacho de 13 de Maio de 1976, no B.O. nº 55, 1ª Série; UTRE, 1995: 7

⁹¹ Despacho de 13 de Maio de 1976, no B.O. nº 55, 1ª Série, UTRE, 1995: 7

⁹² UTRE, 1995: 3

⁹³ UTRE, 1995: 4-5

⁹⁴ Mateus Aníbal Malichocho, Deputado da Assembleia da República e um dos elementos que trabalhou com a Comissão Administrativa, Maputo, 02/05/01.

Tabela nº1 - A Evolução e a Estrutura das vendas de copra pela Boror, de 1989 a 1992

Ano	Quantidades vendidas		Valores	
	Mercado Interno	Mercado Externo	MT/ Contos	USD
1989	3.172	827 FM 548 HAD	570.960	494.993,8
1990	1451	714 FM 286 HAD	266.984	271.128,16
1991	1323,7	853,0	291.214	225.933,026
1992	928,405	326,6	371,362	132,273,0

Fonte :UTRE. 1995 :3

Câmbio de : 1989=687,250 ; 1990=879,105 ; 1991=1.635,82 ; 1992=1.971,9632

pela fuga dos trabalhadores devido guerra.⁹⁵

Por outro lado, a rede comercial rural apoiava o pequeno agricultor na aquisição de instrumentos de trabalho, sementes e para a venda dos seus excedentes agrícolas.

Capítulo IV - Conflito Armado na Zambézia e em Namacurra

Neste capítulo vamos abordar os principais factores políticos e sociais que favoreceram a infiltração, expansão, consolidação da RENAMO e o desencadeamento da guerra na Zambézia. Igualmente referenciaremos o problema dos deslocados e afectados de guerra, assim como, as acções

⁹⁵ Mateus Aníbal Malichocho, entrevista citada

das forças especiais, conhecidas localmente, como “Anakabudula” e os Naparama, os guerreiros mágicos - religiosos.

4.1 - Antecedentes do Conflito Armado na Zambézia

União Nacional para a Libertação da Rombézia (UNAR) foi um grupo dissidente da FRELIMO, que lutava para criar o estado da Rombézia e tinha o apoio de Malawi onde estava instalado. Este projecto colhia as simpatias de Banda e de Jorge Jardim. Para Banda a Rombézia satisfaria as suas pretensões de criar o “Grande Malawi” e para Jardim seria uma alternativa “branca” ao colonialismo português.⁹⁶

No período de 1975 a 1982, a Zambézia conheceu vários grupos de guerrilha anti - FRELIMO nomeadamente: “Wocha Weka” de Saguati, Maramara, Nharene, Involiwa, Partido Revolucionário de Moçambique (PRM), e muitos destes movimentos tomaram a designação de “África Livre”.⁹⁷ De facto, logo após a Independência Nacional, a Zambézia constituiu-se num verdadeiro bastião para movimentos de guerrilha anti - FRELIMO e uma população insatisfeita com a política de desenvolvimento do novo regime,⁹⁸

A “África Livre,”⁹⁹ o primeiro e o mais importante movimento esteve activo na Zambézia de 1976 a 1982, como movimento autónomo e com uma expressiva aderência popular. Na sua fase inicial teve a designação de Partido Revolucionário de Moçambique (PRM) e sob a liderança de Amós Sumana e Gimo M’phiri.¹⁰⁰

Em 1976, os distritos de Milange e Guruè foram alvos de acções conotadas com “África Livre” tais como: ataques a estruturas administrativas e governamentais, empresas estatais, armazéns,

⁹⁶ LEGRAND, Jean-Claude, 1991: 2

⁹⁷ WILSON, K. B. e NUNES, J. 1994 :178

⁹⁸ LEGRAND, 1991 :2; WILSON, K. B. e NUNES, J. 1994 :178

⁹⁹ “África Livre” um movimento de origem nacionalista dos anos 60 que se insurgiu contra a ideologia marxista-leninista da FRELIMO e da pretensão territorial de criar um estado independente, a Rombézia que englobaria os territórios da Nyassaland inglesa (actual Malawi) e a parte Norte de Moçambique. (LEGRAND, 1991: 2

¹⁰⁰ LEGRAND, 1991: 2 ; CABÁ, Sérgio, 1998 :27

lojas e assalto nas estradas, assim como o assassinato de um padre católico, de nome Bento, em Milange. Os assassinos do padre foram presos e publicamente fuzilados, em Setembro de 1976, no campo de Ferroviário em Quelimane.¹⁰¹

Somos de opinião que esta pena capital foi uma forma das autoridades administrativas provinciais cortarem o mal pela raiz desencorajando mais acções desta natureza. Mas não acreditamos que tenham alcançado os objectivos preconizados. O efeito imediato foram vozes discordantes pela forma como foi aplicada a pena, criando logo um sentimento de indignação nos presentes e por outro lado os grupos continuaram a operar naquelas áreas apesar dos reveses militares.

Em 1980, a “África Livre” começa a conhecer várias vicissitudes em Milange quando as FPLM destruíram a base principal e muitos dos seus líderes, como Amós Sumane, foram capturados. E em 1981 (Fevereiro), 4 membros da “África Livre” são aplicados a pena capital e outros 27 julgados e condenados. Em 1982 (Junho), Matias Tende e Joaquim Veleia, este um ex - Comissário Político da FRELIMO, no Guruè, e filiado na “África Livre” em 1979, foram condenados a morte.¹⁰²

A oposição camponesa contra a FRELIMO na Zambézia manifestou-se sobretudo através do fenómeno de psicose generalizada, “Chupa Sangue” segundo o qual as populações rurais acusavam o pessoal da FRELIMO de sugarem o sangue das pessoas em sono, na calada da noite, através de seringas que introduziam nas casas, chupando o sangue das suas vítimas até a morte, por falta de sangue. Para dar maior consistência a este fenómeno afirmava-se que o sangue, assim obtido, seria para FRELIMO poder pagar o apoio recebido da ex - União Soviética e da China durante a guerra colonial. Este facto, nos princípios dos anos 80, desencadeou autênticos motins onde agentes de Estado (administradores, funcionários administrativos e agentes de saúde) foram linchados por multidões em cólera.¹⁰³

¹⁰¹ CUAHELA, Ambrósio, 1998: 45; CABÁ, 1998 :27

¹⁰² LEGRAND, 1991: 3 ; CABÁ, 1998 :28

¹⁰³ LEGRAND, 1991:5-6

Segundo a óptica das autoridades políticas e administrativas da Zambézia, o caso “Chupa Sangue” foi uma manobra inimiga para desacreditar a FRELIMO, no seio das populações. E como forma de combater mais esta acção inimiga, foi desencadeada, nas zonas rurais, uma campanha de esclarecimento.¹⁰⁴

Apesar de muito cedo, a Zambézia ter sido palco de várias manifestações anti - FRELIMO, estas acções de desestabilização não tinham atingido a dimensão e a gravidade que a guerra da RENAMO viria ter na Zambézia de 1982 a 1992, semeando a destruição, o luto, a dor , a fome e a miséria.

4.2 – A Implantação da RENAMO na Zambézia

Em 1981, Malawi ao retirar seu apoio a “África Livre”, na sequência do encontro entre Machel e Banda, e a retirada de Jorge Jardim para Gabão, privaram todo o apoio externo a “África Livre” e o multiplicar das derrotas militares, o movimento esteve prestes a sucumbir. Foi por estas alturas que Orlando Cristina, então Secretário - Geral da RENAMO, propõe a chefia militar da “África Livre”, na pessoa de Gimo M’phiri, juntar o resto das suas forças com as da RENAMO para formar uma força conjunta revigorada com objectivo de poderem abrir uma nova frente, no Norte de Moçambique. Este plano foi concretizado quando cerca de 600 guerrilheiros da RENAMO infiltram-se na Zambézia e juntaram-se com o resto das forças de África Livre, seguindo-se a implantação da RENAMO na Zambézia, a partir de 1982 e posteriormente em Nampula.¹⁰⁵

Em 1980, depois da independência do Zimbabwe, a RENAMO, ao passar da Rodésia para o controlo da África do Sul, recebeu novas tarefas: obrigar Moçambique a restringir as actividades de ANC sobre o seu território, manter a dependência económica dos Estados da Região e militarmente, a

¹⁰⁴ CUAHELA, 1998:44

¹⁰⁵ LEGRAND, 1991: 6; CUAHELA, 1998: 47; CABÁ, 1998:28-29

RENAMO devia transformar-se numa guerrilha aberta com pretensões políticas. E a Zambézia foi escolhida como um ponto ideal de entrada para esta nova fase de guerra de desestabilização¹⁰⁶

De facto, entre Setembro e Novembro de 1982 as forças da RENAMO chefiadas por Calisto Meque, depois de entraram na Zambézia, entre os distritos de Mopeia e Morrumbala progrediram pelos distritos de Namarrói, Guruè, Ile, Maganja da Costa, Mugeba em direcção a Este, e deixando, atrás de si, um rasto de destruição nas plantações de chá e algodão na sua passagem e aproximaram-se a menos de 35 Kms da Costa e da Cidade de Quelimane. Em Novembro deste ano terminava a primeira vaga de invasão da RENAMO depois de, em 27 de Outubro de 1982, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano ter convencido ao presidente Banda a não apoiar a RENAMO porque as suas acções desestabilizadoras da RENAMO eram igualmente nefastas para a economia de Malawi. A guerrilha da RENAMO dependendo apenas de apoios externos, com o cortar dos fornecimentos de armas e munições através de Malawi, o movimento não teve outra alternativa senão suspender a sua invasão a Zambézia.¹⁰⁷

De 1982 a 1983 foi a fase em que a RENAMO procurou ganhar espaço e base social para guerrilha tendo como seus alvos preferências os representantes do poder popular, membros do Partido, milícias ou forças locais, aldeias comunais. Esta fase pode-se classificar como de reconhecimento e adaptação ao terreno e sobretudo de angariação de colaboradores para o início da guerra. E em última análise, era a fase em que o regime de Pretória pretendia forçar a FRELIMO a proceder alterações poli-

¹⁰⁶ LEGRAND, 1991:6

¹⁰⁷ LEGRAND, 1991:7-8; CABÁ, 1998:40

ticas respeitantes ao sistema democrático do Governo.¹⁰⁸

Esta etapa podemos caracterizar como de invasão e ocupação da Zambézia pela RENAMO contando com os seguintes factores: tratar-se de uma das mais ricas, das mais populosas províncias do País, da sua situação estratégica a nível militar, assim como, da existência de movimentos de guerrilha anti - FRELIMO, que tomavam o ambiente político - militar favorável ao desencadeamento de conflito armado.

Durante a segunda fase (1984-1986) a guerra ganha contornos mais violentos na Zambézia estimulada pela vontade das facções do exército sul - africano favoráveis a continuação da guerra. Em 1983, os desenvolvimentos políticos que anunciavam a assinatura dos Acordos de N'Komati, em Março de 1984, foram aproveitados por estas facções, para reactivar a guerra na Zambézia, servindo-se de Malawi como base de reabastecimento em armas e munições. De facto, em 1984, a RENAMO, a partir de Malawi, lança uma das mais cruéis operações militares de conquista visando atingir a costa, para conseguir um corredor até ao mar. Esta serviria de fonte alternativa para obtenção de armas e munições, para não depender da boa vontade e da política externa instável de Malawi.¹⁰⁹ Por isso, a guerra de devastação implantou-se na Província caracterizada por progressivo abandono das zonas rurais pelas populações perante a multiplicação de crimes de assassinatos, mutilações e raptos indiscriminados de civis indefesos, destruição de viaturas nas emboscadas no eixo rodoviário Centro - Nordeste, e sobretudo nos troços de acesso aos distritos nomeadamente: Dugudiwa e Santos Batata entre Nicoadala/Namacurra e Namacurra/Mocuba, Coromana entre Milange/Molumbo, Liciro entre Milange/Mocuba, Derre entre Morrumbala/Nicoadala e nos troços Nampevo e Mossolone, entre Ile/

¹⁰⁸ WILSON, K. B. e NUNES, J. 1994 : 178 , CUAHELA, 1998: 48 ; CABÁ, 1998:39

¹⁰⁹ LEGRAND, 1991: 7

Mocuba.¹¹⁰

Na sequência destes operações a RENAMO começou a controlar algumas zonas rurais e a organizar a sua máquina administrativa através de chefes tradicionais, e o controlo da FRELIMO começou a estar confinado cada vez mais aos centros administrativos. Nos finais de 1986 tinham sido ocupados os distritos de Lugela, Namarrói, Maganja da Costa, Milange, Morrumbala, Gilé, Chinde e destruídas várias empresas estatais como as plantações de chá de Milange, Guruè, Tacuane; as minas de Marropino e Morrua e a açucareira de Luabo, a fábrica de processamento de castanha de caju em Namacurra e unidades de produção da Boror.¹¹¹

Este cenário de guerra tornou impraticáveis os projectos de desenvolvimento do Complexo agro-pecuário de Lioma (CAPEL), a construção da linha de transporte de energia de Cahora - Bassa, a conclusão da Estrada Centro - Nordeste, a Fábrica Têxtil de Mocuba e outros projectos. E as sedes de Namacurra e Ile foram assaltadas e pilhadas. Dois ataques a localidade de Namacata, a menos de 10 Kms da Quelimane, era o prenúncio duma possível queda da capital provincial da Zambézia.¹¹²

Mas o ímpeto da ofensiva militar da RENAMO vai conhecer um grande revés quando nos finais de 1986, com a nomeação de Calisto Meque para comandante militar da região Norte, se agravam os conflitos étnicos entre ndaus, chuabos e macondes. Meque passou a hostilizar e a eliminar todos os seus potências opositores não ndaus. Em 1987, em resultado destas disputas internas, Gimo M'phiri, com uma força de 500 homens, abandona a RENAMO, forma a UNAMO e passa a combater a RENAMO e FRELIMO, nos distritos de Milange e Guruè (nos Montes Namuli). Foi neste ambiente de rivalidades que Calisto Meque é morto em combate, provavelmente, pelas forças de M'phiri ou pelas FAM. E em 1988, M'phiri passou a combater ao lado das forças governamentais.¹¹³

A ofensiva das FAM, nos finais de 1986, contou com o apoio de tropas zimbabweanas e tanzanianas. Envolveu a montagem de um PCA (Posto de Comando Avançado) do Estado - Maior -

¹¹⁰ CUAHELA, 1998:48-49; CABÁ, 1998:41-42

¹¹¹ WILSON, K.B. e NUNES, J.1994:179; CABÁ, 1998:41-42; CUAHELA, 1998: 48-49 CABÁ, 1998:43

¹¹² CUAHELA, 1998: 49; CABÁ, 1998: 43

¹¹³ LEGRAND, Jean-Claude, 1991: 9-12

General¹¹⁴ em Quelimane e permitiu a recuperação das vilas ocupadas pela RENAMO tais como: Chinde e a localidade de Luabo, em Janeiro de 1987, Morrumbala em 26 de Abril de 1987 e Gilé, em 16 de Junho de 1988. E a RENAMO perdeu toda a sua iniciativa combativa limitando as suas acções militares a ataques e emboscadas esporádicos.¹¹⁵

Enquanto decorriam as confrontações entre os beligerantes as populações eram as principais vítimas de assassinatos, raptos, pilhagens dos seus bens pela RENAMO, os soldados governamentais, por seu vez, cometiam excessos, desde apropriação de bens das populações, aplicação de castigos físicos e morais até a eliminação física de civis sob pretexto de serem agentes do inimigo (mambo¹¹⁶ ou madjuba) ou pelo belo prazer dos militares. A confirmar estes actos e a avaliar pela naturalidade como estes crimes eram praticados; os seus autores os designavam simplesmente pela expressão; “**ir apanhar lenha**”¹¹⁷.

Neste clima de terror generalizado, as populações vivendo na incerteza e exaustas tinham que salvar o único bem mais precioso que lhes restava, as suas próprias vidas procurando lugares mais seguros e dependentes apenas da generosidade alheia.

4.3 – A terceira fase de guerra: os Naparama, uma reacção local contra a violência (1989-1992)

Nos finais da década de 1980 e princípios de 1990, os camponeses da Zambézia insurgem-se contra a violência da RENAMO, através de um movimento que usava como arma; azagaias, flechas e

¹¹⁴ O “PCA” foi uma reacção das FAM no sentido de inverter o rumo dos acontecimentos, perante a iminente queda da Zambézia e a conseqüente divisão de Moçambique através do Rio Zambeze. Esta mega operação militar foi dirigida ao mais alto nível de hierarquia militar pelo General Hama Thai e o Estado-Maior do Posto pelo General Lagos Lidimo, então Brigadeiro do Exército (CABÁ, 1998 :44)

¹¹⁵ LEGRAND, 1991: 10-12 ; CABÁ, 1998 :44

¹¹⁶ O régulo Dugudiwa, em Nicoadala foi morto supostamente por ser simpatizante da RENAMO e como tal responsável pelas emboscadas que se registavam no troço entre Nicoadala e Namacurra, na Estrada Centro Nordeste.

¹¹⁷ CUAHELA, 1998: 50

sobretudo, munidos da crença nos poderes mágicos de Manuel António e da imunidade às balas inimigas depois de vacinados com certas drogas ¹¹⁸.

Este movimento teve Manuel António como líder, e este afirmava ter recebido uma missão divina, como Jesus Cristo, de libertar o povo do terror da guerra movida pela RENAMO e de punir os seus autores. ¹¹⁹

Assim os Naparama, após os primeiros sucessos militares, nas imediações de Alto Molócué, o movimento estendeu as suas actividades militares aos distritos de Gilé, Ile, Pebane, Maganja da Costa, Chinde. ¹²⁰ Esta campanha militar atingiu igualmente os distritos de Mocuba, Namacurra, Quelimane e Nicoadala onde estabeleceu o seu quartel general. ¹²¹

Neste período, a RENAMO perdeu a sua iniciativa combativa, numa guerra onde todos feitos e gestos eram ligados a uma interpretação mágico - religiosa. De facto, Manuel António e suas forças, explorando todos estes factores, obtiveram êxitos incontestáveis, nunca antes alcançados, pelas forças governamentais como a captura de vastas áreas controladas pela RENAMO, bases militares e outros bastiões como a região de Mulevala, base de Mwaquiwa, e outros bastiões até então, inexpugnáveis, pelas FAM. ¹²² Foi assim, que a RENAMO experimentou uma dupla derrota: primeiro, a nível militar, ao ser forçada a abandonar sítios tão estratégicos como o seu bastião em Mwakiwa e económicos (as importantes minas de Gilé...); e segundo no plano simbólico, os Naparama passaram a beneficiar da protecção dos ancestrais e de seus intermediários (os curandeiros). ¹²³

As façanhas dos Naparama não se circunscreveram apenas a Zambézia e Nampula. Mas, Manuel António atraiu muita simpatia noutros quadrantes do País, sendo um exemplo concreto, o caso dos camponeses de Mahocha, em Massinga, Província de Inhambane, onde aguardavam a chegada dos

¹¹⁸ SERRA, Carlos. 1997: 25; PEREIRA, Fabião Manuel. 1999 :63

¹¹⁹ SERRA, 1997: 48; COELHO et al. Maputo. 1996: 44; LEGRAND. 1991: 20

¹²⁰ LEGRAND, 1991: 22

¹²¹ SERRA. 1997 : 49

¹²² LEGRAND . 1991 : 23

¹²³ LEGRAND . 1991 : 23

Naparama para expulsar a RENAMO das suas povoações, para regressarem às suas terras livres de guerra.¹²⁴

No decurso dos anos de 1990 e 1991, nas áreas antes ocupadas pela RENAMO os Naparama libertaram várias centenas de populares. Foi por esta altura, que os Naparama e as forças governamentais passaram a forçar o reagrupamento destas populações nos centros de acomodação controladas pelo exército governamental ou pela administração civil. Porém, estes reagrupamentos vezes houve que tomaram contornos bastante violentos, traduzidos em actos que mancharam bastante as acções dos Naparama como: queimar as palhotas das populações, assim como a ameaça de morte à todos elementos que pretendessem continuar naquelas zonas, depois do prazo previamente estabelecido.¹²⁵

Entretanto, a RENAMO, para se vingar da humilhação imposta pelos Naparama, organiza uma força de elite «**Grupo Limpa**» para demonstrar a sua supremacia em relação aos Naparama. Foi neste cenário que, em 1991, a RENAMO reinicia as suas ofensivas na Zambézia (Mulevala, Namarroi, Chinde, Namacurra) e em Nampula (Lalaua),¹²⁶

Estas ofensivas visavam o controlo da Zambézia que a RENAMO estava prestes a perder. Foi assim, que em Agosto de 1991, reiniciaram violentos confrontos entre os Naparama e a RENAMO, hipoteticamente, dirigidos pelo próprio Afonso Dhlakama, líder da RENAMO.¹²⁷

Foi na sequência destas ofensivas que, em Dezembro de 1991, Manuel António foi morto, num dos ataques perpetrados pela RENAMO, na região do Posto Administrativo de Macuse.¹²⁸

¹²⁴ "NOTÍCIAS" 11. Fev. 1991: 3

¹²⁵ LEGRAND . 1991 : 23

¹²⁶ LEGRAND: 26-27

¹²⁷ AFRICA WATCH, 1992 : 129 ; LEGRAND :26-27

¹²⁸ Sualé Amisse, 35 anos, ex-comandante dos Naparamas, em Malei, 16/02/1998.

4.4 - Guerra no Distrito de Namacurra

4.4.1 - Antecedentes

Em Namacurra, como acontecia nos outros distritos da Zambézia, logo após a Independência Nacional, foi igualmente palco de agitações populares por causa do fenómeno “Chupa - Sangue”, como atrás nos referenciamos, visava promover motins populares generalizados para desacreditar a FRELIMO junto das populações. Os “Wotcha Weka”, outra manifestação anti - FRELIMO não se fez sentir neste distrito e em nossa opinião, o raio de acção deste movimento estava circunscrito aos distritos de Milange e Gurue¹²⁹

Em 1977, em reacção as decisões do III Congresso da FRELIMO; a política das aldeias comunais, machambas colectivas, a exclusão das autoridades tradicionais do poder no novo regime e o combate ao obscurantismo (religião e medicina tradicional), as populações começaram a se distanciarem moralmente da FRELIMO.¹³⁰

Seria, porém, a partir de Agosto de 1982, que no âmbito da guerra de desestabilização de Moçambique, o regime de Pretória, através da RENAMO quis obter pela força alterações políticas do Governo de ideologia marxista - leninista da FRELIMO.¹³¹

Foi nesta perspectiva que as forças da RENAMO, comandadas por Calisto Meque, penetraram na Zambézia e começaram a criar bases de Mureremba e de Alfazema, no distrito de Morrumbala, de Chevele, entre os distritos de Nicoadala e de Morrumbala, de Nantutu, no distrito de Namarroi, de Mulevala, no Ile, de Muaquiwa, na localidade de Mugeba, no distrito de Mocuba, e de Tacuane, no dis-

¹²⁹ CUAHELA, 1998 : 52

¹³⁰ CUAHELA, 1995: 52

¹³¹ VINES, 1991: 20 ; LEGRAND, 1993: 5; TAJÚ, 1988: 23; CABÁ, 1998: 39

trito de Lugela.¹³²

Em 1983, antes do Acordo de N'Komati, as facções do exército sul-africano favoráveis ao prosseguimento da guerra criaram condições para o desencadeamento da guerra na Zambézia, reactivando as bases da RENAMO em Malawi. De facto, no início de 1983 as bases da Renamo no Malawi foram reactivadas e uma segunda ofensiva foi lançada visando atingir o litoral da Província; com vista a um fácil acesso ao apoio logístico sul-africano que passaria a ser feito por via marítima¹³³.

Neste período, os distritos de Morrumbala e de Milange e as zonas limítrofes dos distritos de Namacurra/Mocuba (nas áreas de Zuere ou Nhampinha, Mabadhane¹³⁴); dos distritos da Maganja da Costa/Namacurra (em Funganha) e Nicoadala/Namacurra (Dugudiwa), encontravam-se bastante afectados pela guerrilha da RENAMO. E os principais pontos de infiltração da RENAMO em Namacurra foram as zonas de Dugudiwa, no Distrito de Nicoadala; Damo, no Distrito de Mocuba. E se fixou, em seguida, nas áreas de Zuere, Nhampinha e Mabadhane, (onde estava a base distrital).¹³⁵

4.4.2 - Ataque a localidade de Malei

Em 1983, a RENAMO ataca pela primeira vez o Distrito de Namacurra, na localidade de Malei, que resultou na destruição das 10 lojas existentes na sede da localidade, e a RENAMO passou a controlar uma vasta área desta localidade.¹³⁶ E a população em fuga, uma parte, refugiou-se na sede da

¹³² CUAHELA, 1995 : 5-7 ; PEQUENINO, s/d : 12-13 ; CABÁ, 1998 : 40.

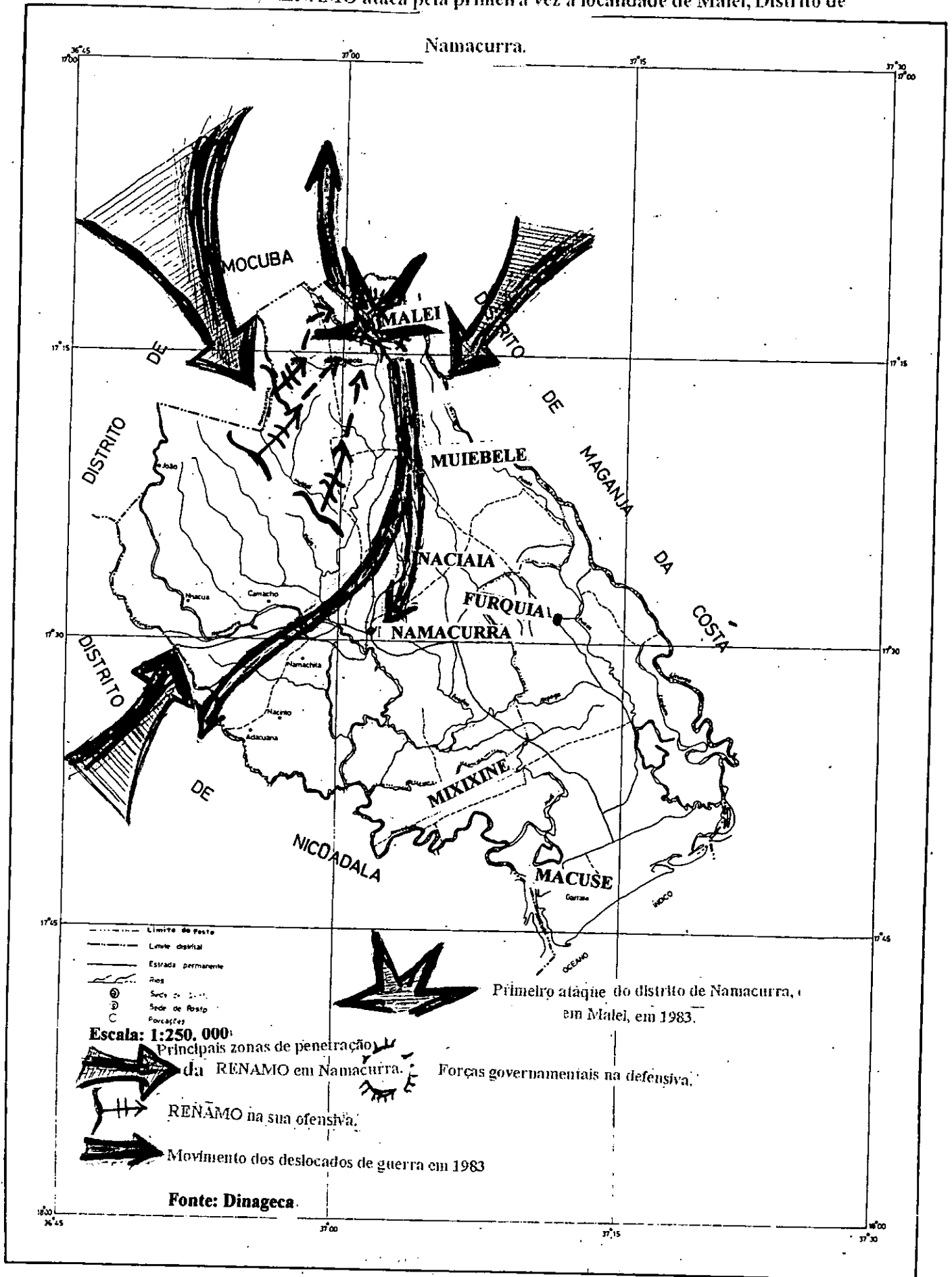
¹³³ Foram reportados descarregamentos de armamentos via marítima, no distrito da Maganja da Costa e na zona entre Pebane e Mulela (HANLON, 1984 : 227; LEGRAND, 1993: 6 ; CABÁ, 1998 : 41-42

¹³⁴ Mabadhane é uma área do distrito de Mocuba que confina com o distrito de Namacurra. O nome deriva do facto de existir nesse local uma vasta zona coberta por muitas pedras com covas que fazem recordar um pilão. "Mabadha" em chuabo significa pilões, daí este local ser conhecido por "Mabadhane" (Henriques Puhua, servente do Ministério da Saúde, 59 anos, Junho/ 2000).

¹³⁵ Francisco Óscar entrevista citada e Carlos Humberto Francisco Rodriguês, 39 anos, Presidente da Localidade de Malei, 16/02/1998.

¹³⁶ A zona pertencente a RENAMO ia desde a Estrada Centro Nordeste, na sede da localidade de Malei, que liga os Distritos de Namacurra e de Mocuba até ao rio Muloza, ao Ocidente; que era zona preferencial para suas incursões. Por sua vez, às Forças Governamentais tinham-se entrincheirado, na sede da localidade de Malei na margem oposta da Estrada, controlando a zona Leste até as proximidades do Distrito da Maganja da Costa. (Carlos Humberto, entrevista citada).

Mapa 3- Em 1983, RENAMO ataca pela primeira vez a localidade de Malei, Distrito de



localidade, enquanto outra procurou refúgio junto de familiares em Mocuba, Namacurra, Quelimane e noutros locais que ofereciam maior segurança.¹³⁷ (Veja Mapa nº 3).

Para acolher os primeiros deslocados de guerra do distrito foram construídos na sede da localidade os primeiros Centros de Deslocados de Guerra, localmente conhecidos; por “Aldeias”. Foram assim construídos três Centro de Deslocados:

“Aldeia 25 de Junho,” na Localidade Sede, para as populações de Malei Sede, e algumas fugidas do vizinho Distrito da Maganja da Costa;

-“Aldeia de Funganha” para as populações de Funganha e Cariwa e

-“Aldeia de Samalangone”, para as de Samalangone e de Mossa.¹³⁸

Entretanto uma outra significativa parte da população, enquadrada pelos seus chefes tradicionais, os Mambos, permaneceu nas áreas controladas pela RENAMO, nomeadamente em Zuere, Samalia, Samalangone, Cariwa e Mossa, localidade de Malei.¹³⁹

Em 1984, novos cenários de instabilidade começaram a se desenharem a nível do distrito caracterizados por ataques à viaturas, no eixo - rodoviário Nicoadala - Namacurra, na região de Dugudiwa ou (Quinta do Girassol)¹⁴⁰.

Achamos que estas acções tinham como objectivos imediatos o reabastecimento da RENAMO em produtos saqueados das viaturas e num segundo momento, impedir qualquer tipo de socorro militar, vindo de Quelimane ou Nicoadala, em caso de um ataque à sede distrital.

4.4.3 – Primeiros ataques a Sede do Distrito de Namacurra e ao Posto Administrativo de Macuse (1984 – 1986)

Assim, a 14 de Maio de 1984, a sede distrital de Namacurra foi pela primeira vez atacada pela

¹³⁷ Carlos Humberto, entrevista citada.

¹³⁸ Carlos Humberto, entrevista citada

¹³⁹ Idem

¹⁴⁰ Lázaro Rafael Raposo, 40 anos, Professor Primário E, da Escola P.I de Moutinho, 1/2/1998, residente em Moutinho-Mixixine e Francisco Óscar, entrevista citada..

RENAMO, sem que as forças governamentais oferecessem muita resistência. Com este ataque a RENAMO sentia-se bastante encorajada em atacar outros pontos do distrito, dada a fraca capacidade de reacção das FAM.¹⁴¹

Em 1985, a RENAMO atinge a zona do Posto Administrativo de Macuse e ataca a sede da Companhia da Boror e o Centro Educacional de Macuse, onde rapta várias centenas de populares entre eles dois professores do Centro Educacional.¹⁴²

Entre 1986 a 1988 a RENAMO lança mais uma importante campanha militar que resultou na ocupação de vastas áreas da Zambézia, chegando mesmo a estar iminente a tomada de assalto a cidade Quelimane pela RENAMO.¹⁴³

Foi neste âmbito, que em Fevereiro de 1986, a Sede do Distrito de Namacurra foi mais uma vez atacada pela RENAMO. Em consequência desta acção, a vila foi assaltada, saqueada e destruídas 7 lojas, uma pensão e uma fábrica de processamento de castanha de caju, a "CONCAJU". Igualmente, foram alvos de saque e danificação os edifícios da Administração e dos Serviços de Registos e Notariados, onde todo o seu acervo documental foi reduzido à cinzas.¹⁴⁴ (Veja Mapa nº 4).

Segundo alguns depoimentos, neste ataque os soldados governamentais, não puderam resistir por muito tempo, a ofensiva, tendo abandonando a vila depois da primeira troca de tiros. Deste modo os atacantes puderam permanecer na vila durante três dias, tempo suficiente para pilharem tudo o que estava ao seu alcance. E depois forçaram os elementos capturados a transportarem o produto do saque e deixando a vila transformada em ruínas antes da sua retirada.¹⁴⁵

¹⁴¹ **Luis Hospital**, 58 anos, ex-secretário e ancião da localidade de Pahuá, camponês e negociante informal, residente na sede de Namacurra em 13/02/1998

¹⁴² **Francisco Óscar e Lázaro Rafael**, entrevistas citadas

¹⁴³ A iminência da tomada da cidade de Quelimane ocorre quando a RENAMO ataca por duas vezes a localidade de Namacata, situada a escassos 10 kms, na Estrada que dá acesso a cidade capital zambeziana. (CABÁ, 1998:43)

¹⁴⁴ **Cinco Reis e Francisco Óscar**, entrevista citada

¹⁴⁵ **Beatriz Francisco**, 35 anos, camponesa residente na vila de Namacurra, 15/02/1998. E **Tomás Adriano**, 60 anos Auxiliar hospitalar (dentista), residente na vila de Namacurra, 15/02/1998.

4.5 – A Guerra em Namacurra 1986-1989

4.5.1 - A Estratégia de defesa para o Distrito de Namacurra

Na Zambézia, as actividades bélicas da RENAMO, começam a ganhar maior agressividade, no período que vai de 1983 até 1986, altura em que o apoio sul-africano e malawiano permitiu que cerca de 4000 guerrilheiros da RENAMO entrassem no território nacional e com mais incidência na Província da Zambézia.¹⁴⁶

Por esta altura, Namacurra - Sede contava, apenas com um pelotão¹⁴⁷ de forças regulares reforçado por uma companhia de milicianos. E outra força na composição de uma companhia estava estacionada na sede da Companhia do Boror e na sede do Posto Administrativo de Macuse onde nos princípios de 1987, foi estacionado um contingente de forças tanzanianas, tendo como seu quartel general, no Centro de Formação de Professores, em Nicoadala.¹⁴⁸ Estes contingentes viriam a ser reforçados com a abertura de um Centro de treinos para mancebos, em Macuse (Companhia do Boror) e a nível de locais de residência e empresas foram organizadas milícias e forças locais para garantir a autodefesa das populações, sinal evidente da preocupação das estruturas políticas e militares em reforçar o Exército com novos contingentes.¹⁴⁹

4.5.2 – A RENAMO mantém um corredor até a Costa (1986-1989)

Entretanto, as incursões da RENAMO, continuaram a se fazerem sentir com mais impetuosidade, procurando desfazer o sistema de defesa montado pela FRELIMO. Para tal nos seus ataques os primeiros alvos eram as forças locais, os milicianos, os membros do Partido ou seus simpatizantes, representantes do Governo, (funcionários administrativos, professores, agentes da saúde). De 1983 a 1984, a RENAMO tinha conseguido o controle de várias zonas tais como; Vuruca, Tapata, Pahua, e Samalia ou (Samaria), na localidade de Malei. Estas áreas tornaram-se, em breve,

¹⁴⁶ NEWITT, Malyn, 1997:485-486

¹⁴⁷ Um pelotão das FAM é composto de 30 soldados e uma companhia, de 150 a 200 soldados

¹⁴⁸ CABÁ, 1998: 46; José Víctor de Sousa, 59 anos, Director do Centro da Saúde de Macuse 21/02/1998.

¹⁴⁹ José Víctor de Sousa, entrevista citada

praças fortes do movimento de Afonso Dhlakama, onde eram planeadas, coordenadas e lançadas todas suas investidas para toda extensão do Distrito¹⁵⁰

De 1985 a 1987, a RENAMO orientou a maior parte dos seus ataques a zona do Posto Administrativo de Macuse atacando as localidades de Furquia, Mixixine, M'Bawa ou Tomodo, sede do Posto Administrativo e da Companhia do Boror. Paralelamente, eram lançadas incursões nas localidades do Posto Administrativo de Namacurra; Malei, Naciaia, Neuala e Muiebele; formando assim, um corredor para a costa, como a RENAMO havia planeado quando invadiu a Província.¹⁵¹ (Veja Mapa nº 4).

De acordo com os depoimentos, fica-nos a percepção de que a RENAMO ao lançar a sua ofensiva para o Posto Administrativo de Macuse visava a pilhagem de bens da população como arroz, sal, e animais domésticos, além de roupa e utensílios domésticos. Outro objectivo não menos importante era o abate indiscriminado do gado bovino da Boror, em Macorrine (na Localidade de Mixixine) e o saque de produtos alimentares na sede da Companhia do Boror. Mas, em última análise, tudo indicava que o controlo do Porto de Macuse podia ser um dos maiores objectivos da RENAMO. Pois uma vez tomado este Porto pela RENAMO, ela estaria em condições de se reabastecer em armas e munições, no âmbito do apoio logístico sul-africano. E de Macuse seria fácil sitiar e atacar a capital provincial, a partir das áreas do Supinho e da Zalala. Além destas constatações, em momento algum, os entrevistados se referiram a alguma mobilização política que a RENAMO tivesse feito junto das populações como forma de as ganhar para criar, uma base social para o movimento. De facto, nestas áreas, os únicos contactos, entre a RENAMO e os habitantes locais, resumiam-se às incursões seguidas de pilhagens, raptos e populações em permanente fuga.

De 1986 a 1989, a RENAMO tinha, praticamente, o controle da situação militar de todo o Distrito e tomava as iniciativas de ataque, e as FAM se remetiam cada vez mais para a defensiva,

¹⁵⁰ Lázaro Rafael Raposo, entrevista citada.

¹⁵¹ Francisco Óscar, entrevista citada

embora não sem contestação. Foi neste contexto, que a guerra, em pouco tempo, se instalou em toda extensão do Distrito.¹⁵²

A RENAMO tinha sofrido um primeiro sério reves quando, nos finais de 1986, Gimo M'phiri retira-se da RENAMO com 500 homens e forma a UNAMO, constituindo, deste modo, uma nova frente de combate, na Zambézia, contra a FRELIMO e a RENAMO. Calisto Meque enfraqueceu o movimento, porque movido por sentimentos tribais e de vingança e através de práticas sistemáticas de pilhagem e atrocidades, criou muita impopularidade para si próprio e para o seu movimento. E em Agosto de 1988 Calisto Meque é morto em combate pelas FAM.¹⁵³

De Dezembro de 1986 a Junho de 1988, a RENAMO enfrentou uma acção militar coordenada das FAM, tropas zimbabwenas e tanzanianas, numa operação designada por nome de código PCA (Posto de Comando Avançado do Estado-Maior). Tera acabado, por perder toda a iniciativa combativa. Assim teriam sido criadas condições para o fim do conflito armado através da via diplomática.¹⁵⁴

4.6 - A Deslocação Forçada das Populações Rurais

Nos finais de 1983 e princípios de 1984, a sede distrital começou a acolher os primeiros deslocados de guerra depois do ataque da localidade sede de Malei provenientes das áreas de Pahua, Samalia, Malei e zonas circunvizinhas. Nesta primeira fase, as populações procuravam abrigo junto de pessoas familiares e amigas ou da mesma povoação de origem. Mas, desde 1986, com o intensificar das hostilidades e o aumento do fluxo de deslocados, as estruturas do Partido e do Governo, no sentido de lhes garantir mínimas condições de alimentação, alojamento e segurança, disponibilizaram locais onde os deslocados passaram a refazer suas vidas construindo palhotas e beneficiando de ajuda alimentar e alguns cuidados de saúde primários, de acordo com as disponibilidades do Governo. Estes locais

¹⁵² Francisco Óscar e Lázaro Rafael, entrevistas citadas

¹⁵³ CABÁ, 1998:42-44, *Africa Watch*, 1992: 34

¹⁵⁴ CABÁ, 1998:42-44

designados oficialmente por Centros de Acomodação ou de Deslocados, eram localmente chamados por “Aldeias.”¹⁵⁵ (Veja Mapa nº 4).

Os deslocados eram acomodados de preferência segundo a zona de origem. Tudo leva a crer para manter a mesma organização política e administrativa, como forma de evitar a infiltração de elementos duvidosos nas “Aldeias” e passaram assim, a serem designadas segundo a origem dos deslocados de cada “Aldeia” e noutros casos atribuíam-se nomes convencionais. Assim, de 1986 a 1987 Namacurra sede passou a contar com 7 Centros de Deslocados com as designações:

- 1-“Aldeia de Samalia” para os deslocados provenientes de Samalia ou Samaria;
- 2-“Aldeia de Muiebele” para os de Muiebele;
- 3-“Aldeia de Neuala” para os de Neuala;
- 4-“Aldeia 3 de Fevereiro” ou “Aldeia da CETA,¹⁵⁶” para os de Pahua e Maulate;
- 5-“Aldeia 1º de Maio” ou “Aldeia de Muibo” para os de Muibo (Pidá) e os de Furquia.¹⁵⁷

Nos princípios de 1987, com a redução drástica do raio de segurança para cerca de 3 a 4 Kms, da vila sede, as populações circunvizinhas tiveram que passar a viverem em dois Centros de Acomodação; “Aldeia Sede” para as da sede e “Aldeia Carreira de Tiro,¹⁵⁸” em Malinguine.

Nos finais de 1987 e princípios de 1988, a RENAMO passou a lançar ataques constantes as Localidades de Furquia, de Mixixine (Nameduro) e de Macuse. Estes ataques eram planificados com objectivos puramente logísticos, uma vez que estas localidades estavam quase desguarnecidas, salvo o caso de Macuse Sede. Foi por esta altura que os camponeses começaram a abandonar temporariamente

¹⁵⁵ **Francisco Óscar** entrevista citada e **Nazaré Alberto Samole**, 68 anos, ex-operário dos CFM em Namacurra e ex-Comandante Distrital dos Naparamas em Namacurra, 15/02/1998.

¹⁵⁶ Designação derivada do facto da “Aldeia” ter sido implantada no local onde a CETA tinha o seu acampamento quando decorriam as obras da Estrada Centro Nordeste, neste distrito.

¹⁵⁷ **Francisco Óscar** e **Nazaré Alberto Samole** entrevistas citadas

¹⁵⁸ Este Centro localizava-se numa plantação de coqueiros pertencentes à Missão dos Padres Católicos, onde antigamente existia uma Carreira de Tiro, junto a margem direita do Rio Namacurra, em Malinguine, a cerca de 3 Kms da Vila de Namacurra. (Moises Armando, 39 anos, Professor de Educação Física, em Namacurra Sede, 22/02/1998.

as suas povoações refugiando-se nas “Placas”.¹⁵⁹ Mas dadas as sistemáticas pilhagens, raptos, assassinatos e posterior descobertas das “Placas” as populações começaram a abandonar definitivamente as suas aldeias a procura de locais mais seguros. Assim, as populações de Furquia começaram a fugir para Mixixine e Macuse (Muceliua, Mazuão, Manonga).¹⁶⁰ E a seguir os deslocados de Mixixine, foram uns para Macuse, outros refugiaram-se no distrito de Nicoadala, (Ilha do Ionge e Maquival), e na Cidade de Quelimane. No Macuse, Muceliua sendo a área menos afectada pela guerra, foi escolhida para estabelecer três “Aldeias”: a de “Aldeia de Muceliua” que funcionava como Centro de Trânsito para os deslocados recém-chegados que depois eram distribuídos para a “Aldeia de Megone” ou para a “Aldeia de Assane.”¹⁶¹ Ainda no Macuse, e na zona do Posto foi instalado um outro Centro de Deslocados, onde foram acolhidos os deslocados de Furquia e de Mixixine, conhecido por “Aldeia dos Deslocados”. Em Agosto de 1992, a zona da localidade sede do Posto de Macuse, o Centro dos Deslocados e a sede da Companhia do Boror foram atacados pela RENAMO e as populações precipitadamente abandonaram esta área indo para o Supinho, noutra margem do Rio Namacurra¹⁶².

Neste período, mais de metade da população do distrito vivia na condição de deslocados internos, tendo um maior número se acomodado nos Centros de Deslocados espalhados um pouco por todo distrito. Importa aqui destacar que outra parte da população teve que fugir para os distritos

¹⁵⁹ Esconderijos improvisados nas matas, nos pântanos ou nas machambas, nos mangais, longe dos povoados, onde a população permanecia enquanto a RENAMO estivesse na povoação. O termo “placa” tem a ver com a palavra utilizada pelos militares ; “aplar” ou “placar” (posição que militar toma quando está no combate ou durante um tiroteio, para não ser atingido por balas. E por semelhança as populações, nas zonas de refúgio deviam se esconder para não serem atingidas por balas ou não serem descobertas. Estes locais eram “secreto”. Por isso, muitas vezes, mães com crianças menores corriam riscos de não serem aceites nestes locais para se evitar que os choros das crianças denunciasses a presença da população aqui refugiada.

¹⁶⁰ Moises Armando, entrevista citada e Rosário Bernardo, 40 anos, director pedagógico da ZIP-04, Furquia, 19/02/1998. Cipriano Artur Simões, 58 anos, professor de de E.P I, Muceliua, 21/02/1998.

¹⁶¹ A “Aldeia” fio dado o nome do velho Assane Atumane por se ter destacado na zona pelo facto de ter cedido voluntariamente os seus terrenos com palmares para acolher os deslocados, distanciando-se, assim, daqueles que recusavam que os “estranhos” ocupassem seus palmares para evitar que eles consumissem os seus côcos. (Rosário Bernardo e Cipriano A. Simões, entrevistas citadas).

¹⁶² Carlos Andela Fruma, 54 anos , ex-trabalhador da Companhia do Boror, Macuse, 21/02/1998

vizinhos de: Nicoadala, Maganja da Costa, Mocuba e cidade de Quelimane. Sem grande expressão, algumas pessoas tinham-se refugiado no vizinho Malawi.¹⁶³

Dada a complexidade destes movimentos nem sempre foi tarefa fácil o registo estatístico de toda a população deslocada ou afectada. Por isso, o registo era somente efectuado nos Centros de Acomodação onde eram distribuídos os apoios de emergência. E mesmo nestes, os registos não eram muito rigorosos pois existiam factores que não permitiam realizar registos muito fiáveis tais como: em caso dum ataque havia elementos da população que fugiam dum Centro para outro onde passavam a ter um novo registo e no caso de regressarem para o anterior Centro eram igualmente registados como de um novo caso se tratasse. Com o intensificar da guerra deixou de haver a diferenciação nítida entre os residentes (funcionários administrativos, professores e população local), e os deslocados uma vez que todos passaram a viver somente de apoio de emergência, inclusive as tropas do Governo. Foram estes factores conjugados que contribuíram, em alguns aspectos a duplicação de alguns registos.¹⁶⁴

De 1983 a 1988, o Distrito de Namacurra contava com cerca de 15 Centros de Deslocados e estes aumentaram para 22, em 1992, ano em que o movimento das populações atingiu o seu pico máximo, uma vez, os efeitos da guerra passaram a se associar aos da seca que se fizeram sentir a partir de 1991 a 1993.¹⁶⁵

Nestes momentos mais críticos da guerra existiam três grandes Centros de Deslocados: em Namacurra Sede, no Supinho e em Nicoadala. Estes Centros eram assistidos pela DPCCN, a UNICEF e posteriormente pela PMA, em programa de desenvolvimento integrado e apoio alimentar¹⁶⁶.

De 1989 a 1992, o número dos deslocados cresceu bastante, altura em que o movimento das populações atingiu o seu ponto mais alto devido aos efeitos conjugados da guerra e das calamidades

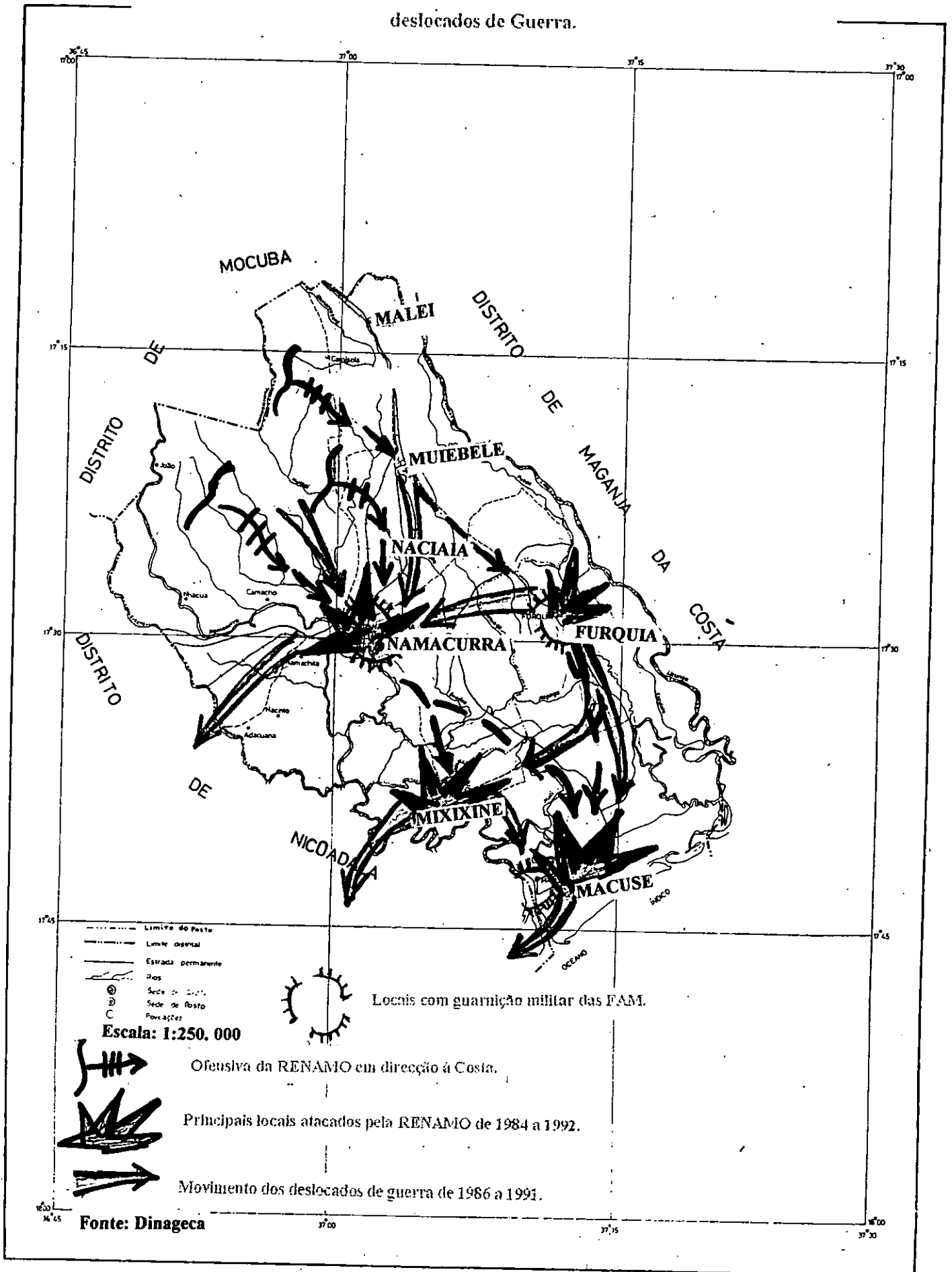
¹⁶³ Em termos reais, não houve gente que de Namacurra se deslocou para Malawi. Mas alguns naturais de Namacurra trabalhando quer em Milange quer em Tete tiveram que se refugiar no Malawi. Foi neste contexto, que a quando do repatriamento dos refugiados aparecem naturais de Namacurra entre os refugiados de Malawi. (Orlando António Francisco, 37 anos Director do DPCCN da Zambézia. 15/03/1998

¹⁶⁴ Idem

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem

Mapa 4- Campanha militar da RENAMO em direcção à Costa e o movimento dos deslocados de Guerra.



naturais. Com o fim do conflito armado e o advento da PAZ e conseqüente início do processo de reassentamento das populações o número dos deslocados conheceu uma redução progressiva desde 1993 até a evacuação total dos Centros de Acomodação do Distrito.

Em seguida apresentamos o perfil estatístico dos deslocados de acordo os registos de DPCCN.
(Veja Tabela n.º 2.)

Tabela 2: - Evolução do número dos deslocados por ano

Ano	Número de Deslocados
1989	14.936
1990	41.650
1991	115.000
1992	150.490
1993	32.222
1994	17.707
1995	13.091

Fonte: Perfil estatístico dos deslocados segundo os registos de DPCCN - Zambézia.)

4.7 – Os Anakabudula (1986-1990)

De 1986 até meados de 1990, em Namacurra, devido a intensificação da guerra e como forma de impedir o agravamento desta situação foram “lançadas” pequenas forças, na composição de 12 elementos cada grupo, de luta anti - guerrilha para detectar e neutralizar os planos da RENAMO e infiltrarem-se nas hostes inimigas para as desestabilizar.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Gabriel Vasco Maulate, 60 anos, ex-Director da SNASP, na Zambézia-Quelimane, 3/03/1998.

Estas forças eram vulgarmente conhecidas por "Anakabudula"¹⁶⁸ e facilmente se confundiam com qualquer elemento da população, pois andavam à civil (de calção e camisa) e um "Taragu"¹⁶⁹ às costas, onde traziam escondidas suas armas desmontadas, além de andarem munidas de baioneta, catana, machadinha e pá individual.¹⁷⁰ Se os "Anakabudula" se podiam confundir com um camponês, pouco tinham de semelhante com as forças regulares. Estes operavam independentemente delas e quase sem nenhuma ligação com as autoridades locais. Os "Anakabudula" controlavam todas as vias de acesso, povoações abandonadas, Centros dos Deslocados e outros locais estratégicos, onde montavam postos de controlo e exigindo documentos de identificação, tais como: Bilhetes de Identidade, Guias de Marcha e até Talões de imposto como forma de detectar elementos da RENAMO infiltrados¹⁷¹.

As principais áreas de actuação destas forças foram: as vias de acesso para a sede do Distrito, em Namugole (via Namacurra/Macuse); em Naciaia (via Namacurra/Malei); em Mutange (via Namacurra/Nicoadala); em Furquia; em Macorrine, no cruzamento, Namacurra, Mixixine e Macuse. Além destes locais, mantinham sob permanente vigilância todas áreas abandonadas; povoados e machambas.¹⁷²

Para as populações locais falar dos "Anakabudula" é recordar duma força sem escrúpulo para matar e roubar. Mais do que isso, é recordar de membros de suas famílias executados, sumariamente, pelo simples facto de serem "surpreendidos" a colher alimentos nas suas antigas machambas abandonadas, impelidos pela escassez de géneros alimentares, nos Centros de Acomodação. Do mesmo modo é recordar aqueles que foram mortos pelos "Anakabudula," apenas por não possuírem documentos de identificação.¹⁷³

¹⁶⁸ "Anakabudula" palavra que em Chuabo significa aqueles que habitualmente trajam de calções. É uma palavra composta por prefixo (Ana) e o substantivo (Kabudula) -calção.

¹⁶⁹ Cesto feito de fâlas verdes de coqueiro, que os camponeses utilizam para transportar seus produtos.

¹⁷⁰ Domingos Sidiqui, escriturário-dactilógrafo, 44 anos Namacurra, 20/02/98; Nazaré A. Samole e Moisés Armando, entrevistas citadas.

¹⁷¹ Domingos Sidiqui, Nazaré A. Samole e Moisés Armando, entrevistas citadas.

¹⁷² Idem

¹⁷³ Beatriz Correia Alfaiño, Tomás Alves Adriano, entrevistas citadas.

As populações responsabilizam igualmente estas forças pelos assassinatos de várias pessoas cujo único móbil era apoderarem-se dos bens ou das mulheres das suas vítimas.¹⁷⁴

Esta forma de actuação destas forças suscitava constantemente sentimentos de revolta no seio das populações, sobretudo por causa da total indiferença das estruturas políticas e administrativa do distrito. Foi neste contexto, que um grupo de camponeses, em Naciaia, munido de catanas, facas, azagaias, paus e outros instrumentos contundentes, insurgiu-se contra os “**Anakabudula**,” por terem morto dois camponeses locais, em dois dias consecutivos, forçando-os a fugir da área.¹⁷⁵

Por estes e outros excessos inqualificáveis, ironicamente, as populações preferiam aos ataques da RENAMO do que estarem permanentemente expostos a morte pelos “**Anakabudula**”. Porque os ataques da RENAMO, além de não serem constantes, era possível alguém fugir, enquanto que os “**Anakabudula**,” os vigiavam constantemente.¹⁷⁶ Mas, as adversidades dos deslocados não se reduziam apenas as arbitrariedades dos “**Anakabudula**”, assim como outras forças governamentais, sempre que ocorresse um ataque ou incursão numa povoação, a população era acusada de conivência com o inimigo, logo ela era a principal responsável pelos ataques da RENAMO, na zona.

Esta atitude verificou-se igualmente entre as populações que se acusavam de algumas serem agentes da RENAMO, somente por estarem a fugir das áreas afectadas pela guerra, sobretudo, aquando das primeiras movimentações de populações deslocadas. Neste período, era frequente chamar-se aos deslocados de “**majubas**”, agentes de reconhecimento da RENAMO, e como tal não podiam ser acolhidos como deslocados para se evitar que a RENAMO atacasse o povoado.

¹⁷⁴ **Molsés Armando e Beatriz C. Alfaiño**, entrevistas citadas.

¹⁷⁵ **Gabriel Alexandre**, 63 anos, camponês, Namacurra, 15/02/1998 e **Nazaré A. Samelo**, entrevista citada.

¹⁷⁶ **Molsés Armando e Gabriel Alexandre**, entrevistas citadas

Estes maus entendidos são confirmadas por Rosário Bernardo e Brito J. Amussala que descrevendo a sua fuga de Furquia para Macuse, afirmam que

*“no Brigodo, houve gente que pretendia influenciar às autoridades políticas e administrativas locais para não nos receberem no Macuse, pois éramos agentes da RENAMO e mesmo depois de recebidos como deslocados, havia aqueles que ainda nos tinham como “majubas”, e como tal agentes responsáveis pelo constante alastrar da guerra naquele Posto administrativo”.*¹⁷⁷

Em suma, as atitudes das tropas governamentais ao pretenderem encontrar em cada ataque da RENAMO a conivência das populações, isto pode significar um sentimento de pura fraqueza dum Exército incapaz de ter o controlo da situação militar do distrito. Assim, para justificar esta incapacidade procura no população um bode expiatório. E quanto as populações na sua enteracção com outras populações, na qualidade de deslocadas, compreenderem, finalmente, que todas eram vítimas duma mesma guerra fratricida.

Capítulo V - Naparama, Guerreiros mágico - religiosos, 1986-1992

5.1 - Antecedentes do fenómeno dos Naparama

Em 1986, na Zambézia, começa o movimento popular de voluntários para o combate contra a RENAMO. Este foi crescendo à medida que a agressão ia ganhando contornos mais preocupantes.¹⁷⁸

A estes movimentos populares que desenvolveram iniciativas de base para o estabelecimento de zonas livres da violência da guerra, Coelho designou-os por “terceiras forças.” Entre estes, o movimento “Naparama” surgido em finais da década de 1980, foi o mais notável.¹⁷⁹

¹⁷⁷ Rosário Bernardo, entrevista citada e Brito Jorge Amussala, 60 anos, chefe da Igreja Baptista local, Furquia 19/02/1998.

¹⁷⁸ “NOTÍCIAS” 22 de Nov. de 1986 : 1

¹⁷⁹ COELHO, et al. Maputo. 19. 1996 : 44



Em 1986, G. Lauriciano, da AIM, refere-se da existência, na Zambézia, de um exército de milícias voluntárias com dez mil camponeses armados com azagaias, flechas e outras armas tradicionais para combater contra a RENAMO.¹⁸⁰

Este movimento de origem camponesa e de formação espontânea teve como seu líder carismático, Manuel António que afirmava ter recebido uma missão divina de libertar o povo do terror da guerra movida pela RENAMO.¹⁸¹

Segundo Serra, o fenómeno Baramaísmo nasceu em situação de crise, e na crença na imunidade às balas, se determinados rituais fossem cumpridos, depois dos indivíduos serem vacinados com certas drogas¹⁸².

Crença, isto é, fé produzida sob influência da autoridade pessoal de alguém em quem se crê, e por isso se dá crédito ao que afirma, faz e promete.¹⁸³ É assim que um grupo de pessoas pressionadas por condições sociais intoleráveis se junta em torno de uma outra a quem reconhece a capacidade de operar uma transformação social sobrenatural e espera com ela e por ela obter um estado de paz e de bem estar permanente; estamos diante de um princípio básico dos movimentos messiânicos e milenaristas de sempre.¹⁸⁴

5.2 - Expansão do Movimento dos Naparama

Os Naparama, nos finais da década de 1980, e princípios de 1990 se insurgiram contra “os **bandidos armados**,” por massacrarem os seus familiares, destruírem suas aldeias, roubarem seus bens e alimentos assim como por não os deixarem produzir nas suas machambas.¹⁸⁵

Entre Março de 1990 e Março de 1991, a crença nos poderes mágicos de Manuel António, e a assentimento da mensagem messiânica foi tão grande que durante este período, ele já contava com um

¹⁸⁰ “NOTÍCIAS” 22 de Nov. de 1986: 1

¹⁸¹ SERRA, 1997 :48; COELHO, et al. Maputo. 19. 1996:44; LEGRAND. 1991: 20

¹⁸² SERRA, 1997: 25; PEREIRA, Fabião Manuel. 1999 :63

¹⁸³ Dicionário de Ciências Sociais . 1986 : 281

¹⁸⁴ SERRA, 1997: 50

¹⁸⁵ “NOTÍCIAS” 11.Fev.1991:3

exército de 20.000 homens aptos a avançar para extensas áreas dominadas pela RENAMO e foi capaz de recupera-las para o controlo do Governo.¹⁸⁶

Foi neste contexto, que Manuel António depois dos primeiros sucessos militares obtidos nas imediações de Alto Molócuè, não obstante um desaire em Nauela, o movimento Naparama estendeu as suas actividades aos distritos vizinhos de Gilé, Ile, Pebane, Maganja da Costa, Chinde.¹⁸⁷ Esta campanha militar atingiu igualmente os distritos de Mocuba, Namacurra, Quelimane e Nicoadala onde estabeleceu o seu quartel general.¹⁸⁸

5.3 - Naparama em Namacurra

Em 1990, Manuel António chega ao distrito de Namacurra para mobilizar voluntários para a guerra. Por esta altura, as façanhas dos Naparama eram assunto de vários comentários populares facto que só por si, criou muita simpatia e uma grande predisposição de muitos elementos da população para serem vacinados por Manuel António a fim de combaterem os “bandidos armados”, sem serem mortos. Esta tendência natural era pertinente, pois os camponeses tinham sido obrigados a fugir das suas zonas de origem, onde muitos foram confrontados com a difícil realidade de verem seus familiares a serem mortos. Além disso, os camponeses estavam ansiosos por regressarem às suas terras, onde tinham as suas casas e machambas, impossibilitados pelas constantes incursões da RENAMO.¹⁸⁹

Mas se os Naparama eram vistos pelas populações como agentes da pacificação; estes eram subestimados pelas autoridades locais.¹⁹⁰ Assim, Manuel António ao chegar à sede do distrito foi confrontado com dois cenários distintos, dum lado, as populações muito receptivas, por outro lado, as autoridades locais, numa clara atitude de distanciamento.¹⁹¹

¹⁸⁶ Africa Watch, 1992 : 129

¹⁸⁷ LEGRAND, 1991 : 22

¹⁸⁸ SERRA, 1997 : 49

¹⁸⁹ Francisco Óscar, entrevista citada

¹⁹⁰ “NOTÍCIAS”, 2/5/1991 : 3

¹⁹¹ Francisco Óscar, entrevista citada

Segundo Pereira, este distanciamento encontra uma explicação se tomarmos em conta que as autoridades consideravam os Naparama de incultos e supersticiosos.¹⁹²

Foi neste ambiente, que Manuel António, proveniente dos distritos de Pebane e de Maganja da Costa, não é logo aceite pelas estruturas locais em Namacurra. Mas, a pressão popular forçou as autoridades locais a permitirem que Manuel António iniciasse as actividades de formação dos seus guerreiros e imediatamente comesçassem as operações militares contra as bases da RENAMO.¹⁹³

Nos princípios de 1990, os Naparama desencadearam as suas operações contra as bases RENAMO, facto que obrigou os seus guerrilheiros a recuar no terreno e a estancar todas as suas incursões, infligido-lhes pesadas derrotas, nas localidades de Muiebele, Neuala, Furquia¹⁹⁴. E até meados de 1991, os Naparama tinha atacado, assaltado quase todas as bases da RENAMO no distrito tais como: Mabadhane (base distrital); e os postos avançadas de Sassagura, Mapira, Nhambinga, na localidade de Malei. E as bases de Nigula e de Namanjavira, nos distritos limítrofes de Maganja da Costa e de Mocuba, respectivamente, donde partiam algumas incursões para o distrito.¹⁹⁵

Nestas zonas os Naparama puderam recuperar várias centenas de populações residentes e cativas, assim como muitos guerrilheiros da RENAMO e respectivo material bélico.¹⁹⁶

Com a queda da base de Mabadhane, os Naparama acabavam de desferir um rude golpe no plano militar da RENAMO. Pois, desta base eram planificadas e coordenadas todas as suas actividades à nível distrital. Devido a relativa calma registada quase em todo o distrito, algumas populações, por iniciativas próprias, tentavam regressar para as zonas que haviam abandonado como foi o caso específico da localidade de Furquia¹⁹⁷. Esta relativa paz reflectiu-se também no vizinho distrito de

¹⁹² PEREIRA, 1999 : 81

¹⁹³ Francisco Óscar e Nazaré A. Samelo, entrevistas citadas

¹⁹⁴ Rosário Bernardo, entrevista citada

¹⁹⁵ Sualé Amisse, entrevista citada

¹⁹⁶ Lázaro R. Rafael, entrevista citada

¹⁹⁷ Rosário Bernardo e Nazaré A. Samelo, entrevistas citadas.

Nicoadala, onde a Direcção Provincial da Educação chegou de ordenar a reabertura do Centro de Formação de Professores em Nicoadala.¹⁹⁸

5.4 - Os Rituais dos Naparama

Acabamos de fazer algumas referências sobre as façanhas dos Naparama que tomaram de assalto vastas zonas controladas pela RENAMO, atacaram e assaltaram as suas bases. Importa agora procurar entender como os Naparama se organizavam para garantir os sucessos das suas campanhas militares. Segundo Serra, o movimento dos Naparama era uma organização militar rigorosa e com um sigilo de seita. Como tal, só se podia ser membro depois de ritos iniciáticos aparentemente controlados pelo próprio Manuel António. A iniciação envolvia uma vacina “**Barama**” com dois níveis : infusão bebível e aplicação em incisões corporais. Esta vacina era considerada tornar os guerreiros imunes às balas. A ineficiência das armas era, simbolicamente, compensada por essa antiga prática africana.¹⁹⁹

É dentro desta lógica que Sualé Amisse, afirma que só se era Naparama depois deste ritual de vacinação. O ritual terminava sempre com um teste de coragem, no qual os recém - vacinados deviam demonstrar a sua coragem ao serem submetidos aos golpes de catana e prova de tiro de arma de fogo para a confirmação da eficácia da droga no tocante a invulnerabilidade, às balas dos recém - vacinados²⁰⁰

Nazaré, falando destes rituais, acrescenta dizendo que com a prova de tiro, Manuel António pretendia inculcar mais determinação dos seus homens recém vacinados e já invulneráveis às balas para os impelir para a guerra contra a RENAMO²⁰¹.

Esta crença estava baseada nos poderes mágicos de Manuel António, que segundo Nazaré, ele

¹⁹⁸ Lázaro R. Rafael, entrevista citada.

¹⁹⁹ SERRA, 1997:49

²⁰⁰ Sualé Amisse, entrevista citada.

²⁰¹ Nazaré Alberto Samelo, entrevista citada.

os transmitia pessoalmente ou por intermédio dos seus elementos mais próximos no acto de “paramar”²⁰²

A fé na invulnerabilidade às balas das armas de fogo, só por si não era suficiente para produzir o efeito desejado. Pois, além da vacina, existiam normas que deviam ser rigorosamente respeitadas, para que o efeito da vacina fosse garantido. Assim, os Naparama só deviam combater usando armas brancas (facas, catanas, azagaias) e não fazer uso de armas de fogo; não recuar perante o inimigo ou ter medo dele; não deviam matar o inimigo, somente deviam desarmá-lo e capturá-lo. Pois, segundo Nazaré, a essência dos Naparama não era fazer a guerra em si, mas era acabar com as mortes, isto é, acabar com ela sem causar mais mortes.²⁰³

Foi dentro deste espírito que os Naparama deviam respeitar certas normas tais como: princípios de ordem moral, cultural e normas combativas. Segundo os princípios de ordem moral; os Naparama não deviam atacar, roubar ou maltratar as populações civis, apenas deviam, atacar elementos da RENAMO; no âmbito de ordem cultural, eram interditas relações sexuais, três dias antes dum combate e enquanto os Naparama estivessem em missões combativas, as mulheres da povoação deviam permanecer de tronco nu, não deviam se lavar, nem varrer o chão das suas casas, o pilão “em repouso” devia estar com a parte da abertura voltada para o chão, e não se devia passar por cima duma azagaia dum Naparama quando se encontrasse no chão.²⁰⁴

Um Naparama devia combater de pé, com o peito descoberto, e sempre avançando em direcção ao inimigo, sem se aproveitar de obstáculos naturais como troncos de árvores, e outros para evitar as balas inimigas. No caso do inimigo recuar, devia persegui-lo até capturá-lo. Os inimigos que se rendessem não deviam ser mortos. De facto, todos os capturados e as respectivas armas eram conduzidos aos quartéis e entregues às FAM.²⁰⁵

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem

²⁰⁴ LEGRAND. 1991 :20-21

²⁰⁵ Sualé Amlsse, entrevista citada.

Para Amisse, as interdições para um “paramodo” iam até ao pormenor, este não devia saltar um pilador no chão mas, devia contorna-lo, não devia comer arroz torrado,²⁰⁶ nem a massa que durante o seu processo de preparação algumas porções tenham transbordado da panela.²⁰⁷ Esta cláusula foi, igualmente, referenciada por Pereira mas nos seguintes termos;

*“o pau utilizado para preparar a massa não devia ser retirado da panela enquanto decorresse o processo da cozedura da massa”*²⁰⁸

Para Pereira existia uma estreita relação desta restrição com o surgimento de uma força anti-Naparama, os “Khonkos” de Mulelepea²⁰⁹ que tinha como arma principal azagaia. Por isso fazia sentido que os Naparama fossem igualmente invulneráveis à mais esta arma usada pelo seu novo inimigo.²¹⁰

No âmbito destas diferenças de proibições culturais, Legrand observou que elas tinham a tendência de se multiplicarem à medida que o movimento se espalhava²¹¹. De facto, por se acreditar que lavar a roupa ou de pilar ao entardecer, pudesse atrair ataques das forças da RENAMO, as populações não deviam nem lavar a roupa, nem pilar ao cair da tarde.²¹²

Estas normas deviam ser escrupulosamente respeitadas porque quem as violasse morria atingido pelas balas inimigas, durante o combate ou corria o risco de sofrer um ataque da RENAMO, no caso das populações.²¹³

²⁰⁶ Na Baixa Zambézia, na primeira fase de maturação de arroz, e ainda fresco, as mulheres ceifam o arroz e torram-no ao fogo em grandes panelas de barro ou numa chapa de lata, secam-no e depois de pilado é cozido. Este é o “arroz torrado”.

²⁰⁷ Sualé Amisse, entrevista citada.

²⁰⁸ PEREIRA. 1999 : 79.

²⁰⁹ Os Khonkos foi um movimento anti-Naparama, liderado por Mulelepea, que surgiu em Nauela, porque a RENAMO sentir-se incapaz de proteger os camponeses sob seu controlo perante a ofensiva dos Naparamas. PEREIRA. 1999 : 116-117.

²¹⁰ Idem. 1999 : 79.

²¹¹ LEGRAND. 1991 : 20-21.

²¹² Nazaré A Samelo, entrevista citada.

²¹³ “NOTÍAS”. 2/5/1991: 3 ; Nazaré A Samelo, entrevista citada

5.5 - A Crise de Identidade dos Naparama

A missão de restabelecer a harmonia perturbada pelo conflito armado levou, entre 1990 a 1991, o movimento dos Naparama a expulsar a RENAMO, da maior parte dos distritos da Zambézia, restabelecendo a paz nestas regiões e várias centenas de milhares de camponeses, passaram para as zonas sob controlo do Governo. Neste processo registaram-se alguns desvios entre o discurso messiânico de libertação e de retorno a paz, e a realidade. As populações ao serem coagidas a deslocarem-se das suas terras sob ameaças de morte e outros excessos, o movimento comprometeu a sua mensagem inicial de paz e liberdade.²¹⁴

De facto, no processo de deslocamento das populações, o movimento chegou a cometer alguma violência, como forma de as forçar a se reagruparem nos Centros de Acomodação controladas pelo Governo. Este reagrupamento, sistematicamente, envolvia atitudes muito agressivas como; queimar casas e ameaça de morte aqueles que se mostrassem relutantes em abandonar as suas zonas, dentro dos prazos previstos²¹⁵

Por esta mesma altura, a permanente mobilização de várias centenas de guerreiros, sem um comando central bastante articulado, nem um mecanismo de ligação efectiva com todas as suas unidades no terreno, sem um eficiente sistema de gestão dos efectivos, e sem uma logística eficiente, os Naparama estavam aquém dos padrões recomendáveis para um exército desta dimensão. Com todas estas limitantes, as actividades combativas dos Naparama começaram a pautar pela improvisação e por iniciativas espontâneas de cada grupo, sem obedecer a uma programação previamente elaborada, à nível superior.²¹⁶

Além disso, os Naparama eram menosprezados pelas autoridades locais.²¹⁷ Pois o Governo precisava de manter esta aparente atitude de afastamento em relação ao movimento, apesar de precisar

²¹⁴ LEGRAND. 1991 : 21-25

²¹⁵ LEGRAND. 1991 : 24

²¹⁶ PEREIRA. 1999 : 80

²¹⁷ "NOTÍCIAS". 2/5/ 1991 : 3

dos seus préstimos.²¹⁸

Assim, somos de opinião de que esta duplicidade de relacionamento FRELIMO/Naparama, foi a principal razão que não permitiu ao Governo dar uma assistência logística oficial aos Naparama e algum auxílio em áreas como controlo centralizado dos seus efectivos e organização de uma cadeia de comando eficiente.

Dadas estas contrariedades e como forma para suprir as carências em alimentos, os Naparama começaram a envolverem-se gradualmente, em sistemáticas invasões às aldeias, pilhagens das povoações, e os abusos contra as populações passaram a ser cada vez mais frequentes. Desde então, o movimento foi perdendo o seu carácter messiânico e conseqüentemente, foi-se transformando de um movimento popular, numa força miliciana profissional, perigosa e incontrolável. Esta situação ganhou novos contornos mais preocupantes e perigosos com a adesão ao movimento de jovens educados num contexto de guerra e de violência que passaram a militar nas hostes dos Naparama.²¹⁹ Manuel António chegou a reconhecer as dificuldades na manutenção da mobilização dos seus homens por muito tempo, e admitiu a existência, no seio do seu movimento, de elementos que preferiu chamar por falsos Naparama, por praticarem roubos e assassinatos.²²⁰

Amisse reconhece a crise, ao admitir que Manuel António deixou de comandar as forças, priorizando; bebedeiras, mulheres (inclusive as recuperadas das zonas da RENAMO), negócios, (como proprietário de casas, carros e as vacinas).²²¹

Estas revelações confirmam as referências de Legrand de que os Naparama seguiam o exemplo do seu líder que já cobrava pelas vacinas e se tinha transformado num proprietário de um Bar em Mocuba.²²²

²¹⁸ PEREIRA. 1999 : 81

²¹⁹ *Idem* 1999 : 82

²²⁰ *Idem*. 1999 : 82-83

²²¹ As vacinas que até então eram gratis, passaram a ser uma fonte de receita para M. Anónio (Sualé Amisse, entrevista citada).

²²² LEGRAND. 1991: 26

5.6 - Rivalidades Internas de liderança do Movimento dos Naparama

A crise de identidade dos Naparama, em geral, e o negócio das vacinas em particular, foram os principais factores que despoletaram as rivalidades entre Manuel António e seu adjunto de nome Kamarupo. Segundo Amisse, as rivalidades internas dos Naparama, teriam sido originadas por possíveis desvios de dinheiro quando Kamarupo, depois de mais uma missão de vacinação, no distrito do Chinde, foi acusado de roubo de dinheiro e preso por Manuel António.²²³

A fuga de Kamarupo da prisão e a presumível deserção para a RENAMO, ocorre simultaneamente, no momento em que a RENAMO passa a ofensiva contra os Naparama, inflingindo-lhes pesadas derrotas. Facto que levou a se deduzir que Kamarupo teria traído o movimento ao divulgar ao inimigo os segredos do movimento. De facto, neste período os Naparama passaram a sofrer muitas reveses nos combates.²²⁴

Foi neste contexto que em 5 de Dezembro de 1991, Manuel António foi morto num contra-ataque da RENAMO, em Namuca, no Posto Administrativo de Macuse.²²⁵

Segundo Amisse, a morte de Manuel António foi uma traição de Kamarupo.²²⁶ Mas para Nazaré, M. António morreu por não ter respeitado certas normas básicas que ele devia observar durante o combate, tais como; ter uma cauda, símbolo do seu poder mágico, não se inclinar (para recuperar a arma que tinha caído). E, finalmente, pelo facto de ter sido abandonado pelos seus homens quando ele caiu ferido.²²⁷

Para José Victor de Sousa,²²⁸ Manuel António morreu por falta de socorro imediato. Pois, a ba-

²²³ Sualé Amisse, entrevista citada

²²⁴ Sualé Amisse, entrevista citada

²²⁵ Africa Watch, 1992: 40

²²⁶ Sualé Amisse, entrevista citada

²²⁷ Nazaré A. Samelo, entrevista citada

²²⁸ Director do Centro de Saúde de Macuse, onde o corpo de Manuel António foi depois recolhido e diz ter sido ele a passar a respectiva certidão de óbito.

la que o atingiu no peito, do lado esquerdo, não tinha atingido o miocárdio²²⁹ e outra atingiu-o apenas numa das pernas.²³⁰

Por estas e outras versões sobre a morte de Manuel António, fica-nos a impressão de que os relatos se chocam constantemente, talvez pela crença nos poderes do grande mágico que faz com que as pessoas tenham a dificuldade de acolher com naturalidade a notícia da sua morte. Pois acreditava-se que Manuel António estava para restaurar a paz tão almejada por todos. A partir de então, um quadro sombrio pairava sobre as mentes das populações que iriam enfrentar mais ataques da RENAMO. Estes receios viriam a se confirmar quando, em Agosto de 1992, a Sede do Posto Administrativo de Macuse, foi alvo de mais um ataque da RENAMO, facto que forçou a evacuação de toda a região do Posto Administrativo de Macuse para outra margem do Rio Namacurra, na região de Supinho, no distrito de Nicoadala.²³¹

Depois da morte de Manuel António, seguiu-se a verdadeira crise de liderança no seio dos Naparama. Foi por esta altura que reaparece Kamarupo com pretensões de líder do movimento por ter sido adjunto de Manuel António. Este não teve qualquer tipo de influência no rumo dos acontecimentos, dado que com o Acordo Geral de Paz punha fim aos 16 anos de Conflito Armado.²³²

Capítulo VI - As Negociações da Paz

Já em 1979, a guerra era uma realidade incontornável, em Moçambique. Os Bispos de Moçambique por acreditarem no diálogo começaram a empreender os primeiros esforços conducentes a encontrar os caminhos mais viáveis para o fim da guerra em Moçambique. Foi neste sentido que, em 1979, a hierarquia católica leva a efeito os seus primeiros esforços visando criar um ambiente que conduziria, as partes em conflito, ao diálogo. Estes esforços se manifestavam através das suas Cartas,

²²⁹ Miocárdio é a parte muscular do coração (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira vol. 17: 320*)

²³⁰ José Victor de Sousa, entrevista citada.

²³¹ José Victor de Sousa, e Carlos Andela, entrevistas citadas

²³² Nazaré A. Samelo, entrevista citada.

Notas Pastorais e Comunicados. Em reacção à estes esforços, a Direcção do Partido FRELIMO e do Governo, convoca uma reunião com todas as Confissões Religiosas, nos dias 14 a 17 de Dezembro de 1982, com o propósito de encontrarem as formas de colaboração entre o Estado e as Confissões Religiosas na busca da Paz.²³³

Com o Acordo de Nkomati, a 16 de Março de 1984, estava dado o primeiro passo, no caminho tortuoso, para a tão almejada Paz para Moçambique. Este Acordo apesar de infrutífero, foi bastante importante por ter aberto novas perspectivas de diálogo e de paz nesta região de África Austral.²³⁴ E o Governo moçambicano decidira enveredar por uma dupla estratégia; a militar e a diplomática.²³⁵

Em 1984, o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) compromete-se, seriamente no processo da paz, formando uma Comissão de Reconciliação e Paz que traduzia a sua perspectiva "Diálogo como caminho para a Paz"²³⁶

Em 1987, um passo decisivo, no sentido da Paz foi dado quando a Conferência Episcopal Católica conseguiu um diálogo muito intenso com o Presidente Joaquim A. Chissano.²³⁷

Em Setembro de 1988, o Presidente Chissano, persuadido de que a opção militar, apenas multiplicava as contradições que opunham as partes em conflito, aposta na estratégia diplomática; reactivando o Acordo de Nkomati, com as autoridades de Pretória, numa reunião no Songo e em 1989, os membros seniores das Igrejas Católica Romana, Anglicana e Protestante receberam do Presidente a missão de iniciarem urgentemente contactos directos com a cúpula da RENAMO. Como corolário, em Fevereiro de 1989, uma delegação dos Bispos Católicos e Anglicanos mantêm o primeiro encontro em Nairobi (Quénia) com dois líderes seniores da RENAMO, os quais se mostraram receptivos para prosseguirem com negociações de Paz para Moçambique.²³⁸

²³³ DE SOUSA, José Augusto Alves, Maputo, 1995 : 5-21

²³⁴ DE SOUSA, José A. Alves, 1996 : 22-24

²³⁵ VINES, 1996 : 120

²³⁶ *Idem*

²³⁷ DE SOUSA, José A. Alves, 1996 .22-30; VINES, 1996 : 120-121

²³⁸ AFRICA WATCH, 1992: 35

O cometimento da FRELIMO na senda da solução negociada para o fim do conflito armado, foi reflectido em vários momentos: nos 12 pontos da FRELIMO, (nos quais se fazia convite a RENAMO para pôr fim seus ataques e iniciar um diálogo sobre as vias para o fim da violência e o estabelecimento da paz); em Janeiro de 1990, a discussão do “Ante- Projecto de Revisão da Constituição,” em 30 de Novembro de 1990, a entrada em vigor da Nova Constituição, a substituição da designação “República Popular de Moçambique” por “República de Moçambique” e a consagração do multipartidarismo. E no dia 1 de Dezembro de 1990, a assinatura do Acordo Parcial de cessar-fogo.²³⁹

Finalmente, a 4 de Outubro de 1992, foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, entre a FRELIMO e a RENAMO.

Os momentos que precederam a assinatura do Acordo Geral de Paz, foram intensamente vividos por todos. Em todos era visível a ansiedade e a expectativa. Em Macuse, depois da assinatura do Acordo Geral de Paz, um grupo de mulheres, para manifestarem a sua grande satisfação, sujaram as suas roupas com lama e saíram correndo e cantando de alegria, pelos sítios de maior aglomeração populacional (Centros de Deslocados e noutros Bairros residências da Localidade de Macuse), como que a apregoar o fim da guerra. Era a alegria e a vontade de poderem, finalmente, voltar para as suas povoações ao encontro dos locais mais sagrados dos seus ancestrais, seus locais de culto, para suas propriedades e suas machambas, para o reencontro com seus familiares até então dispersos. Era a satisfação de regressarem aos locais onde tinham as ruínas daquilo que foram os seus lares.²⁴⁰

Com o advento da Paz, despoletou-se duma forma espontânea, o movimento de retorno das populações para as suas anteriores zonas de origem. A permanência prolongada nos Centros de

²³⁹ Este foi o primeiro Acordo assinado pelos negociadores em Roma. Este Acordo visava confinar as tropas Zimbabweanas aos Corredores da Beira e do Limpopo, criar uma Comissão Mista de Verificação (COMIVE). (DE SOUSA, José A. Alves, 1995:46; AFRICA WATCH, 1992: 36; AWEPA, 1993: 71-73)

²⁴⁰ Lázaro R. Rafael, entrevista citada

Deslocados em condições extremamente difíceis pode ter determinado esta espontaneidade mesmo sem ter toda a certeza se a paz era já efectiva.²⁴¹

Esta vontade das populações regressarem para as suas terras nunca desapareceu das suas mentes, por isso, e todas as vezes que surgisse uma oportunidade elas aproveitavam-na. Temos como um caso mais evidente o regresso duma parte das populações da Localidade de Furquia, ocorrida nos princípios de 1990, quando os Naparama escorraçaram daquela zona os guerrilheiros da RENAMO e foi estacionada, na sede da localidade, uma companhia das FAM.²⁴²

De facto, segundo Orlando Francisco, alguns elementos da população, sempre que pudessem deslocavam-se para as suas antigas aldeias pelo facto de estas estarem a distâncias relativamente curtas, em média de 30 a 40 Kms., o que permitia sobretudo aos homens se deslocarem para estes sítios em busca de alimentação (arroz, mandioca, cocos, e outros). E a medida que o conflito armado diminuía de intensidade, alguns destes homens iam progressivamente se refixando e criando, nessas zonas, mínimas condições para as suas famílias. Por outro lado, recaíam, sobre estes elementos e soldados das FAM, aí estacionados, várias acusações de se apoderarem dos bens das populações. Foi a partir de alguns destes elementos que mais tarde se formaram certos grupos de marginais que vagueavam pelas povoações e com o fim do Conflito Armado, se transformaram em assaltantes a mão armada.²⁴³

Em 1992, depois do Acordo Geral de Paz, o movimento de regresso massivo dos deslocados regista-se em toda extensão do distrito e distritos vizinhos, nomeadamente, da Maganja da Costa, Nicoadala, Mocuba e Cidade de Quelimane.²⁴⁴

²⁴¹ Idem

²⁴² Rosário Bernardo, entrevista citada

²⁴³ Orlando A. Francisco, entrevista citada

²⁴⁴ Rosário Bernardo, entrevista citada

Capítulo VII – Pós - Guerra e o Processo de Reassentamento (1992-1998)

7.1 - Retorno das Populações às suas Terras de Origem

Depois do Acordo Geral de Paz, o Governo definiu duas prioridades; sensibilizar e mobilizar as comunidades a regressarem para as suas terras de proveniência; mobilizar apoios, a nível interno e externo, para a restauração das infra-estruturas destruídas pela guerra. Como forma de criar uma base mais segura para garantir um reassentamento sem muitos sobressaltos o Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais (DPCCN) e a Organização Internacional de Migração (OIM) iniciaram um Programa conjunto de identificação e registo de todos os que desejavam regressar para as suas terras a fim de garantirem algum apoio em géneros alimentares e transporte. Mas as autoridades ficaram surpresas com a espontaneidade do movimento de retorno das populações. Pois, os Centros dos Deslocados, ficaram praticamente vazios sem alguma intervenção das estruturas governamentais. Esta saída das populações dos Centros de Acomodação não permitiu qualquer tipo de apoio.²⁴⁵

Entretanto, para as populações que por várias razões não puderam regressar imediatamente tais como; famílias com filhos a estudar, pessoas com suas pequenas machambas, pequenos negócios e sobretudo para os que eram de muito longe. Para estes casos, o regresso era mais cauteloso; numa primeira fase os homens faziam algumas viagens exploratórias com objectivo de criarem mínimas condições, nas zonas onde pretendiam viver com as respectivas famílias²⁴⁶.

Ainda neste capítulo, houve aqueles grupos que com a permanência nas cidades, sedes distritais e de localidades, optaram por permanecer nesses locais ou por ter duas residências; uma no local onde estavam como deslocados e outra na sua zona de origem, quiçá por motivo de prudência para uma qualquer contingência ou para manter os filhos mais perto de escolas ou para dar continuidade aos seus negócios. Foi na base desta complexidade de interesses que houve casos de

²⁴⁵ Orlando A. Francisco ; Lázaro Rafael e Cinco Reis,entrevistas citadas

²⁴⁶ Orlando A. Francisco, entrevista citada

famílias que tiveram de ser transportadas pela OIM por mais que uma vez para as zonas de reassentamento.²⁴⁷

Para evitar estes casos e para minorar as dificuldades decorrentes do processo de reassentamento das populações, as estruturas envolvidas neste processo deixaram de abastecer os Centros de Deslocados, canalizando os apoios apenas para os locais de reassentamento.²⁴⁸ Foi neste sentido que a Direcção Provincial da Agricultura (DPA), através do seu Sector de Sementes Instrumentos de Produção (SIP) passou a distribuir sementes e instrumentos de produção, nas zonas de reassentamento. Assim, as ONGs. como a OXFAM, DHA-UNIDO (das Nações Unidas) passaram a levar para estes locais, roupa usada, «calamidade», cobertores e utensílios domésticos.²⁴⁹

Segundo o Director do DPCCN da Zambézia, estes apoios tinham dois objectivos imediatos a atingir: incentivar e suavizar o processo de refixação das populações; levar aos que permaneciam nos Centros dos Deslocados a partirem para os locais de origem.²⁵⁰

No capítulo de restauração de infra-estruturas destruídas pela guerra, o distrito de Namacurra constatou que de 1984 a 1992, a guerra tinha destruído quase toda a sua Rede Escolar, Sanitária e Comercial. Foi na base destas constatações que o Governo lançou o seu apelo a nível interno e externo para angariar apoios para a restauração das infra-estruturas destruídas durante a guerra.²⁵¹

O pós-guerra foi caracterizado pela ocupação progressiva das terras que durante o conflito armado tinham sido abandonadas. Seguindo-se imediatamente, a fase de criação de condições materiais imprescindíveis a vida tais como; construção de palhotas, abertura de machambas com culturas de ciclo rápido como a batata-doce. Para que as populações, rapidamente, pudessem alcançar uma auto-suficiência alimentar, o plano do Governo, além da distribuição de roupa usada, cobertores, géneros alimentares, utensílios domésticos priorizava, sobretudo, a distribuição de sementes, instrumentos

²⁴⁷ Idem

²⁴⁸ Idem

²⁴⁹ Idem

²⁵⁰ Idem

²⁵¹ Cinco Reis, Francisco Óscar e Orlando A. Francisco, entrevistas citadas

agrícolas (enxadas, catanas, machados), além da assistência na área da extensão rural e fomento pecuário.²⁵²

Estes fornecimentos foram quase sempre contestados pelos beneficiários, por nem sempre cobrirem as suas necessidades. As populações confrontadas com estas insuficiências, como foi o caso de Mixixine, tiveram a iniciativa de auto - mobilização para apostarem na produção agrícola, como se pode deprender através desta canção:

**“Muadany Ndoue Nalime,
Dovayua Kadhinimulela Muana”.**²⁵³

Esta canção diz essencialmente o seguinte:

*“Vamos todos produzir. Não fiquemos a espera de donativos. Estes nunca
suprindo todas as nossas necessidades.”*

Esta fase foi, igualmente, caracterizada pelo empenhamento das autoridades políticas, administrativas e religiosas, através duma grande campanha de mobilização para uma reconciliação efectiva das populações, procurando-se evitar a todo o custo todas atitudes de confrontação e de vingança acumuladas durante os anos de guerra.

7.2 - Reconciliação das Populações

No processo de reassentamento das populações, regressadas nas suas zonas de origem, a par dos esforços de reconstrução, destacava-se a reconciliação das populações como uma das tarefa mais prioritária. Pois, as marcas do conflito armado ainda estavam bem presente na memória de todos; desde as aldeias destruídas, casas queimadas, os parentes mortos, os raptados que não regressaram, machambas abandonadas, caminhos por inventar, as escolas por reconstruir, as fontes de água por abrir,

²⁵² Lázaro R. Rafael; Rosário Bernardo; Cinco Reis, entrevistas citadas

²⁵³ Raposo Saraiva, 57 anos, Secretário do Comité de Localidade de Iacota-Mixixine, 2/2/ 1998

a comida por produzir, tudo criava sensação de revolta. Mas era preciso que todos se reconcilhassem com todos e cada um consigo próprio. Para tal, as estruturas do Partido FRELIMO e o Governo tiveram que acompanhar de perto todo o processo de reintegração social das populações fornecendo-lhes todo o apoio necessário, mas sem descorar a reconciliação das populações como a maior prioridade. Pois tudo o que se passou durante os anos de guerra não devia ser motivo para um ajuste de contas.²⁵⁴

Como todos os processos, a reconciliação, não foi linear. Enquanto por um lado, as famílias vindas dos Centros de Deslocados ou das zonas da RENAMO, alegres se reencontravam, bandos de marginais surgiam em vários locais, praticando assaltos a mão - armada e criando pânico no seio das comunidades, como nas áreas de Furquia, Naciaia, Muiebele. Em Furquia, um grupo, de assaltantes a mão - armada, comandado por um elemento da Localidade de Muiebele de nome Chabane, acabou sendo neutralizado pelas autoridades.²⁵⁵

Um outro grupo de malfeitores lançava ataques, a coberto de densa vegetação, em Naciaia, no trajecto Namacurra/Malei. Foi de 1995 a 1996, que os assaltos, em Naciaia, tornaram-se mais frequentes, facto que obrigou as autoridades a destacar uma força policial para patrulhar a zona e como medida adicional. Os camponeses foram autorizados a fazerem suas actividades produtivas, ao longo da Estrada; abertura de machambas, corte de lenha e fabrico de carvão vegetal e até a construção habitações como uma forma de destruir esconderijos dos malfeitores.²⁵⁶

Na senda da reconciliação, o papel das Igrejas foi muito relevante. O lema era: "**Perdoe ao teu irmão se queres ser perdoado**". Foi este o maior apelo que a Igreja sempre lançou para todos, independentemente da sua confissão religiosa.²⁵⁷

²⁵⁴ Idem

²⁵⁵ Brito J. Amussala, entrevista citada

²⁵⁶ Esta área faz parte das antigas plantações de sisal, da Companhia do Boror em Naciaia, abandonadas pouco depois da Independência, devido ao esgotamento dos terrenos por prática de monocultura, (sisal). Carlos Humberto, entrevista citada

²⁵⁷ Brito J. Amussala, entrevistas citadas e Isaías Jaime Lemla, 69 anos, camponês, líder religioso, Mixixine, 03/02/1998.

Segundo Alexandre, na zona de Vuruka, em Malei, uma zona sob forte influência da RENAMO, foi outra zona onde focos de grupos de jovens marginais, assassinavam pessoas sob pretexto de serem feiticeiras. O caso mais gritante foi do assassinato, à machadada do ancião Fonseca por este grupo de jovens que o tinha acusado de feitiçaria. Perante este acto bárbaro um padre católico condenou publicamente este acto criminoso e obrigou que estes jovens dessem a sua vítima, pelo menos, uma sepultura condigna e construindo uma grande "EKUTA".²⁵⁸

A sentença de morte para os acusados de feitiçaria ou roubo, era muito frequente nas zonas sob o controlo da RENAMO. É assim, que mesmo nesta fase de reconciliação esta "justiça" teimava em prevalecer, trazendo à memória os crimes do tempo da guerra. Estas práticas eram contrárias ao espírito e a letra do Acordo de Paz.²⁵⁹

O processo de reconciliação ganhou contornos mais preocupantes ainda, na localidade de Malei, sobretudo nas áreas sob influência da RENAMO, onde depois do Acordo Geral de Paz a RENAMO instalou um governo ao nomear um seu administrador.²⁶⁰

Esta situação arrastou-se até 15 de Outubro de 1994, altura em que uma delegação do Governo distrital, encabeçada pelo Administrador do Distrito, entrou pela primeira vez nessas zonas, numa tentativa vã de persuadir as estruturas da RENAMO a desistir dos seus planos. Mas como o problema prevalecesse, no dia 7 de Abril de 1995, o Governador Provincial teve que se deslocar para tais zonas, num esforço derradeiro para desfazer os mal-entendidos da dupla administração.²⁶¹

Segundo os planos da RENAMO, o estabelecimento desta administração era um prelúdio duma administração da RENAMO, em Namacurra, num eventual governo de Afonso Dhlakama, depois das Eleições de 1994.²⁶²

²⁵⁸ Ekuta, uma construção em pedra ou de paus e coberta de capim ou chapas de zinco para proporcionar sombra aos mortos. Entre as populações locais, existe a crença segundo a qual os mortos têm as mesmas necessidades dum abrigo condigno que os vivos. (Gabriel Alexandre, entrevista citada.)

²⁵⁹ Gabriel Alexandre, entrevista citada.

²⁶⁰ A nova administração da RENAMO, cujo administrador era conhecido por Alface, situava-se a cerca de 6,5 Kms de distância ao Oeste da Localidade de Malei. Carlos Humberto, entrevista citada.

²⁶¹ Idem

²⁶² Idem

Com a visita do Governador, e esclarecidas que foram as populações locais sobre o espírito e a letra dos entendimentos de Roma, assim como da necessidade da reconciliação de todos os moçambicanos, foi posto termo a questão da Dupla Administração, em Namacurra.²⁶³

Apesar destes atritos, o processo de reconciliação no seu todo foi bem sucedido, inclusive a reinserção dos desmobilizados dos dois beligerantes que ocorreu com muita normalidade. Em momento nenhum, se deixou de receber um elemento por ser desmobilizado da RENAMO ou da FRELIMO. Todos foram acolhidos com o mesmo calor dum filho que regressa à casa. Assim, foram recebidas mulheres raptadas que regressavam com seus maridos ex - guerrilheiros da RENAMO, bem como os desmobilizados da FRELIMO.²⁶⁴

Não faltaram aqueles que devido ao peso da consciência pelos actos praticados, tiveram que escolher zonas onde não podiam ser reconhecidos. Como um caso que ocorreu, em Mixixine, onde um ex - guerrilheiro da RENAMO ao ser reconhecido por uma camponesa a quem tinha espoliado os seus bens, durante a guerra, este tratou imediatamente de sair da zona, com medo de possíveis represálias.²⁶⁵

7.3 - Luta pela auto-suficiência Alimentar

Durante a guerra muitas terras foram abandonadas e as populações concentradas em Centros de Acomodação ou noutros sítios de relativa segurança. Com o fim da mesma, as terras começaram a ser reocupadas e iniciadas as actividades agro-pecuárias²⁶⁶.

Durante o período de 1992 a 1994, os esforços da DPCCN, da Cruz Vermelha e outras organizações similares, passaram a ser orientados para dois alvos fundamentais: garantir o abastecimento das populações na sua primeira fase de reassentamento; e criar condições para que as populações obtivessem uma rápida autonomia alimentar.²⁶⁷

²⁶³ O administrador da RENAMO, que era natural da Beira, acabou por solicitar apoio ao Governador Provincial com vista a regressar a sua terra natal, pedido que foi prontamente satisfeito. **Carlos Humberto** entrevista citada

²⁶⁴ **Lázaro Rafael**, entrevista citada

²⁶⁵ Idem

²⁶⁶ **Orlando A. Francisco**, entrevista citada

²⁶⁷ **Carlos Humberto ; Cinco Reis; Lázaro Rafael**, entrevistas citadas

Como que a contrariar estes esforços, os anos de 1992 a 1995 foram marcados por calamidades; secas, fraca pluviosidade, cheias, pragas de gafanhotos e de passarinhos. Em 1992, foi ano de seca, em 1993/94, a campanha agrícola foi afectada pela fraca pluviosidade e pragas contra a mandioca e somente a campanha de 1994/95 é que permitiu as populações uma certa auto-suficiência alimentar.²⁶⁸

Depois das populações alcançarem uma certa auto-suficiência alimentar, os apoios em sementes e factores de trabalho, começaram a sofrer uma gradual redução e terminaram em 1995.²⁶⁹

A campanha agrícola de 1995/96, foi afectada pela depressão "Bonita" e a produção foi seriamente comprometida pelas cheias registadas sobretudo nas Zonas Baixas do Distrito e nas margens dos rios Namacurra e Licungo. A campanha agrícola de 1997/98 foi, igualmente, afectada por chuvas torrenciais. As regiões mais afectadas foram as da Localidade de Namacurra Sede (Mutange, Pahua e Pidá) e as da Localidade de Macuse (Furquia e Mixixine).²⁷⁰

No período de 1993/94, a Rede de Extensão Rural apoiou 400 camponeses, divididos em 4 grupos e assistidos por 4 extensionistas nas localidades de Muiebele (Nivura). Na Localidade de Mixixine, 35 camponeses criadores de gado caprino foram assistidos por um extensionista da pecuária. Esta Rede de Extensão Rural teve apoio do Fundo do Fomento Agrário para o Desenvolvimento Rural (FFADR) e do apoio da UNICEF, Organismo das Nações Unidas.²⁷¹

A Campanha Agrícola de 1994/95 teve como ponto de referência a campanha anterior, tendo em atenção os seguintes factores: a melhoria das condições de segurança alimentar registadas nas diferentes Localidades do Distrito; a melhoria da capacidade de intervenção dos camponeses para o desenvolvimento agrário, como a comercialização agrícola; priorizar o sector familiar na realização da produção agrária; a melhoria qualitativa de sementes a nível das localidades, para se atingir uma auto-suficiência em relação as sementes importadas; incremento da produção de animais de pequeno porte,

²⁶⁸ Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra, 1994: 1 e **Cinco Reis**, entrevista citada

²⁶⁹ **Lázaro Rafael e Carlos Humberto**, entrevistas citados

²⁷⁰ **Cinco Reis; Brito J. Amussala**, entrevistas citadas e Direcção Distrital de Agricultura, 1994 :1

²⁷¹ Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra, 1994: 1-2

aumento dos índices de reprodução dos animais já existentes; e finalmente, apostar no repovoamento pecuário, nas localidades mais flageladas pela guerra, com animais de rápida multiplicação.²⁷²

Na Campanha Agrícola 1995/96, tomamos com o assunto de base o estado de funcionamento das Empresas Estatais e Privadas e o papel das ONG.s. No tocante as ONGs, a UNICEF operou na área da Extensão Rural, com o objectivo de melhorar o nível de vida dos camponeses do Sector familiar, prestando especial atenção no capítulo de Segurança Alimentar. Porém, por exiguidade de fundos para a prossecução normal destas actividades programadas, estas fracassaram, no decurso desta campanha nomeadamente: a construção da Casa Agrária e da casa para extensionistas no Posto de Extensão de Malei.²⁷³

Na Campanha agrícola de 1996/97, o Sector da Extensão Rural do Distrito, além da UNICEF, foi reforçada pelos patrocínios da USAID e da ODA. A UNICEF passou a trabalhar nas Localidades de Muiebele, Mutange e Namacurra Sede, onde foram montados campos de demonstração de variedades de mandioca, batata-doce, assim como, programa de produção e conservação de sementes. O programa de construção da Casa Agrária ficaria definitivamente interrompido por razões já indicadas.²⁷⁴

A USAID, através do seu Projecto de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais (ANR – Zambézia), começou suas actividades em Namacurra no início de 1997. Estas tiveram como alvos principais; produção de viveiros de cajueiros, distribuição de cabritos aos camponeses e assistência técnica às machambas dos camponeses. As populações beneficiárias das actividades de produção de viveiros de cajueiros foram as da Sede de Namacurra (Munjaiana) e Malei; tendo como meta o fornecimento de 10.000 plantas enxertadas por ano. As zonas contempladas são por sinal, umas das maiores produtoras de castanha de caju a nível do Distrito.²⁷⁵

²⁷² Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra, 1994: 2

²⁷³ Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra, (1996) :2

²⁷⁴ Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra (1997) 3

²⁷⁵ **Elves Paulino**, 35 anos, Técnico Médio Agrário, Supervisor de Extensão Rural do Distrito, em Namacurra, 17/2/1998

Na distribuição do gado caprino foram beneficiárias 87 famílias com cerca de 350 cabritos, na localidade de Malei, a razão de 4 animais por família.²⁷⁶

Segundo informações de Carlos, neste processo de distribuição de cabritos alguns chefes de famílias recusaram-se de receber os animais. Talvez pelo receio de não poderem honrar o compromisso de, no fim do primeiro ano, os beneficiários terem que restituir, à Organização, um par de cabritos para a distribuição à novos elementos contemplados, neste esforço de repovoamento pecuário do Distrito²⁷⁷.

7.4 - Conflitos pela posse de Terras

Com o reassentamento das populações nas suas zonas de origem ou alternativas, registaram-se alguns constrangimentos referentes ao uso e aproveitamento de terras. Nesta perspectiva, registaram-se dois cenários diferentes:

Primeiro existiram aqueles que ao pretenderem regressar para as terras abandonaram os terrenos onde praticavam alguma actividade agrícola à favor dos antigos proprietários e para outros o abandono dos terrenos foi antecedido por algum conflito.

Para o caso concreto de Namacurra, os conflitos de terras mais importantes foram três: os casos de Mutange, do Bloco da Barra e do Bloco de Macorrine.

O caso de Mutange passa-se entre os camponeses da Associação dos Camponeses de Mutange e o proprietário Gil Fonseca, este pretendia anexar à sua propriedade os terrenos da ex - Cooperativa de Produção de Mutange, então propriedade da Associação dos Camponeses de Mutange sob falsa alegação de ter comprado todos terrenos da localidade de Mutange. Assim como, pelo facto dos camponeses associados não terem conseguido pagar os trabalhos de lavoura de 20 hectares de terrenos. Por estas razões, ele decide apoderar-se da propriedade da Associação. A solução deste conflito só foi

²⁷⁶ Carlos Humberto, entrevista citada

²⁷⁷ Idem

graças a pronta intervenção das autoridades administrativas do Distrito que fizeram com que Fonseca desistisse dos seus planos de ocupação dos terrenos da Associação dos camponeses de Mutange.²⁷⁸

Na mesma esteira de conflitos, temos os problemas dos Blocos da Barra (Macuse) e de Macorrine (Mixixine),²⁷⁹ que por volta de 1974 a 1976 a Boror, havia cedido algumas parcelas de terrenos, nos Blocos da Barra e de Macorrine, às populações de Macuse e Mixixine, para suas actividades agrícolas. Mas com a privatização da Boror, estes Blocos foram desvinculados do Grupo Boror e adjudicados aos proprietários; Luís Francisco e Élio da Silva, respectivamente.²⁸⁰

O conflito é despoletado quando os novos proprietários, começaram a exigir que as populações se retirassem das suas machambas. No caso de Macorrine o seu proprietário para acelerar a desocupação dos terrenos veda-os, inclusive as machambas das populações, com arame farpado e introduz gado bovino e bufalinhos. Foi perante esta iminência das populações serem expropriadas as machambas e sem nenhuma garantia de obterem outros terrenos, que elas se recusaram a abandoná-las.²⁸¹

É preciso destacar que as populações da localidade de Macuse para conseguirem terrenos para fazer suas machambas devem percorrer cerca de 20 a 30 Kms, por isso perder estas terras era sinal que para obterem novas machambas as distâncias seriam duplicadas. Para resolver estes diferendos foi preciso a intervenção das estruturas Administrativas, da Agricultura e Geografia e Cadastro. E estas limitaram-se a reconhecer a legitimidade dos novos proprietários, sem contudo resolverem a questão fundamental que opunha as duas partes em litígio; a questão da permanência ou não das populações nos terrenos. Este assunto foi deixado ao critério dos novos senhores das terras.²⁸²

Para o caso específico de Macorrine, a direcção da Agricultura prometeu aos camponeses terrenos alternativos para continuação da prática das suas actividades produtivas. Mas as populações

²⁷⁸ Elves Paulino, entrevista citada

²⁷⁹ O Bloco da Barra, em Macuse, zona onde as plantações de coqueiros tinha deixado de ser produtivas e Bloco de Macorrine, em Mixixine, zona de extensas planícies utilizadas para pastagens de gado da Boror.

²⁸⁰ Elves Paulino, entrevista citada.

²⁸¹ Elves Paulino, entrevista citada

²⁸² Idem

mostraram-se pouco receptivas por se encontrarem em plena campanha agrícola e estas ignoraram o aviso de retirada por entenderem que tinham o direito de explorar aquelas terras por serem suas há já bastante tempo.²⁸³

Para estes dois casos, somos de opinião que são de difícil solução. Pois a Boror ao ocupar a Localidade de Macuse com plantações de coqueiros e campos de pastagens, praticamente, relegou para um plano secundário o problema das populações daquela zona. Por isso, no momento actual, com o aumento demográfico, a questão de terras começa a ganhar contornos preocupantes. Assim, somos forçados a prever que, nos próximos tempos, novos cenários de conflito de terras, poderão ocorrer, se não forem encontradas medidas alternativas para estes casos.

7.5 - A situação social das camadas vulneráveis no pós-guerra (1992-1998)

Antes de nos debruçarmos sobre a situação social das camadas vulneráveis, no pós-guerra, lancemos um breve olhar sobre a situação destas camadas ainda no período do conflito armado.

Segundo o levantamento realizado pelo Sector de Acção Social, em 1990, sobre a criança em situação difícil nos Centros de Acomodação, na Sede do Distrito e na Localidade de Macuse foram localizadas 2.379 crianças em situação difícil das quais 19 estavam em famílias substitutas. Para o atendimento destas crianças foram criadas 3 Escolinhas em 3 Centros de Acomodação com média de 700 crianças, dos 3 aos 6 anos de vida e assistidas por 12 animadores. Ainda no âmbito de assistência foram contemplados cerca de 494 velhos, 33 mutilados e 369 deficientes físicos, num total de 896 necessitados. A maior parte dos mutilados e das crianças órfãs foram produtos do conflito armado. Pois, os pais de muitas das crianças em situação difícil foram mortos ou raptados durante a guerra.²⁸⁴

Em 1992, com o advento da Paz, e o regresso das populações para as suas zonas de origem,

²⁸³ Idem

²⁸⁴ Relatório Anual das Actividades do Sector de Acção Social, Namacurra, 1990: 1-2

dentro das suas limitadas possibilidades, procuram ajudar aqueles que mais precisavam tais como: crianças órfãs e desamparadas que eram entregadas em famílias de parentes mais próximos, pessoas idosas, mulheres viúvas, mães solteiras. Estas recebiam apoio das comunidades e das confissões religiosas que se mobilizavam para construir palhotas para uns, fazer machambas para outros de acordo com as necessidades dos beneficiários e possibilidades da comunidade onde estes estavam inseridos.²⁸⁵

Este espírito de inter - ajuda não é novo, ele tem as suas raízes bem profundas nas comunidades rurais onde o sentido de grupo ganha preponderância. Segundo Selemani, a solidariedade comunitária, nas sociedades negro - africanas, era o coração, centro vital para onde devem convergir todas as actividades de cada um dos membros²⁸⁶.

Apesar desta apetência das comunidades rurais de inter - ajuda, não foi suficiente para contornar toda a situação resultante da guerra. Foi nesta perspectiva que o Sector de Acção Social se empenhou no sentido de localizar e reunificar famílias separadas e buscar alternativas de atendimento às crianças em situação difícil. Em 1990, a nível do Distrito, a Acção Social e a Comissão da Criança em situação difícil, identificaram e reintegraram 280 crianças órfãs e abandonadas nas suas famílias ou em famílias substitutas.²⁸⁷

Nesta mesma acção constatou-se que o número dos idosos e deficientes mostrava sempre a tendência de aumentar cada vez mais, assim como, os pedidos de apoio. Igualmente, mereceu certa atenção a situação dos mutilados de guerra que através da Acção Social e contando com a colaboração da CVM e DPCCN, alguns puderam receber muletas, além de apoio em alimentação, roupa, cobertores e outros bens indispensáveis.²⁸⁸

De 1996 a 1997, o Programa de Localização e Reunificação Familiar (PLRF) identificou, nas Localidades de Malei, Furquia e Macuse, crianças desamparadas e pais procurando localizar seus filhos. Este trabalho não foi extensivo para outras áreas mais distantes do distrito por dificuldades em

²⁸⁵ Eugénio M. Sebastião; Bríto J. Amussala; Nazaré A. Samelo e José Victor de Sousa, entrevistas citadas

²⁸⁶ SELEMANI, David Aloni, Braga, 1971: 23

²⁸⁷ Relatório Anual das Actividades do Sector de Acção Social, 1992 : 1-2

²⁸⁸ Idem

transportes. Em 1997, no capítulo de PLRF, as actividades do Sector de Acção Social resumiram-se no acompanhamento das crianças nas famílias próprias e substitutas. Em Naciaia, foram reunificadas duas crianças vindas do Distrito de Milange. Durante este período, a Acção Social contava com 144 crianças desamparadas, de vários pontos da Província, vivendo em famílias substitutas. Quanto aos deficientes foram registados 49 deficientes físicos e centenas de mutilados que necessitavam de próteses.²⁸⁹

Como se pretendeu demonstrar logo no princípio, apesar das dificuldades enfrentadas pelas populações, estas não deixaram de apoiar os elementos mais carentes das suas comunidades, sobretudo naquelas zonas onde, devido à vários factores não foi possível a presença amigável da Acção Social ou fez-se sentir com fraca intensidade, e as questões das camadas mais necessitadas foram tratadas à nível familiar, das comunidades e das confissões religiosas.

7.6 - Reposição e Edificação da Rede Escolar, Sanitária e Abastecimento de Água Potável às Comunidades Rurais (1992-1998)

Em 1975, a Rede Escolar do Distrito de Namacurra era bastante reduzida. De 1975 a 1986, ela mostrava sinais de crescimento, abrangendo locais que até então não tinham Escolas.

Com o início do conflito armado, em 1983, toda a Rede Escolar começou a estar, progressivamente, paralisada com a destruição das infra-estruturas escolares, e deslocação forçada das populações, factores que determinaram, igualmente, a dispersão de toda a população estudantil na companhia dos seus pais ou encarregados de educação.²⁹⁰

. Durante este período, das 57 escolas existentes, 52 estavam totalmente afectadas, das quais 20 paralisadas e 32 deslocadas.²⁹¹ (Veja Tabela n.º 3)

A Rede Escolar ressentiu-se, igualmente, com a criação do Distrito de Nicoadala, em 1986 e a

²⁸⁹ Idem

²⁹⁰ João Aqui e Lázaro Rafael, entrevistas citadas

²⁹¹ João Aqui e Lázaro Rafael, entrevistas citadas

consequente transferência de 15 escolas para o novo distrito.²⁹²

Como se desenrolavam as actividades escolares durante este período?

As actividades escolares eram praticamente nulas. Contudo, em certos locais, esforços foram desenvolvidos, no sentido de se criarem mínimas condições para se manter alguma actividade escolar. No caso concreto da Localidade de Mixixine, em Setembro de 1989, as actividades escolares foram interrompidas quando a população passou a viver na situação de deslocada em Macuse, na cidade de Quelimane, no Ionge e Maquival (Nicoadala). Destes locais, só em Macuse foi possível reunir os alunos deslocados das escolas de Mixixine (escolas de Moutinho, Iacota e Vila Cândida) e estes puderam retomar as suas aulas e terminar o ano segundo o previsto. Enquanto que os deslocados em Ionge, Maquival e Quelimane perderam o ano lectivo por falta de enquadramento nas Escolas locais²⁹³.

Os seus efectivos eram estimados em cerca de 12.780, no EP.1 e 1.730, no EP.2.²⁹⁴

Tabela 3 - Rede Escolar do Distrito de Namacurra, no período de 1975 a 1986

Localidade	N.º de Escolas	EP.1	EP.2
Nicoadala	15	15	-
Namacurra	8	7	1
Macuse	3	2	1
Mixixine	6	6	-
Furquã	6	6	-
Mulebele	4	4	-
Malel	4	4	-
M'bawa	8	8	-
Mucellua	3	3	-
Total	57	55	2

Fonte: Direcção Distrital da Educação de Namacurra

²⁹² Resolução n.º 6/86, de 25 de Julho, do B.R. n.º 30, 1ª Série, 4º Suplemento, Art.º 1, n.º 4, a Assembleia Popular determina a criação do Distrito de Nicoadala e a Resolução n.º 7/86 de 25 de Julho do B.R. n.º 30, 1ª Série 4º Suplemento, Art.º 1, n.º 4, as localidades de Nhafuba, Nicoadala e Munhonha do distrito de Namacurra transitam para o distrito de Nicoadala.

²⁹³ Lázaro Rafael, entrevista citada

²⁹⁴ João Aquil, 37 anos Técnico de Estatística, na Direcção Distrital de Educação de Namacurra, 17/02/1998.

No ano seguinte, a solução foi, os pais, encarregados de educação e professores, construir algumas salas de aulas anexas às escolas de Macuse e Maquival, para permitir algumas actividades escolares para os alunos deslocados, assistidos pelos respectivos professores também deslocados. Mas, em Quelimane, não foi possível reunir os alunos e estes se integravam individualmente, nas escolas locais.²⁹⁵

Em Neuala, outra zona também muito afectada, a Escola desta área foi igualmente deslocada, desde os finais de 1989 para o Centro de Deslocados de Namugole, nos arredores da Vila sede de Namacurra, com um efectivo de cerca de 200 alunos, assistidos por 5 professores, além de alunos e professores raptados e assassinados.²⁹⁶

Apesar destes esforços, as actividades escolares enfrentaram muitas dificuldades, desde a aquisição de material escolar e falta de vencimentos para os professores, para citar apenas algumas.²⁹⁷

Posto isto, podemos concluir que com o intensificar da guerra, a rede escolar, por si já reduzida, ficou parcialmente estrangulada e a sua população estudantil deslocada. E as que ainda tentavam funcionar, nos Centros de Acomodação, faziam-no com imensas dificuldades.²⁹⁸

Com o fim do conflito armado, era preciso juntar todos esforços disponíveis para levar a Escola lá onde as populações estavam a reiniciar as suas vidas. Para a concretização deste plano foi preciso contar com o apoio multifacetado, do Governo, da Comunidade Internacional, sem contudo menosprezar a contribuição das comunidades locais. No tocante ao apoio Internacional, Namacurra contou com uma ajuda incontestável da UNICEF, PMA - Banco Mundial e Visão Mundial.²⁹⁹

A UNICEF foi das primeiras Organizações Internacionais a se disponibilizar para reconstruir as escolas danificadas. O seu projecto contemplava além da reconstrução de Escolas destruídas,

²⁹⁵ Lázaro Rafael, entrevista citada

²⁹⁶ Eugénio M. Sebastião, entrevista citada

²⁹⁷ Eugénio M. Sebastião e Lázaro Rafael, entrevista citada.

²⁹⁸ Francisco Óscar, entrevista citada

²⁹⁹ Francisco Óscar, entrevista citada

construir, em cada local contemplado; 5 salas de aulas, gabinete e casa para o director da escola e casas para professores. Mas para a efectivação deste projecto a UNICEF apresentava como sua filosofia de acção a comparticipação das comunidades beneficiárias através do seu trabalho voluntário. Para o efeito, as comunidades deviam juntar nos locais de construção materiais como: areia, pedras, tijolos e outros, além da participação directa na construção dos edificios. Por seu turno, a UNICEF disponibilizava técnicos, meios de transportes, cimento, material para a cobertura e mobiliário escolar.³⁰⁰

Esta filosofia de trabalho não encontrou aceitação em todas as comunidades. Houve aquelas que responderam positivamente e outras distanciaram-se deste projecto. As primeiras lograram ter as suas escolas reconstruídas e até beneficiaram de novas salas de aulas. Para as que não se disponibilizaram, a UNICEF retirou-lhes o material que havia fornecido nesses sítios e levado para onde os trabalhos estivessem em curso.³⁰¹

Como compreender estas duas atitudes diferenciadas destas comunidades, partindo da hipótese de que todas elas precisavam dessas infra-estruturas?

Perante esta questão houve quem afirmasse que nas comunidades que se recusavam a participar nos trabalhos era por preguiça. Mas é nossa opinião que devem existir outros factores que não devem ser menosprezados;

Primeiro, temos que ter em conta que estamos em presença de comunidades recém-reassentadas e que estavam lutando para se restabelecerem e garantirem o auto-sustento para as suas famílias;

Segundo, o camponês ao se ocupar, a tempo inteiro, nos trabalhos da reconstrução da escola da aldeia, sem nenhuma remuneração, corria sérios riscos de perder toda a campanha agrícola;

³⁰⁰ Isaías Jaime Lemla, entrevista citada

³⁰¹ Idem,

Terceiro, a falta de uma liderança dinâmica, a nível de algumas comunidades, capaz de motivá-las e organizá-las de forma a compatibilizar os trabalhos do campo e com os da reconstrução das infra-estruturas escolares.³⁰²

Contudo, esta filosofia de trabalho da UNICEF viria a fracassar sobretudo quando as outras Organizações Internacionais, como a Visão Mundial enveredaram pelo sistema de trabalho remunerado (em produtos de primeira necessidade ou em dinheiro). Desde então todas as comunidades passaram a se envolverem mais motivadas nos trabalhos de reconstrução de escolas.³⁰³

Posto isto, podemos inferir que o fracasso do Projecto desenhado pela UNICEF não dependeu apenas do binómio, diligência e preguiça, das comunidades. Mas, sobretudo, porque o projecto não tomava em conta o aspecto social das comunidades locais, naquela situação concreta em que se encontravam, no pós-guerra.

No âmbito da reposição da Rede Escolar, o distrito de Namacurra teve um apoio bastante satisfatório. A UNICEF com os Projectos: Integrado e Pronés, apoiou na construção de salas de aulas e fornecimento de material escolar às Zonas de Influência Pedagógica (ZIP) abrangidas no Projecto, assim como, na promoção de concursos de assiduidade e aproveitamento pedagógico, para professores, com direito a prémios para os melhores classificados.³⁰⁴

No materialização dos Projectos (Integrado e Pronés) da UNICEF foram realizadas as seguintes obras, em todo Distrito. Veja (Tabela n.º 4)

Apesar dos constrangimentos encontrados na implementação dos Projectos da UNICEF, houve comunidades que devido a sua receptividade conseguiram realizar parte dos planos previamente traçadas. Temos como exemplo as Localidades de Mixixine, Macuse, Namacurra (Mutange) e Malei.³⁰⁵

³⁰² **Isaiás Jalme Lemia e Francisco Óscar**, entrevistas citadas.

³⁰³ Bernardo Mahara, entrevista citada

³⁰⁴ Idem

³⁰⁵ **Lázaro Rafael e Francisco Óscar**, entrevistas citadas

Tabela 4 - Projectos de Reconstrução de Escolas da UNICEF

Projecto	Localidade da Beneficiária	Obras projectadas	Obras realizadas
Integrado	Macuse - (M'bawa)	5 Salas	2 Salas
Integrado	Macuse - (Mucellua)	5 Salas	2 Salas
Prones	Mixixine - (Iacota)	5 Salas + 1 Gabinete	3 Salas + 1 Gab.
Prones	Mixixine - (Namatida Rio)	5 Salas + 1 Gabinete	2 Salas + 1 Gab.
Prones	Mixixine - (Moutinho)	5 Salas	-
Integrado	Namacurra - (Mutange)	5 Salas	-
Integrado	Malei	5 Salas	-
Total	-	35 salas + 2 gabinetes	9 salas + 2 gabinetes

Fonte: Direcção Distrital de Educação de Namacurra

O Projecto de PMA - Banco Mundial disponibilizou - se para construir em todo o Distrito 8 Escolas de EP1, com 3 salas de aulas cada uma. Em anexo, um gabinete para a direcção da Escola e três casas para professores. Foi igualmente projectada a construção de uma Escola de E.P.2, na Sede.³⁰⁶

O projecto completo do PMA - Banco Mundial contemplava as Localidades de Malei (Sede, Funganha e Pedreira) e Pidá (Mueiwa e Mugubia). Veja (Tabela n.º 5).

Esta Rede, assim distribuída, quase que se estendeu por todo Distrito. Este facto só por si, foi motivo de grande satisfação para as populações por terem melhores escolas e mais ainda, escolas mais perto das suas aldeias.³⁰⁷

De facto, o esforço empreendido no capítulo da reposição e alargamento da Rede Escolar merece todo o nosso apreço. Mas, sem pretendermos tirar qualquer mérito a este esforço muito louvável, não podemos afirmar que todos os problemas foram resolvidos. Pois ainda temos alunos que depois de concluída a 5ª Classe devem percorrer cerca de 50 a 60 Kms para prosseguirem com os seus

³⁰⁶ Esta Escola funcionou, provisoriamente, nas antigas instalações da Missão Católica, em Malinguine. Com a conclusão das obras, em 1999, a Escola passou agora a funcionar nas novas instalações na sede do Distrito. Bernardo Mahara, entrevista citada

³⁰⁷ **Idem**

estudos; na Sede do Distrito ou na Cidade de Quelimane. Neste processo muitos acabam desistindo pelo caminho particularmente, as raparigas e filhos de famílias com fracos recursos financeiros.

A Rede Escolar que antes da guerra não ia além de 57 Escolas, depois do Acordo de Roma ela se alargou bastante, no período de 1997 a 1998 ela passou de 74 para 79 Escolas. Veja (Tabela n.º 6).

E os efectivos igualmente aumentaram de 12.780 para 23.000, assistidos por 331 professores, sendo ainda necessários mais 129 professores para corresponder ao número actual dos alunos.³⁰⁸

O problema da educação das raparigas, no Distrito, é uma realidade incontornável. A participação desta camada social é bastante limitada, segundo os depoimentos do professor Bernardo, na Localidade de Furquia, numa turma de 50 alunos somente podemos encontrar três raparigas. Estas por seu turno, acabam desistindo.³⁰⁹

As razões de desistências das raparigas são sobejamente conhecidas; elas estão sobretudo relacionadas com razões culturais, apesar de serem apresentadas normalmente como problemas económicas. Segundo os nossos entrevistados foram sempre unânimes em se referirem de casamentos prematuros, gravidez precoce. Em todos ficou patente que os pais preferem apostar na educação do rapaz do que na rapariga; alegando que podem tornar-se prostitutas³¹⁰.

Tudo leva a concluir que este receio dos pais pelo futuro das suas filhas, pode até certo ponto partir da própria Escola que não garantem uma formação integral da rapariga, segundo os modelos aceitáveis junto da comunidade onde ela está inserida. E, em certos casos, aliados ao facto de que as raparigas, depois de engravidarem e serem mães, não terem a oportunidade nem motivação suficiente, quer na Escola quer na Comunidade, para continuarem com seus estudos.

Em Namacurra, para se inverter esta situação existe, desde 1997, um programa de educação de jovens que funciona actualmente, em três centros para alfabetização e educação de jovens. Este programa tem como objectivo central proporcionar oportunidades às raparigas com problemas de

³⁰⁸ **Idem**

³⁰⁹ **Rosário Bernardo**, entrevista citada

³¹⁰ **Bernardo Mahara e Rosário Bernardo**, entrevistas citadas

gravidez precoce, mães solteiras, jovens que por várias razões perderam matriculas, para continuarem normalmente os seus estudos nestes centros.³¹¹

Tabela.5 - Projecto de Construção do PMA - Banco Mundial

Localidade	Local	E.P.1	E.P.2
Namacurra-	Sede		1
	Patriclo	1	
	Coroa	1	
	Cuveia (depois do Rio Munjaiana)	1	
Pidá	Muelwa	1	
	Mugubla	1	
Malhel	Sede	1	
	Funganha	1	
	Pedreira	1	
Total	-	8	1

Fonte: Direcção Distrital da Educação de Namacurra

Uma outra questão, no Pós - Guerra, foi a existência de crianças traumatizadas pela guerra e a forma como enquadrá-las no sistema normal da educação. Numa primeira fase, a tendência foi formar turmas especiais, assistidas por professores formados especificamente para estes casos. Contudo, este modelo de reintegração mostrou que as crianças longe de serem reintegradas, estavam, contrariamente, a serem ainda mais marginalizadas. A partir desta constatação, e como última solução, foram desfeitas as tais turmas especiais e as crianças integradas em turmas normais mas, assistidas pelos professores formados. Por falta de dados estatísticos não nos é possível apresentar o número das crianças nestas condições.³¹²

³¹¹ Bernardo Mahara, entrevista citada

³¹² Idem

Tabela. 6 - Rede Escolar Geral Actualizada do Distrito de Namacurra

Posto	Localidade	EP.1	EP.2	EP. Completa (a)
Namacurra	Sede	12	01	-
	Pidá	08	-	-
	Mutebele	06	-	-
	Mutange	02	-	-
	Malel	09	-	-
Macuse	Sede	09	01	-
	M'Baua	10	-	01
	Mixixine	10	-	01
	Furqula	11	-	-
Total		77	02	02

Fonte: Informe detalhado sobre a Situação Geral, Económica e Social do Distrito de Namacurra de 2000.

a) Escola Primária Completa é uma EP.1 em que se introduziu a 6ª Classe.

Depois de esboçarmos algumas questões relativas a um sector tão complexo como a Educação, importa que afloremos algo sobre outro sector social não menos importante; a saúde.

Nesta perspectiva importa recordar que antes do conflito armado a situação de saúde era muito crítica, com várias localidades sem qualquer estrutura para os primeiros socorros, se porventura existisse alguma, era afectado um servente, praticamente sem medicamentos.³¹³

No Pós - Guerra, a situação mostra sinais de melhorias substanciais. Pois a situação da Rede Sanitária tende a melhorar com a construção de alguns Postos de Saúde, onde irão ser afectados enfermeiros qualificados e serventes, contribuindo assim para corresponder às solicitações das comunidades, no tocante aos cuidados médicos básicos.³¹⁴

Este programa de alargamento e melhoramento da rede sanitária contou, mais uma vez, com apoio da Comunidade Internacional. Neste aspecto é de destacar o papel da UNICEF na construção de

³¹³ José Victor de Sousa, entrevista citada

³¹⁴ Francisco Óscar, entrevista citada

Postos de Saúde e da Visão Mundial nos cuidados de saúde, num Distrito onde as endemias mais frequentes são: a malnutrição, malária, parasitose intestinal, diarreias, tuberculose, anemia, DTS, lepra (em pequena percentagem).³¹⁵

Outra área contemplada, no âmbito do reassentamento das populações, foi o abastecimento de água potável às comunidades através de abertura de furos e poços. Neste capítulo, a UNICEF e Água Rural prespectivaram a abertura de 117 Furos e 29 Poços e equipados de bombas manuais. Este plano contemplou todas as Localidades. Apesar de reconhecermos os esforços feitos neste sector, não deixaremos de afirmar que eles não foram suficientemente abrangente, sobretudo por em certos locais a abertura dos furos ter sido feito em sítios não apropriados. Pois é fácil encontrar furos com água salgada ou salobra. Aliado a tudo isto, temos o problema de trabalhos mal feito, facto que não garante nenhuma resistência das bombas de água. Porque o pessoal responsável por este trabalho deliberadamente, optou por as assentar em terrenos movediços, em vez de uma base de cimento. Só por este facto, primeiro, as bombas facilmente se despreendem e, conseqüentemente, têm um tempo de vida muito reduzido. Segundo, estes locais de captação de água tornam-se autênticos focos de doenças. Porque, nestas condições, não é possível mantê-los higienicamente conservados.³¹⁶

Ainda em termos de abrangência, a localidade de Malei é a única que apresenta uma fraca cobertura com furos de água. Esta localidade, apenas tem dois furos. Isto prende-se com o facto de Malei estar localizada numa zona muito rochosa e o seu lençol freático encontrar-se a mais de 300 metros.³¹⁷ Veja (Tabela n.º 8).

Na Sede do Distrito existe um pequeno sistema de abastecimento de água potável mas, encontra-se em avançado estado de obsolência.³¹⁸

Na vertente económica de 1983 a 1992, a guerra afectou todos os sectores de actividade económica desde a Companhia do Boror, a Fábrica de Processamento de Castanha de Caju, a agricultu-

³¹⁵ **Cinco Reis**, entrevista citada

³¹⁶ **Francisco Óscar**, entrevista citada

³¹⁷ Informe detalhado sobre a situação geral, económica e social do distrito de Namacurra, 1999.

³¹⁸ Idem

Tabela. 7 - A actual distribuição da Rede Sanitária no Distrito de Namacurra.

Posto Ad.tivo	Localidade	Posto de Saúde	Centro de Saúde	
			Tipo II c)	Tipo III d)
Namacurra	Sede	01	-	-
	Pidá	-	-	-
	Mulebele	01 a)	-	-
	Mutanga	01	-	-
	Malei	01 b)	-	-
	Naciata	01 a)	-	-
Macuse	Sede	01	-	-
	M'Bana	-	-	01
	Mixirine	-	-	01
	Furquia	-	01	-
	Mucelua	-	01	-
	Manonga	01	-	-

Fonte: Informe detalhado sobre a Situação Geral, Económica e Social do Distrito de Namacurra de 2000.

- a) Construção de material precário.
- b) Funciona numa instalação que foi um antigo armazém.
- c) Centro de Saúde Tipo II; - tem uma Maternidade, habitação para Agente de Saúde e pratica-se a Medicina Preventiva.
- d) Centro de Saúde Tipo III ; - Posto de Saúde e Maternidade.

ra do sector familiar e a rede de comercialização rural que de um universo de 41 lojas foram destruídas 10, em Malei e 7 na vila de Namacurra, 18 foram parcialmente destruídas e as restantes foram encerradas.³¹⁹ Mas, com início do processo de reassentamento esta área não mereceu a devida atenção pois não existiu muita preocupação em se revitalizar os principais centros de desenvolvimento económico do distrito. A Boror antes uma grande empresa com muitas potencialidades e capacidades para absorver muita mão-de-obra, foi privatizada. E a Madal, novo proprietário, reduziu drasticamente

³¹⁹ Francisco Óscar e Cinco Reis, entrevista citada

a sua mão-de-obra de 5.525 para cerca de 300 trabalhadores, dada a paralisação de vários sectores de actividade da Boror³²⁰.

A CONCAJU ainda aguarda que um dia seja reabilitada, o mesmo se pode falar da rede do comercio rural. Além das visíveis marcas de destruição este sector enfrenta forte crise de descapitalização dos seus intervenientes económicos que se vêm impossibilitados de reiniciarem suas actividades por falta de apoio financeiro para o efeito.³²¹

Tabela. 8 - Rede de abastecimento de água potável ao Distrito de Namacurra

Posto Adm.	Local.	Furos operacionais	Poços operacionais	Furos não operacionais	Poços não operacionais
Namacurra	Sede	34	04	-	02
	Mutange	05	01	01	01
	Pidá	12	02	-	-
	Mulebele	11	02	-	03
	Malel a)	02	-	-	-
Macuse	Sede	12	-	01	01
	M' Baua	15	-	03	-
	Mixixine	13	01	01	-
	Furqula	04	10	03	02
Total		108	20	09	09

Fonte: Informe Detalhado sobre situação Geral, Económica e Social do Distrito de Namacurra, 1999.

Além das casas comerciais destruídas existem as encerradas e as que, apesar de estarem a Enquanto os comerciantes formais passam por esta crise, os informais ganham terreno no capítulo de trocas comerciais à nível de todo o distrito, surgindo assim como uma alternativa mais viável para abastecer as populações em bens de primeira necessidade (açúcar, sal, roupa e outros produtos

³²⁰ Carlos Andela, entrevista citada

³²¹ Francisco Óscar e Cinco Reis, entrevista citada.

manufacturados) até utensílios domésticos e bicicletas. Estes comerciantes emergentes, apesar das suas iniciativas serem muito louváveis, não têm capacidades financeiras e de transporte para conseguirem obter maiores quantidades de mercadorias para a comercialização e adquirir excedentes agrícolas das zonas rurais.³²²

Este comércio, na Província, em geral, e no Distrito, em particular, ganha uma maior expressividade devido a forte intervenção de malawianos, e de alguns tanzanianos. Estes comercializam quase de tudo um pouco desde todo tipo de roupa de senhoras, homens e crianças, bicicletas, e seus acessórios, bijutarias, utensílios domésticos e outros produtos. De facto podemos afirmar sem muita margem de dúvidas de que estes são os agentes económicos mais agressivos, no pós-guerra. Sendo assim, o comércio informal do distrito pode ser caracterizado como uma interacção do comércio informal nacional e internacional.

Para se reverter esta situação há que se revitalizar este importante sector de actividade que tem um grande mérito de assistir as populações locais em abastecimento dos produtos manufacturados e estimular as actividades agrícolas através da comercialização dos seus excedentes. Ciente das dificuldades financeiras dos intervenientes económicos directos, o Governo devia apoiá-los financeiramente. Este apoio podia traduzir-se no acondicionamento de vias de acesso e reparação de pontes como forma de permitir uma fácil circulação de produtos do campo para a cidade e vice-versa.

Capítulo VIII - Considerações Finais e Recomendações

Apesar de muito cedo, a Zambézia ter sido palco de manifestações anti FRELIMO, só de 1982 a 1992, com a RENAMO é que a desestabilização conheceu contornos preocupantes de agressividade e crueldade, semeando o medo, a destruição, o luto, a dor, a fome e a miséria.

De 1982/83 foi a fase em que a RENAMO invadiu e ocupou a Zambézia como uma plataforma para lançar a guerra para as Províncias do Norte do País. Além da Zambézia ser uma Província

³²² Idem

militarmente muito estratégica, é uma das mais ricas e mais populosas; factores muitos determinantes para a guerrilha da RENAMO.

De 1984/86, em consequência da violência da guerra, a população da Zambézia vivendo num clima de terror generalizado e exausta procurava locais mais seguros. Incapaz de produzir contava apenas com a generosidade do Governo e das Organizações Internacionais.

De 1975 a 1985, Namacurra, foi um distrito com uma economia assente basicamente em três vectores: actividades agro-pecuárias do sector familiar e comercial da Companhia do Boror, da Fábrica de processamento de castanha e uma rede de comércio rural. O pequeno produtor era o potencial gerador de excedentes agrícolas e fornecedor de mão-de-obra para a Companhia do Boror e da Fábrica de castanha de caju. Por seu turno, a rede do comércio rural apoiava o pequeno agricultor na aquisição de instrumentos de trabalho, sementes e para a venda dos seus excedentes agrícolas. Mas de 1972 a 1976 a Boror foi alvo de sabotagem organizada pelos donos da empresa e em 1976 foi intervencionada pelo Estado. Desde então até 1983, a Boror conheceu algum sucesso no sector produtivo que viria a fracassar em 1983 com o início da guerra, em Namacurra.

Em 1983, com o ataque da localidade de Malei, iniciou a guerra no Distrito de Namacurra que em breve atingiu o litoral do Distrito. De 1983 a 1992, no período mais crítico da guerra, os efeitos conjugados da guerra e das calamidades naturais forçaram a deslocação de cerca de 76% da população para os centros de acomodação e vastas áreas de produção agro-pecuária do sector familiar e comercial foram abandonados e a rede comercial paralisada.

Foi nesta altura em que o distrito esteve praticamente a mercê dos guerrilheiros da RENAMO que surgem os “Anakabudula”, para detectar e neutralizar qualquer movimento de infiltração inimiga. Como vimos estas forças longe de garantirem a tranquilidade das zonas por elas controladas, tomaram a situação das populações mais crítica.

As tropas governamentais, ao enfrentarem dificuldades perante as ofensivas da RENAMO, procuravam encontrar nas populações um bode expiatório. Pois, sempre que a RENAMO atacasse uma

povoação, a tropa acusava as populações de conivência com o inimigo. Foi neste cenário que encontramos populações a terem medo de receber deslocados vindos doutras localidades, considerando-as agentes da RENAMO "majubas". Este gesto entendemos como um gesto de auto defesa: Porque elas depois compreenderam que todas eram apenas vítimas e não agentes desta guerra fratricida.

Os Naparama aparecem em Namacurra por volta de 1990, vindo dos distritos vizinhos de Pebane e Maganja da Costa. Uma vez no distrito desencadearam as suas operações contra as áreas onde a RENAMO exercia sua influência tais como; Muiebele, Neuala, Furquia chegando mesmo a atacar os seus bastiões: em Mabadhane (base distrital), Sassagura, Mapira, Nhambinga na localidade de Malei. Foram igualmente atacadas as bases da RENAMO, em Nigula e Namanjavira, nos distritos de Maganja da Costa e de Mocuba, respectivamente. Estas bases serviam para enviar reforços em caso de necessidade. Nesta altura, a RENAMO perdeu o controlo das suas zonas e muita gente destas zonas passou para as áreas do Governo. E dada a relativa calma que alguns locais começavam a conhecer algumas populações, por iniciativas próprias, tentavam repovoar as suas antigas zonas e a nível governamental certos sectores de actividades chegaram a serem reactivados. Temos como exemplos algumas populações de Furquia e o Centro de Formação de Professores em Nicoadala.

O programa dos Naparama de restabelecer a paz viria a experimentar sérias contrariedades quando o discurso messiânico de libertação e de retorno a paz e a realidade começou a registar alguns desvios não permitindo que o movimento se mantivesse fiel a sua mensagem inicial.

Nesta fase, Manuel António sentia dificuldades de manter mobilizado um exército sem uma cadeia de comando articulada de topo a base, sem comunicações eficientes e uma logística operacional. Com estas limitantes as actividades combativas dos Naparama passaram a depender da iniciativa de cada grupo, como forma de suprir as dificuldades logísticas, caracterizadas por pilhagens às propriedades das populações e outros excessos. Por esta altura, Manuel António, que se ocupava mais

com os seus negócios e com a vida fácil, admitiu a existência no seio do seu movimento de falsos Naparama que roubam e maltratam as populações.

O fim deste movimento é acelerado quando surgem rivalidades entre Manuel António e Kamarupo, seu adjunto. Pensa-se que foi por causa destas rivalidades que Manuel António morre em combate com a RENAMO, em Dezembro de 1991, na área de Namuca, no Posto Administrativo Macuse.

A 4 de Outubro de 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz, uma nova página se abriu caracterizada por um movimento de retorno espontâneo das populações para as suas zonas de origem. Este movimento registou-se um pouco por toda extensão do distrito de Namacurra e dos distritos vizinhos; Maganja da Costa, Nicoadala, Mocuba e cidade de Quelimane.

Este período foi caracterizado pelo progressivo retorno das populações e início da reconstrução das suas vidas. Nesta fase como durante a guerra o Governo e as Organizações Internacionais assistiram as populações no sentido destas alcançarem uma rápida auto-suficiência alimentar.

A reconciliação das populações foi priorizada, tanto por autoridades civis como religiosas. Mas, este processo conheceu alguns momentos de perturbação quando a RENAMO pretendeu formar um governo paralelo nas zonas até então sob seu controlo. Este foi um exercício da RENAMO para formar uma dupla administração no distrito de Namacurra que teve seu fim só dois anos depois do Acordo de Paz de Roma. Para as populações a reconciliação foi bem acolhida pois não se registaram actos de represálias apesar de existirem até algumas motivações. Os únicos conflitos dignos de registo foram os conflitos pela posse de terras e mesmo estes em número bastante reduzido, envolvendo camponeses e grandes proprietários. Achamos que a questão de terras, sobretudo a que envolve os camponeses do Posto Administrativo de Macuse e as terras da ex - Companhia do Boror requer maior atenção das autoridades administrativas. Porque este problema remonta da ocupação de Macuse pela Boror com plantações de coqueiros e áreas de pastagens, sem se ter muito em conta as populações locais. Posto isto e com o aumento demográfico é lógico prever que a questão de terra está longe de

estar resolvido. Assim, nada nos impede de prever que nos próximos tempos, novos cenários de conflito de terras possam vir a ter lugar neste Posto Administrativo.

De 1992 a 1998, Namacurra desdobrou-se em acções de se reconstruir procurando em primeiro lugar juntar as famílias que a guerra havia dispersado, sobretudo as camadas mais vulneráveis; crianças, em situação difícil, desamparadas e órfãs, idosos, mulheres viúvas, mães solteiras, mutilados e deficientes. Estes elementos passaram a merecer uma atenção especial das estruturas do governo, das confissões religiosas e das próprias comunidades locais.

Ainda neste período, o distrito de Namacurra beneficiou-se da reposição das redes; escolar, sanitária, de abastecimento da água potável, através do apoio da comunidade internacional, merecendo especial destaque os Projectos da UNICEF, PMA - Banco Mundial e Visão Mundial.

O distrito que antes da guerra contava apenas com 57 escolas e com a criação do distrito de Nicoadala em 1986, passou a ter 42 escolas. De 1992 a 1998/9, o número de escolas passou para 81.

No capítulo da educação o distrito debate-se com o problema da educação da rapariga e da criança traumatizada pela guerra, entre outros problemas. Desde 1997, para se inverter a situação da educação da rapariga, o distrito conta com o Programa de Educação de Jovens a funcionar em três Centros. Este programa visa inverter a situação de desvantagem em que se encontra a rapariga em relação ao rapaz. E para recuperar as crianças traumatizadas pela guerra, em vez de as isolar em turmas separadas, estas foram enquadradas no sistema normal de Educação mas, sob orientação de professores previamente preparados.

No mesmo período e no âmbito do alargamento da rede de abastecimento de água potável às populações foram abertos ou recondicionados 117 furos e 29 poços equipados com bombas manuais em todo o distrito. Foi igualmente alargada a rede sanitária com a construção de alguns Postos de Saúde.

Com o fim da guerra a rede do comércio rural formal não foi revitalizado como outros sectores de actividades por razões que se prendem com dificuldades financeiras dos comerciantes locais. Estes

apesar da sua boa vontade sentem-se limitados porque não recebem qualquer apoio quer do Governo, quer duma ONG. Para cobrir a lacuna deixada pelos comerciantes formais o comércio rural é praticado pelos comerciantes informais. Entretanto, devido a fraca capacidade financeira dos comerciantes informais nacionais, os seus parceiros malawianos detêm a hegemonia deste comércio tanto a nível provincial como local.

Para se reverter esta situação há que se revitalizar este importante sector de actividade que tem um grande mérito de assistir as populações locais em abastecimento dos produtos manufacturados e estimular as actividades agrícolas através da comercialização dos seus excedentes. Ciente das dificuldades financeiras dos intervenientes directos, o governo devia apoiá-los financeiramente. Este apoio podia traduzir-se no acondicionamento de vias de acesso e reparação de pontes como forma permitir a circulação dos produtos do campo para a cidade e vice-versa.

BIBLIOGRAFIA

- 1- ABRAHAMSSON, Hans, NILSSON, Anders. 1994: Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o Período 1974-1992. Maputo: CEEI/ISRI e Padrigu.
- 2- ABRAHAMSSON, Hans, NILSSON, Anders. 1995: Mozambique: The Troubled Transition, From Socialist Construction to Free Market Capitalism. London, New Jersey.
- 3- ACNUR e PNUD. 1997: Perfis de Desenvolvimento Distrital: Distrito de Namacurra: Província da Zambézia. Maputo.
- 4- ADAM, Iussuf. 1991: "Portugal - Moçambique: A Procura de uma Relação", In : Estudos Moçambicanos, 9, Maputo. pp. 37-72
- 5- Administração do Distrito de Namacurra. 2000: Informe detalhado sobre a situação geral, económica e social do distrito de Namacurra. Namacurra.
- 6- AFRICA WATCH 1992: Mozambique: Conspicuous Destruction: War, Famine and the Reforme Processs in Mozambique, New York: Hunam Rights Watch.
- 7- ANTUNES, José Freire. 1995: A Guerra de África: 1961-1974, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.
- 8- ANTUNES, José Freire. 1996: Jorge Jardim Agente Secreto, 3.ed., Venda Nova: Bertrand Editora.
- 9- AWEPA. 1993: General Peace Agreement of Mozambique - Acordo Geral de Paz de Moçambique 1992.
- 10- CABÁ, Sérgio Nathú. 1998 : A Guerra na Província da Zambézia e o Papel do Malawi, 1975-1988. Maputo
Tese - Dissertação de Licenciatura em História, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras. Departamento de História, 1998.
- 11- CAETANO, Marcello. 1972: Progresso em Paz, Verbo, Impressores, SARL, (Lisboa/Cacém).
- 12- CHRISTIE, Jain. 1996: Samora : Uma Biografia. Maputo. Editora Ndjira.
- 13- CLINE, Sibyl W. 1989: Renamo em Defesa da Democracia em Moçambique, Washington D.C.: Conselho de Estratégia Global dos Estados Unidos .

- 14- COELHO, João Paulo Borges; VINES, Alex.1996: "Desmobilização e reintegração de ex - combatentes em Moçambique", *In Arquivo*, nº 19, Abril de 1996.
- 15- COLES, Jane e COHEN, Robin. 1977:"O Subimperialismo Sul - Africano"; *In: África Austral em Perspectiva- 2*, Lisboa: Iniciativas Editoriais. pp 41-70
- 16- CUAHELA, Ambrósio. 1998: Análise da Estratégia da FRELIMO para o Desenvolvimento Rural Integrado: Experiência em Namarrói (1975-1983). : "Dissertação para obtenção do grau de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane". Maputo
- 17- DAVIES, Robert. 1986: "O Apartheid em Fúria". *In: Estudos Moçambicanos*, 5/6, Maputo: CEA/UEM. pp.7-28
- 18- DIAS, Saul. 1981:Glossário Toponímia, Histórico - Administrativo, Geografia e Etnográfico [de Moçambique], Lisboa.
- 19- Dicionário de Ciências Sociais, 1986: Editora da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro
- 20- Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra: 1994: Relatório Anual de 1994 e perspectivas do ano de 1995, Namacurra.
- 21- Direcção Distrital de Agricultura de Namacurra: 1995: Relatório de balanço da Campanha Agrícola de 1995/96 e Programação da campanha agrícola de 1996/97.Namacurra.
- 22- EGERÕ, Bertil. 1992: Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia". *Arquivo Histórico de Moçambique: Estudos* 8; Maputo.
- 23- FERREIRA, Eduardo de Sousa. 1977: "A África do Sul e as ex - Colónias Portuguesas", *In: A África Austral em Perspectiva-2*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, Instituto Superior de Economia, Centro de Estudos de Dependência- CEDEP. pp.7-9
- 24- GEFFRAY, Christian. 1991:A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique, Porto: Afrontamento.
- 25- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 17

- 26- HENRIKSEN, Thomas H. 1983. Revolution and Counterrevolution, Mozambique's War of Independence, 1964-1974. London: Greenwood Press, Westport, Connecticut.
- 27- História de Moçambique, vol. 2, 1983. "Agressão Imperialista (1886/1930)", Maputo: UEM, Departamento de História
- 28- História de Moçambique, vol. 3, 1993. Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961, Maputo: UEM, Departamento de História
- 29- Instituto Nacional de Estatística (INE). 1998: II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: resultados Preliminares. Maputo
- 30- JARDIM, Jorge. 1976: Moçambique . Terra Queimada. Lisboa: Intervenção.
- 31- LEGRAND, Jean-Claude. 1991: Logique de Guerre et Dynamique de la Violence en Zambézia, 1976-1991; Decembre , 1991, 30 p
- 32- LEGRAND, Jean-Claude. 1995: "Passé et Present dans la Guerre du Mozambique : Les enlèvements pratiqués par la RENAMO." In: Lusotopie 1995. Transitions Libérales en Afrique Lusoph. Paris : Karthaie. Pp.137-149.
- 33- LOPES JÚNIOR, Migueis. 1980: "O Processo de Acumulação da RSA e a Situação Actual no Sul do Save". In: Estudos Moçambicanos, vol.1. Maputo: CEA/ UEM. pp. 91-110.
- 34- MACHEL, Samora Moises. 1983: A Luta Contra o Subdesenvolvimento, Maputo.
- 35- MAHARAJ, Mac. 1990: "Determinantes Internas da Política Externa de Pretória". In: Estudos Moçambicanos, 7, Maputo: CEA. pp. 95-118
- 36- MELDRUM, Andrew. 1994 : "Southern Africa the Unifying Proccess". In: Africa Report, vol. 39, 5, Set.-Out. 1994
- 37- NEWITT, Malyn. 1997: História de Moçambique, Lisboa. Europa América.
- 38- NYATHI, W. N. 1977: "O Imperialismo Sul-Africano na África Austral". In: África Austral em Perspectiva-2. Lisboa :Iniciativas Eds. pp.71-104

- 39- OLSON, Thomas. 1990: "África do Sul e seus vizinhos: Estratégias Regionais em Confrontação".
In: Estudos Moçambicanos, 8, Maputo. pp 15-62
- 40- OSTERGAARD, Tom. 1990. SADCC: A Political and Economic Survey. Copenhagen K: Danida's Information Office.
- 41- Partido FRELIMO. Comité Central. [19.?): Relatório do Comité Central ao 3º Congresso: O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular Maputo : Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO
- 42- PATTEE, Richard. 1971. África do Sul Vizinha de Portugal. vol.1 Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar
- 43- PEQUENINO, Fernando, [s/d]: História Social da Guerra: Camponeses, Estado, Guerra. Estudo de caso: Localidade administrativa de Mugeba, 1982-1992. [Paper de seminário 1904.xerocopiado]
- 44- PEREIRA, Fabião Manuel. 1999 : Particularidades da Dinâmica do Conflito Armado no Distrito do Alto Molócuè, 1982-1992 : Violência Armada e Guerra Mágica: Dissertação Apresentada em cumprimento dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do Grau de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- 45- QUAY, Georges Stucky de. 1898-1934: La Compagnie du Boror en Zambézia - Mozambique. Marseille: Imp. Moullot.
- 46- SELEMANI, David Aloni.1971: Estrutura Social - Tradicional Negro - Africana: Fundamento do Socialismo Africano?. Braga: (Edição do Autor)
- 47-.SERRA, Carlos. 1996: vol.1. Como a Penetração Estrangeira Transformou o Modo de Produção dos Camponeses Moçambicanos. Maputo: Departamento de História da UEM.
- 48- SERRA, Carlos. 1997: Combates pela Mentalidade Sociológica: Crenças anómicas de massa em Moçambique; Mitos e realidades da etnicidade; Para um novo paradigma da etnicidade. Maputo, UEM: Livraria Universitária

- 49- SOUSA, .S. J. José Augusto Alves de. 1995: A Igreja e a Paz em Moçambique: Síntese Histórica: 1979-1994. Maputo: EdiBosco,.
- 50- TAJÚ, Gulamo Amade. 1988: "RENAMO : Os Factos que conhecemos," In: Cadernos de História, 7, Maputo, Novembro, 1988.
- 51- UTRE (Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas). 1995: Reestruturação do Sector Empresarial do Estado Boror e Emochá: Estratégias para a Privatização: Seminário de Apresentação e Discussão (24 a 27 de Abril de 1995). Quelimane
- 52- VIEIRA, Sérgio. 1990: "África Austral: Conflitos Percepções e Perspectivas na Arena Internacionais". In: Estudos Moçambicanos nº 8, Maputo.pp.65-95
- 53- VINES, Alex. 1991: RENAMO: Terrorism in Mozambique. London: Centre for Southern Africa Studies.
- 54- VINES, Alex. 1996: RENAMO: From Terrorism to Democracy in Mozambique?, Amsterdam, London: Centre for Southern Africa Studies. [2Rev.ed;]
- 55- WILSON, Ken, 1992: "The Socio-economic impact of War and Flight in Posto Derre, Morrumbala district, Zambézia, In: Arquivo de Moçambique. Janeiro 1992 pp.1-18
- 56- WILSON, K. B. with NUNES, J. 1994: Repatriation to Mozambique: Refugee Initiative & Agency Planning in Milange District 1988-1991. In: When Refugees Go Home: African Experiences. London: Africa World Press. pp.167-236.
- 57- WILSON, K. B. 1994: Refugees & Returnees as Social Agents : The case of the Jehovah's Witnesses from Milange. In: When Refugees Go Home: African Experiences. London: Africa World Press. pp.237-250

Periódicos

"Notícias" 24 de Maio de 1976

"Notícias" 3 de Outubro de 1986

“Notícias” 22 de Novembro de 1986

“Notícias” 11 de Fevereiro de 1991

“Notícias” 2 de Maio de 1991

“Notícias” 5 de Outubro de 1992

Revistas “TEMPO” (209), 09. 29. 1974

Revistas “TEMPO” (213), 10. 27. 1974

Revistas “TEMPO” (224), 01. 12. 1975

Revistas “TEMPO” (228), 02. 09. 1975

Revistas “TEMPO” (261), 10. 05. 1975

Revistas “TEMPO” (276), 01. 18. 1976

Revistas “TEMPO” (283), 03. 07. 1976

Revistas “TEMPO” (665), 07.10.1983

Revistas “TEMPO” (926), 06. 10.1988

Publicações Oficiais

B.O. nº 25/1893, 1ª Série, Decreto nº 1; de 24 de Junho.

B.O. nº 26/1893, 1ª Série, Portaria nº 319; de 01 de Julho.

B.O. nº 27/1907, 1ª Série, Decreto de 25 de Abril; de 06 de Junho.

B.O. nº 28/1912, 1ª Série, Portaria nº 774-A; de 13 de Julho.

B.O.30/1914, 1ª Série, Portaria nº 839-F; de 25 de Julho.

B.O. nº 18/S/1919, 1ª Série, Portaria nº 1162; de 08 de Maio.

B.O. nº 25/1919, 1ª Série, Portaria nº 1229; de 21 de Junho.

B.O. nº 22/1922, 1ª Série, Edital do Governo do Distrito de Quelimane, de 15 de Julho

B.O. nº 51/1928, 1ª Série, Diploma Legislativo da Colónia nº 118; de 22 de Dezembro.

B.O. nº 16/1930, 1ª Série, Diploma Legislativo nº 228;

B.O. nº 31/1931, 1ª Série, Portaria nº 1.408, de 01 de Agosto.

B.O. nº 48/1934, 1ª Série, Decreto nº 24.621; de 28 de Novembro.

B.O. nº 46/1945, 1ª Série, Portaria nº 6:202, de 17 de Novembro.

B.O. nº 35/1946, 1ª Série, Decreto nº 35.733; de 31 de Agosto .

B.O. nº 46/1954, 1ª Série, Decreto nº 39.858; de 13 de Novembro.

B.O. nº 29/S/1955, 1ª Série, Portaria nº 40.226; de 19 de Julho.

B.O. nº 53/1955, 1ª Série, Portaria nº 11:208, de 31 de Dezembro.

B.O. nº 33/S/1958, 1ª Série, Portaria nº 12.624; de 19 de Agosto.

B.O. nº 2, 3ª Série, Direcção dos Serviços de Indústria: Serviço de Economia Industrial; (Despachos – Distrito da Zambézia de 14 de Dezembro); de 04 de Janeiro de 1975.

B.O. nº 35/1975, 3ª Série, Direcção dos Serviços de Comércio : Serviço de Exportação (Avisos), de 22 de Março de 1975.

B.R. nº 55/1976, 1ª Série, Despacho de 13 de Maio de 1976.

B.R. nº 31/1979, 1ª Série, Despacho de 12 de Março de 1979, do Ministério da Indústria e Energia.

B.R. nº 30/1986, 1ª Série, Resolução nº 6/86 de 25 de Julho, da Assembleia Popular, nº 4 e Resolução nº 7/86 de 25 de Julho, artº 1, nº 4, alínea a.

ENTREVISTAS

- 1- **Beatriz Correia Alfainho**, 35 anos, camponesa, natural e residente em Namacurra, 15/02/1998.
- 2- **Bernardo Mahara**, 48 anos, professor de Ensino Primário, Director Distrital de Educação em Namacurra, natural de Inhassunge, residente em Namacurra - Sede, 17/02/1998.
- 3- **Brito Jorge Amussala**, 60 anos, chefe da Igreja Baptista local, Furquia, 19/02/1998.
- 4- **Carlos Andela Fruma**, 54 anos, Serralheiro "A", ex - trabalhador da Companhia do Boror, natural e residente de Macuse – Sede, 21/02/1998.

Curriculum Vitae

Apelido : Lemia

Nome : Rosário Jaime

Naturalidade : Nascido em 28 de Maio de 1951, na Província da Zambézia.

Nacionalidade : Moçambicana

Bilhete de Identidade nº 110075881C

Data e local de Emissão : 17-04-2000, Maputo

Estado Civil : Casado

Habilitações Literárias: Bacharel em História (5º Ano de Curso de História)

Formação académica:

Em 1989 - 5º Ano do Curso de História (UEM).

Em 1964 - Ensino Primário (Escola Primária da Missão Católica em Namacurra e no Seminário do Bom Pastor, em Nicuadala).

De 1965 a 1968, frequentou o Ciclo Preparatório e o Primeiro Ciclo Liceal, no Seminário do Bom Pastor.

De 1969 a 1972, frequentou o Segundo Ciclo Liceal, no Colégio Paulo VI, em Quelimane e no Colégio Vasco da Gama, (no Seminário de Nossa Senhora de Fátima) em Nampula.

De 1972 a 1974, frequentou o 3º Ano do Curso de Filosofia, no Seminário Maior S. Pio X, em Lourenço Marques (actual Maputo).

Em 1985, concluiu a 11ª Classe, na Escola Pré-Universitária, 1º de Maio, em Nampula.

De 1992 a 1989, frequentou 5º Ano do Curso de História, na Universidade Eduardo Mondlane,

Cursos

Em 1997, participou no Curso «The Executive Course in Defense Management» pela Faculty of Management Graduate School of Public and Development Management and Instituto Sociedade e Administração da University of the Witwatersrand, Johannesburg, realizado na UEM-Maputo.

Em 1998, participou nos Cursos de Capacitação para Responsáveis das Bibliotecas Públicas Provinciais:

-Planificação e Administração de Bibliotecas Públicas;

-Liderança e Gestão.

Em 1999, participou:

- no Seminário para Responsáveis das Bibliotecas Públicas Provinciais ;
- no 1º Ciclo de Formação de Módulo Básico de Operadores de WINISIS, (Versão 1.311.);
- no Seminário sobre a discussão do Projecto para a integração de Moçambique na Biblioteca Virtual em Saúde proposta pela BIREME (Centro Latino – Americano e do Caribe de Informação em Ciências de Saúde), realizado na UEM-Maputo,
- Em 2000, participou no 2º Ciclo de Formação para Operação do Programa WINISIS (Versão 1.311).

Rosário Jaime Lemia

Maputo, 2001

- 5- **Carlos Humberto Francisco Rodriguês**, 39 anos, Técnico Básico Agrário, e Presidente da Localidade de Malei, natural de Megaza (Morrumbala), residente em Malei - Sede, 16/02/1998.
- 6- **Cipriano Artur Simões**, 58 anos, professor de EP.1, Muceliua (Macuse), natural e residente em Muceliua. 21/02/1998.
- 7- **Domingos Sidique**, 44 anos, escriturário - dactilógrafo, Namacurra, 20/02/1998.
- 8- **Elves Paulino**, 35 anos, Técnico Médio Agrário, supervisor de Extensão agrária do Distrito, natural de Quelimane, residente em Namacurra - Sede, 17/02/1998.
- 9- **Eusébio Emílio Cipriano**, 35 anos, professor primário, director da escola de Munguiça (Furquia), Natural e residente em Furquia, 19/02/1998.
- 10- **Florêncio Francisco Alfainho**, 40 anos, Contabilista, ex - guerrilheiro da RENAMO, natural e residente em Namacurra, 15/02/1998.
- 11- **Francisco Óscar**, 43 anos, Primeiro Secretário do Comité Distrital do Partido FRELIMO em Namacurra, Natural em Macuse e residente em Namacurra - Sede. 17/02/1998.
- 12- **Gabriel Alexandre**, 63 anos, ex - cozinheiro - maenato, camponês, natural e residente em Namacurra - Sede. 15/02/1998.
- 13- **Gabriel Vasco Maulate**, 60 anos, ex - Director Provincial da SNASP na Zambézia, residente em Quelimane, 10/03/1998.
- 14- **Henriques Pahua**, 59 anos, servente do Ministério da Saúde, natural de Namacurra e residente em Maputo, 12/07/2000.
- 15- **Horácio Amade de Barros**, 55 anos, professor primário da Escola de Beregue (Mixixine): (raptado pela RENAMO), 02/02/1998.
- 16- **Isaias Jaime Lemia**, 72 anos, ancião, camponês, e líder religioso, natural e residente em Mixixine. 03/02/1998.
- 17- **João Aqui**, 37 anos, Técnico de Estatística, na Direcção Distrital de Educação de Namacurra. 17/02/1998.

- 18- **José Victor de Sousa**, 67 anos, Director do Centro de Saúde de Macuse, 21/02/1998.
- 19- **Lázaro Rafael Raposo**, 40 anos, professor primário, Adjunto - Pedagógico da EP. 1 de Moutinho, natural e residente em Moutinho (Mixixine). 01/02/1998.
- 20- **Luis José Cinco Reis**, 46 anos, funcionário da Administração de Namacurra, natural de Mocuba, residente em Namacurra-Sede. 13/02/1998.
- 18- **Luis Hospital Mussura**, 58 anos, secretário do Partido em Pahua, camponês, negociante informal, residente em Namacurra - Sede . 12/02/1998.
- 19- **Mateus Aníbal Malichocho**, 59 anos, Deputado da Assembleia da República e elemento que tomou parte na Comissão Administrativa nomeada pelo Governo para Boror, residente em Quelimane, Maputo, 02/05/01.
- 20- **Moisés Armando**, 39 anos, Professor de Educação Física, na Direcção Distrital de Educação, em Namacurra, 22/02/1998.
- 21- **Nazaré Alberto Samole**, 68 anos, ex - trabalhador dos CFM, camponês, e Comandante dos Naparama em Namacurra, natural e residente em Namacurra, 15/02/1998.
- 22- **Orlando António Francisco**, 37 anos, Director da DPCCN (Instituto de Gestão das Calamidades Naturais, da Zambézia, 15/03/1998.
- 23- **Raposo Saraiva**, 57 anos, secretário do Comité da Localidade de Iacota (Mixixine), natural e residente de Iacota (Mixixine). 03/02/1998.
- 24- **Rosário Bernardo**, 40 anos , professor primário, director pedagógico da ZIP-04 Furquia, natural e residente de Furquia, 19/02/1998
- 25- **Sualé Amisse**, 35 anos, negociante informal, ex - comandante dos Naparama, na Localidade de Malei, natural de Pebane e residente em Malei - Sede, 16/02/1998.
- 26- **Tomás Alves Adriano**, 60 anos, Auxiliar Hospitalar (dentista), Namacurra, 15/02/1998.